



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



CÉSAR MARTINS DA SILVA

ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO
GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS: AS POSSIBILIDADES DE
REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Dourados – MS
2023

CÉSAR MARTINS DA SILVA

ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO
GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS: AS POSSIBILIDADES DE
REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade.
Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.

Dourados – MS
2023
CÉSAR MARTINS DA SILVA

ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO
GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS: AS POSSIBILIDADES DE
REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE AO AGRONEGÓCIO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE – PPGT/UFGD

Banca examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel - UFGD

Profa. Dra. Jéssica Cardoso Pires (Membro 1 - Externo) – UFSCar

Profa. Dra. Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli (Membro 2- Externo) – UEMS

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho (Membro 1 - Interno) – UFGD

XXXX, Silva, César Martins da.

ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO
ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS: AS
POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE AO AGRONEGÓCIO
[recursos eletrônicos] César Martins da Silva – 2023.

Arquivo em formato PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.
(Mestrado em educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.
Disponível do Repositório Institucional da UFDG em:

Dedicatória

Dedico esse trabalho em memória de meu pai, Francisco Pereira da Silva, agricultor familiar que sempre me incentivou a estudar. Apesar de apenas 12 anos de convivência, deixou em mim a semente do conhecimento, pois via na escola a única forma de vencer as batalhas da vida, sendo o conhecimento o caminho a ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, o Deus da bondade, solidariedade, da perseverança, da resiliência, o Deus das possibilidades, o Deus que mantém os dominados unidos, permitindo a busca pelo conhecimento, pela sabedoria.

À minha companheira Simone Ferreira de Souza, que caminha comigo desde 2011, quando iniciamos o curso de geografia pela UEMS, e fomos apelidados, carinhosamente, de geocasal, pelo saudoso professor Dr. Roberto Paixão.

Às minhas filhas, Maria Helena Martins de Souza e Maria Alice Martins de Souza, pois sua existência me dá forças para levantar todos os dias e seguir em frente.

À minha mãe, Maria Martins da Silva, por estar sempre ao meu lado, por me dar forças e por nunca me deixar desistir.

Agradeço ao meu irmão Natanael Martins da Silva, que sempre me ajudou e me mostrou o caminho da educação. Uma pessoa especial que ficou acampado por quatro anos, foi assentado e buscou a minha mãe, minhas irmãs, e eu, para morar com ele.

Às minhas irmãs, por sempre me incentivar a seguir estudando.

À minha família, por me proporcionar um ambiente de fraternidade, amizade.

Ao meu amigo Andersom Correa Branco, amigo de infância e um grande incentivador

Ao meu amigo e colega de curso Valdinei Conceição, há quem reencontrei na UFGD e que fizemos companhia um para outro durante o tempo Universidade.

À minha Orientadora Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel, por me mostrar os caminhos da pesquisa, por contribuir com a lapidação do saber orgânico que possuo, sem transformá-lo em um saber sintético.

Aos docentes da UEMS Campo Grande, por terem me mostrado a importância da história construída por minha classe (Classe camponesa), dentro do contexto socioespacial articulado pela elite capitalista.

À professora Mara Falconi da Hora, minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na faculdade de geografia, sendo esta minha primeira produção de expressão acadêmica.

Aos professores que fizeram parte da banca e que contribuíram para a construção dessa pesquisa, sendo os mesmos: Jéssica Pires Cardoso, Cleiton Ferreira Maciel Brito e Rodrigo Simão Camacho

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade.

Milton Santos

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a organização social das famílias do assentamento Geraldo Garcia – Município de Sidrolândia-MS -, a partir de uma perspectiva no sentido de compreender a reprodução social, frente ao agronegócio presente na região, como uma forma de resistência. Para isso, o trabalho se amparou em um levantamento bibliográfico e documental sobre o lugar e, especificamente, sobre os processos que informam a luta pela terra no país, sua monopolização, a emergência da reforma agrária e suas contradições. Em outro momento, centralizamos nossa discussão em dois sistemas produtivos, sendo o agronegócio e a agricultura familiar, apontando para a importância da agricultura familiar na constituição de uma soberania alimentar, tendo como base o paradigma da questão agrária (PQA), contrapondo, assim, o paradigma do capitalismo agrário (PCA), de modo a compreender que a agricultura familiar é o caminho para o alcance da soberania alimentar. Nessa discussão, se enfatizou a própria constituição do estado de Mato Grosso do Sul, e sobre o processo desigual de ocupação e a presença dos movimentos socioterritoriais. Os dados coletados na pesquisa de campo apontaram para as diferentes nuances que constituem a reprodução camponesa no território em questão. Nesse contexto, falamos que a despeito da forte presença do agronegócio na região, o trabalho assalariado emerge dentro do assentamento como forma de resistência, sendo um meio encontrado para se manter em sua terra de trabalho. Abordamos, também, que o arrendamento da terra dentro do assentamento é um artifício usado pelos assentados como forma de manutenção da existência e reprodução social das famílias. Ademais, é importante ressaltar que alguns ainda resistem produzindo alimentos, outros, mesclam com o arrendamento; sendo esses alimentos vendidos nas feiras que acontecem durante a semana na cidade. Como recurso metodológico, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários semiestruturados, compilação de relatos, sendo os mesmos extraído de entrevistas com integrantes projeto de assentamento.

Palavras-chave: Assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia-MS, arrendamento da terra, reforma agrária, agronegócio, agricultura familiar.

RESUMEN

Esta investigación buscó analizar la organización social de las familias del Asentamiento Geraldo García - Sidrolândia-MS -, desde una perspectiva que busca comprender la reproducción social, frente al agronegocio presente en la región, como una forma de resistencia. Para ello, el trabajo se apoyó en un levantamiento bibliográfico y documental sobre el lugar y, específicamente, sobre los procesos que informan la lucha por la tierra en el país, su acaparamiento, el surgimiento de la reforma agraria y sus contradicciones. En otro momento, centramos nuestra discusión en dos sistemas de producción, el agronegocio y la agricultura familiar, señalando la importancia de la agricultura familiar en la constitución de la soberanía alimentaria, con base en el Paradigma de la Cuestión Agraria (PQA), oponiéndose así al Paradigma de la Agricultura Capitalista (PCA), para entender que la agricultura familiar es el camino para alcanzar la soberanía alimentaria. En esta discusión, se puso énfasis en la constitución misma del estado de Mato Grosso do Sul, y en el proceso desigual de ocupación y presencia de movimientos socioterritoriales. Los datos recogidos en la investigación de campo apuntaron a los diferentes matices que constituyen la reproducción camponesa en el territorio en cuestión. En este contexto, decimos que a pesar de la fuerte presencia del agronegocio en la región, el trabajo asalariado emerge dentro del asentamiento como una forma de resistencia, siendo un medio encontrado para permanecer en sus tierras de

trabajo. También abordamos que el arrendamiento de tierras dentro del asentamiento, como lo señala Marx, es un artificio utilizado por los colonos como forma de mantener la existencia y reproducción social de las familias. Además, es importante señalar que algunos aún se resisten a producir alimentos, otros se mezclan con el arrendamiento; estos alimentos se venden en las ferias que se realizan durante la semana en la ciudad. Como recurso metodológico, la investigación se caracteriza como cualitativa, cuya recolección de datos ocurrió a través de la aplicación de cuestionarios semiestructurados, recopilación de relatos extraídos a través de conversaciones informales con los pobladores y observación del lugar.

Palabras clave: Asentamiento Geraldo García-MS, arrendamiento de tierras, reforma agraria, agroindustria, agricultura familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Acampamento Marcos Freire em Dois Irmãos do Buriti MS.....	15
Figura 2 – Chegada em Corumbá no ano de 1989.....	16
Figura 3 – Acampamento Taquaral em Corumbá MS 1989.....	16
Figura 4 – Abastecimento de água no Acampamento Taquaral em Corumbá MS 1989.....	17
Figura 5 – Acampamento Geraldo Garcia na reserva do assentamento Padroeira em Nioaque.....	75
Figura 6 – Marcha do Rio de Janeiro há Brasília (Marcha para Brasília)	75
Figura 7 – Reunião no acampamento Geraldo Garcia na reserva do assentamento Padroeira em Nioaque.....	75
Figura 8 – Número e localização de assentamentos em Sidrolândia MS.....	77
Figura 9 – Viveiro de mudas no assentamento Geraldo Garcia, visão externa.....	87
Figura 10 – Viveiro de mudas no assentamento Geraldo Garcia, visão interna.....	87
Figura 11 – Produção em estufa no assentamento Geraldo Garcia.....	88
Figura 12 – Produção em estufa e por irrigação no assentamento Geraldo Garcia.....	88
Figura 13 – Produção de alimentos por irrigação no assentamento Geraldo Garcia.....	89
Figura 14 – Reservatório de água e criação de tilápia no assentamento Geraldo Garcia.....	89
Figura 15 – Feira do Brizola, barracas antigas, no bairro Jandaia em Sidrolândia MS.....	90
Figura 16 – Feira do Brizola, Bairro Jandaia em Sidrolândia MS.....	91
Figura 17 – Feira do Triângulo, barracas antigas, Bairro São Bento em Sidrolândia MS.....	91
Figura 18 – Feira do triângulo no Bairro São Bento em Sidrolândia MS.....	92
Figura 19 – Banca na feira do Triângulo, Bairro São Bento em Sidrolândia MS.....	92
Figura 20 – Feira do Brizola após os investimentos pela prefeitura em barracas novas.....	93
Figura 21 – Feira do Brizola com barracas novas.....	93
Figura 22 – Feira do Brizola, Bairro Jandaia, barracas novas.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de assentamentos por UF no Brasil.....	77
Quadro 2 – Assentamentos em Sidrolândia MS.....	78
Quadro 3 – Número de lotes vendidos e permutados no assentamento Geraldo Garcia.....	79
Quadro 4 – Número de lotes com agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia.....	95
Quadro 5 – Dados referentes a ocupação dos assentados do P.A Geraldo Garcia.....	98
Quadro 6 – Produção, renda e lucro da soja e milho por hectare no P.A Geraldo Garcia.....	108

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

CPT – Comissão Pastoral da Terra

MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul

EFA – Escola Família Agrícola

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

SEDERMA – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

UF – Unidade federativa

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

GG – Geraldo Garcia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. A REFORMA AGRÁRIA E O CONTEXTO DA MONOPOLIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.....	29
1.1– A invasão do Brasil e a constituição das bases para monopolização da terra.....	29
1.2 – As contradições no espaço rural brasileiro.....	33
2. AGRONEGÓCIO X AGRICULTURA FAMILIAR: AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO CAMPO.....	37
2.1 – Dominantes e dominados: A história da subalternização no rural brasileiro.....	37
2.2 – Agronegócio X agricultura familiar.....	40
2.3 Implicações sobre o paradigma da agricultura capitalista.....	42
2.4 – Paradigma da questão agrária (PQA).....	45
2.5 – A agricultura familiar e a constituição da soberania alimentar.....	46
3. A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA E O PROJETO DA REFORMA AGRÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL.....	53
3.1 A ocupação do Mato Grosso do Sul e a concentração fundiária.....	53
3.1.1 – Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)	54
3.1.2 – Companhia Mate Laranjeira.....	56
3.1.3 – Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)	57
3.1.4 - Projetos privados de colonização	58
3.2 – Os movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil: CPT e MST.....	60
3.3 – Contexto histórico da reforma agrária no MS.....	68
3.4 – Criação, distribuição e organização socioespacial do assentamento Geraldo Garcia nos dias atuais	71
3.4.1 - Acampamento Geraldo Garcia em Anastácio MS (1998)	71
3.4.2 - Acampamento Geraldo Garcia em Nioaque MS (1998-1999)	72
3.4.3 - Acampamento Geraldo Garcia em Sidrolândia MS (1999-2001)	72

4. REPRODUÇÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA: ARRENDAMENTO, PRODUÇÃO E ASSALARIAMENTO.....	82
4.1 – Produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia.....	82
4.2 – As feiras como reprodução social em Sidrolândia MS.....	90
4.3 – Enfraquecimento da produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia.....	94
4.4 – Trabalho assalariado como reprodução social no assentamento Geraldo Garcia.....	96
4.5 – O arrendamento da terra: análise e apontamentos.....	99
4.6 – Renda diferencial em Marx.....	102
4.7 – Arrendamento da terra no assentamento Geraldo Garcia: alguns apontamentos.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE.....	123

TRAJETÓRIA PESSOAL E PESQUISA

Tendo minha trajetória de vida atrelada ao campo, o presente trabalho se mostrou um desafio. Digo isso, porque compreendo que a vida do camponês se apresenta como uma batalha diária, parte de uma “guerra”, sendo essa “guerra” uma necessidade histórica. Minha trajetória está vinculada ao fim do regime militar e início do regime democrático, e foi através da Comissão Pastoral da Terra¹ (CPT), que tudo começou.

Filho de Maria Martins da Silva (mineira) e Francisco Pereira da Silva (baiano), nasci em 25/12/1984 no Paraguai, onde minha família possuía um hectare de terra e plantava alguns artigos alimentícios. Meu pai ficava boa parte do tempo fora de casa, trabalhando em fazendas, sendo essa a atividade responsável pela manutenção das necessidades básicas da família. No ano de 1986, minha família se juntou a tantas outras que estavam sob a organização da CPT, com o objetivo de retornar ao Brasil.

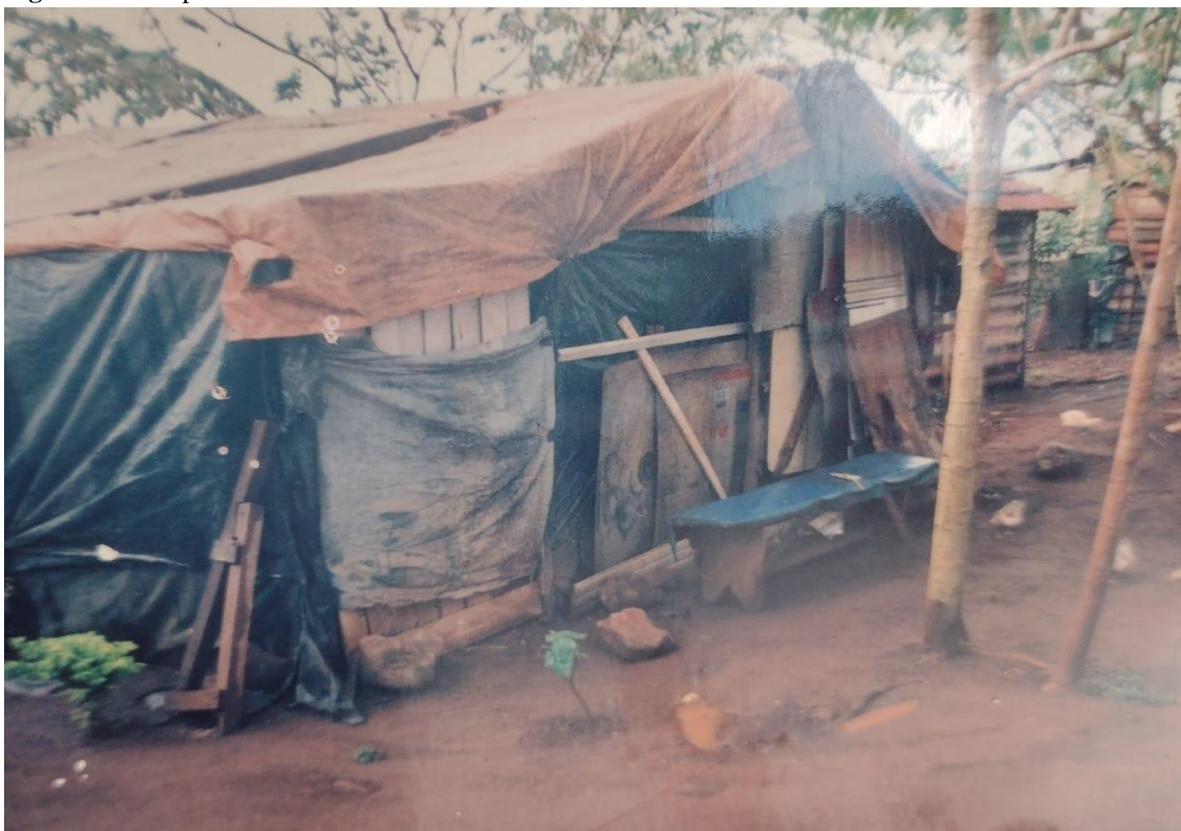
Assim, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), saímos do Paraguai e caminhamos para o retorno ao Brasil, chegando, inicialmente, no município de Eldorado, no Mato Grosso do Sul, onde permanecemos acampados² por um ano. Nesse acampamento, minha família começou a sua jornada como sem-terra, ou seja, como camponeses expropriados lutando por um pedaço de terra para morar e trabalhar.

Seguindo o fluxo de um “sem-terra”, no ano de 1987 minha família, junto a tantas outras, seguiu seu caminho para outro município, em que se iniciaria um novo capítulo, com novos personagens. Chegamos a Dois Irmãos do Buriti (MS), onde ficaríamos acampados por cerca de dois anos, sendo este período cheio de desafios, como, por exemplo, a falta de água. Esse acampamento, com o nome de Marcos Freire, era localizado na fazenda Santo Inácio e tinha uma grave escassez de água, sendo necessário o deslocamento das famílias até o rio Dois Irmãos para retirar água de forma manual por meio do uso de baldes e/ou galões. Abaixo imagem do acampamento.

¹ [...] a Teologia da Libertação –, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fundou em 1975 a CPT. Sua criação teve por finalidade a luta contra a violência e perseguição de posseiros e indígenas, principalmente das regiões Norte e Centro-oeste do país (Fernandes, 2000).

² [...] os acampamentos representam um importante espaço de socialização, sendo o lócus inicial de mobilização de indivíduos e famílias de diferentes origens, e que, na luta pela conquista da terra, contribuem para a construção de uma nova identidade social (Belo e Pedlowski, 2014, p.72)

Figura 1: Acampamento Marcos Freire em Dois Irmãos do Buriti MS



Fonte: Arquivo do professor Me. Jairo Saraiva Moreira, 1989.

Devido às dificuldades do lugar, muitas famílias decidiram não participar do sorteio dos lotes do acampamento Marcos Freire. Desse modo, essas famílias que preferiram não pegar lote nessa fazenda, seguiram caminho para a fazenda Taquaral, no município de Corumbá-MS. Vejamos as contribuições de Moreira, sobre o processo de transferência dos acampados de Dois Irmãos do Buriti para Corumbá:

Após quase três anos acampados em Santo Inácio, depois de muita pressão e manifestações, o governo viabilizou algumas áreas destinadas para a reforma agrária, entre elas a fazenda Taquaral em Corumbá (MS). Assim, no final de 1989, foram transferidas 305 famílias para essa localidade, que se juntaram a mais 89 famílias de corumbaenses que estavam acampadas nessa área. No entanto, chegando ao município, ainda permaneceram acampadas por mais dois anos provisoriamente, pois a terra ainda não estava liberada para a reforma agrária. (Moreira, 2010, p.49)

Dessa forma, chegamos no município de Corumbá no ano de 1989, onde montamos acampamento e permanecemos acampados até o ano de 1992, quando enfim aconteceu o sorteio dos lotes e minha família foi beneficiada com a tão sonhada terra de trabalho. Uma área cheia de peculiaridades, região pantaneira, berço de tantas espécies de animais, linda paisagem, coberta por uma vegetação bastante diversificada. A imagem abaixo mostra como foi a chegada em Corumbá.

Figura 2: Chegada em Corumbá no ano de 1989



Fonte: Arquivo do professor Me. Jairto Saraiva Moreira, 1989.

Nossa ida para Corumbá foi em um trem cargueiro que havia sido negociado pela CPT. Saímos da estação palmeiras, no distrito de Palmeiras, com várias famílias levando apenas roupas e utensílios domésticos, a fim de chegarem no novo lugar e lá se tornarem assentados.³

Figura 3: Acampamento Taquaral em Corumbá MS



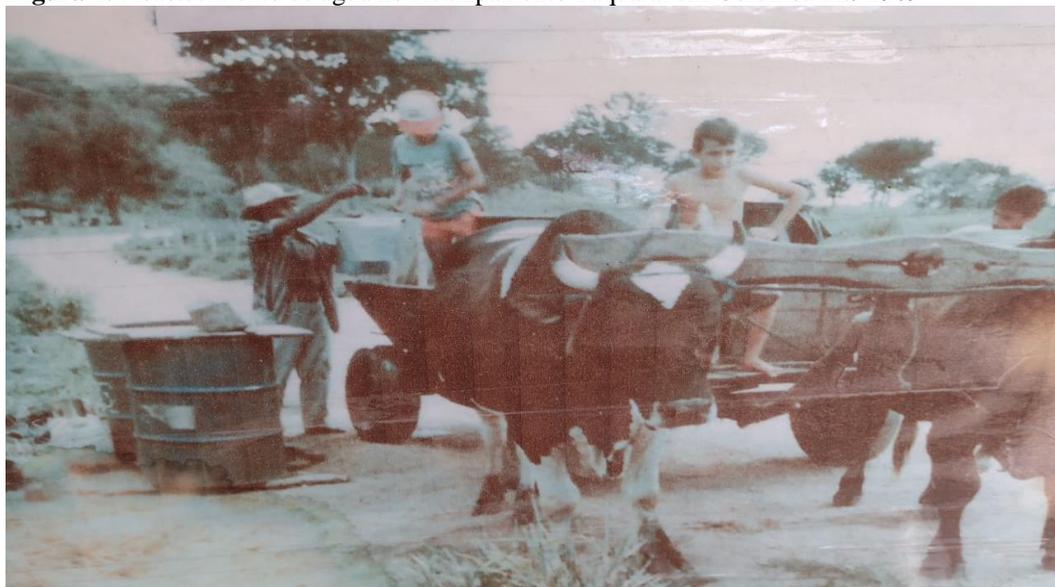
Fonte: Arquivo do professor Me. Jairto Saraiva Moreira, 1989

³ O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra [...] (Sauer, 2005, p.59)

Apesar de ser uma região pantaneira, a escassez de água também era uma realidade dentro do Assentamento Taquaral, fato vivido desde a chegada nesse território. A água encontrada no subsolo era salobra, sendo que em alguns lugares a quantidade de sal tornava impossível o consumo da mesma. Além disso, havia muito pernilongo, chuvas irregulares que dificultavam a produção de alimentos e altas temperaturas.

Nesse contexto, muitas vezes sem água até para o consumo próprio, as famílias ficavam à mercê da prefeitura, que fazia o abastecimento de água com caminhão-pipa. Ademais, as caixas d'água que ficavam sob o sol deixavam a água tão quente que, para diminuir a temperatura dela, tínhamos de colocá-la na sombra, deixar passar a noite em recipiente aberto no sereno, cavar buracos e inseri-los lá durante a noite.

Figura 4: Abastecimento de água no Acampamento Taquaral em Corumbá MS 1989



Fonte: Arquivo do professor Me Jairto Saraiva Moreira, 1989

Em meio a esse cenário, minha família ficou assentada no assentamento Taquaral⁴ em Corumbá, do ano de 1992 a 2002, sendo que durante esse período não conseguimos retirar o nosso sustento desse pedaço de terra, de modo que para complementar a renda e suprir as necessidades da família a única forma encontrada foi através de diárias que meu pai e meu irmão faziam. Trabalhavam em diárias dentro do assentamento, sendo muitas vezes

⁴ Implantado em 1991, o assentamento Taquaral está localizado a cerca de 15 km da cidade de Corumbá[...] com altitude variando de 90 a 540 m. Tem uma área total de 10.013,24 ha dividida em 394 parcelas de dimensões variáveis. (Cardoso, Spera, Pllegrin, Spera. 2002, p.13)

Como ocorre em praticamente toda a borda Oeste, também no Assentamento Taquaral, são verificadas variações nas características dos solos, determinando diferentes classes, mesmo em pequenas áreas. Embora os solos locais possuam boa reserva de nutrientes, suas limitações ao cultivo agrícola são expressivas, especialmente no Assentamento Taquaral, representadas, principalmente, pelas características físicas dos solos predominantes e agravada pela deficiência hídrica, marcante na região (Cardoso, Spera, Pllegrin, Spera. 2002, p.14).

explorados por assentados – a tal ponto que meu pai chegou a trabalhar três dias para pagar um pacote de açúcar.

Com o falecimento do meu pai, no ano de 1996, falávamos em deixar o assentamento Taquaral. Assim, no ano de 1998, meu irmão e uma de minhas irmãs deixaram Corumbá em direção a Nioaque, onde iniciaram suas trajetórias no MST⁵.

Com a saída do meu irmão e de minha irmã, permaneceu neste assentamento minha mãe, quatro irmãs, uma sobrinha nascida em 1998 e eu. Foi um período de muitas dificuldades, visto que eu e minha mãe trabalhávamos em diárias capinando roças para complementar a pensão que ela recebia pelo falecimento do meu pai. Paralelo a isso, duas, das minhas irmãs, trabalhavam como empregadas domésticas na cidade – com um salário que dava apenas para a manutenção das mesmas.

Em 2002, meu irmão e minha irmã foram contemplados com seus lotes no município de Sidrolândia- MS. No mesmo ano, minha mãe passou os direitos do sítio para o filho de um assentado, recebendo por isso uma quantia financeira em decorrência das bem-feitorias realizadas. Por fim, no dia 15 de julho do referido ano, nos mudamos em definitivo para o assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia-MS.

No assentamento Geraldo Garcia⁶, enxerguei várias possibilidades para o desenvolvimento da agricultura familiar, visto que neste espaço havia uma terra com melhores condições de cultivo. Começamos a trabalhar em uma parte da terra, gradeando, adubando e plantando. Plantávamos melancia, feijão, batata doce, hortaliças etc.

Em 2003, comecei a estudar no segundo ano do ensino médio na área urbana do município, na escola Sidrônio Antunes de Andrade, uma vez que no assentamento não era oferecido essa etapa do ensino. Nesse colégio me deparei com a indiferença, com o preconceito e com o desprezo direcionado aos assentados, não por parte dos professores, mas por parte de alguns estudantes que viam os recentes assentamentos “como algo estranho” na região.

Nesse colégio comecei a enxergar o mundo de outra forma, tendo a compreensão de que é somente através do conhecimento que se combate a ignorância e preconceitos, que um dia experienciei. Em 2004, ao término do ensino médio, recebi elogios dos professores que me ensinaram, o que me motivou a permanecer nesse caminho.

⁵ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁶ Geraldo Garcia, técnico agrícola, um dos fundadores do PT em Mato Grosso do Sul. Em tempos de escassos recursos, viajava por conta própria ou de carona, realizando o que ele dizia ser a sua vocação: o trabalho de formação política. Geraldo era técnico em agropecuária e marcou sua atuação também na defesa da reforma agrária e dos movimentos sociais ligados à terra. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/75997>

Assim, imbuído do esforço que o assentado tem de empreender para poder adentrar em outros campos de poder, começo a cursar nível superior e passo a levar comigo as questões que envolvem a vida cotidiana dos assentados e que, agora, problematizo na pesquisa.

Em 2007, iniciei os estudos em pedagogia na modalidade semipresencial na Universidade Luterana do Brasil, onde viria a me formar em 2009. Durante os estudos, temas relacionados à reforma agrária ganharam mais espaço em minha vida, mas foi a partir de 2011, na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), cursando Geografia, que adquiri senso crítico aliado a perspectiva intelectual para debater sobre a temática e combater qualquer tentativa de se estereotipar essa classe de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil.

Hoje, sou formado em Pedagogia, Geografia e Educação Física. Aliado a isso, cursei uma pós-graduação – especialização - em Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas, e consegui ser aprovado em um concurso na educação infantil na zona urbana, área de atuação educação física. Agora que minha trajetória me trouxe até o mestrado, busco, nesse novo contexto, retornar para a escola do campo e contribuir com a legitimação da reforma agrária no Município de Sidrolândia-MS. É nesse contexto, que surge a pesquisa que me propus desenvolver e que agora apresento na introdução do trabalho e demais capítulos.

INTRODUÇÃO

O Assentamento Geraldo Garcia, localizado no município de Sidrolândia-MS, composto por 183 lotes, distribuídos em 17 grupos. A agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia se apresenta em forte decadência, tal situação é decorrente da insuficiência de políticas públicas que viabilizassem recursos para a produção de alimentos. Sendo a agricultura familiar fator que legitima a reforma agrária dentro de um assentamento e que garante a subsistência dos assentados, fica evidente que o assentamento Geraldo Garcia está longe de tal legitimação. Assim, diante de tal contradição, buscou-se através dessa pesquisa, compreender as formas de organização social das famílias desse assentamento, para se manter em suas terras e quais são as estratégias que os assentados utilizam como forma de resistência e, que possibilitam a reprodução social dessas famílias dentro do assentamento, substituindo ou aliando-as a agricultura familiar.

Nesse contexto, esse trabalho objetiva analisar as formas de reprodução social no assentamento Geraldo Garcia. Compreendendo que a reprodução desse assentado enquanto camponês deveria ter como base a agricultura familiar, fizemos aqui um exercício em torno das necessidades das famílias desse assentamento, sendo essas impulsionadas pela decadência na produção de alimentos que deveria ser sua base mantenedora.

A problemática relacionada à decadência da agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia é a mesma existente na grande maioria dos assentamentos do país, visto que a literatura e pesquisas têm apontado que parte do problema está na insuficiência de políticas públicas, aliada - muitas vezes - à inexperiência dos assentados. Ademais, esse problema é agravado pelo fato de não possuírem orientações profissionais, que os auxiliem no trabalho em suas terras.

Sendo assim, se torna necessário ir além do que está posto e analisar as contradições que envolvem o atual momento da reforma agrária no assentamento, apontando, portanto, para as formas de vida que os assentados têm operacionalizado nesse espaço. De início, pode-se verificar que as dificuldades na produção de alimentos, levou muitos assentados a buscar outras formas para se manter em suas terras, primordialmente, através do trabalho assalariado e/ou arrendamento de terras.

Partindo dessa problemática, os caminhos teóricos percorridos nessa pesquisa, que buscaram analisar os fundamentos da formação social e distribuição da terra no país - buscou contextualizar a questão agrária no Brasil desde o período colonial. Esse exercício foi

necessário para compreender que as dificuldades da consolidação da reforma agrária é fruto de uma história desigual iniciada desde 1500 com os preceitos de uma visão de mundo eurocêntrica e capitalista dos invasores ocidentais.

Portanto, a escolha foi por uma reflexão a respeito da reprodução histórica do campesinato, tomando como referência a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que os sujeitos denominados camponeses e agricultores familiares são os mesmos, de modo que a mudança de conceito acontece no tempo e espaço. Em consonância com a pesquisa, contextualizamos o conceito de reforma agrária, agricultura familiar e soberania alimentar, sendo conceitos indispensáveis para essa investigação.

O "fracasso" iminente da agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia nos levou a analisar de que forma a ineficácia ou a ausência de políticas públicas pode ter contribuído para que esse sistema de produção não tivesse sucesso. Foi exposto nesta pesquisa as linhas de crédito oferecidas aos assentados, fazendo um aparato da quantia financiada com as necessidades relacionadas ao preparo do solo para uma melhor produção, recuperação dos pastos para resistir ao gado durante o ano, madeira e arame para cerca, perfuração de poço semiartesiano, compra de triturador para fazer ração no período de seca e por fim, a compra do gado, sendo a produção de leite a principal fonte de renda para o assentado.

Além disso, outro problema vivenciado no assentamento está relacionado ao arrendamento dos lotes, que hoje é uma realidade contraditória em Geraldo Garcia. Sendo assim, fez-se necessário analisar os motivos que levaram os assentados a escolha dessa via antagônica em relação à consolidação da reforma agrária. Para isso, foi preciso investigar às percepções dos assentados no que diz respeito a presença da agricultura capitalista no território em questão, tal como a produção em larga escala das lavouras, e sobre os motivos que os levaram a arrendar seus lotes para esse segmento da produção. Contudo, a despeito disso, ainda foi possível encontrar assentados resistindo com a produção de alimentos mesmo com a presença do agronegócio nesse território.

Outra situação encontrada no assentamento, e que também foi analisado no contexto desse trabalho, foi a venda ilegal de lotes como uma prática utilizada pelos assentados para a manutenção da vida nesse território. Buscando compreender a raiz desse problema, que enfraquece a luta pela consolidação da reforma agrária, a realização pesquisa de campo, teve por foco a imersão no problema e na compreensão que os sujeitos atribuem a esse processo.

A efetivação plena da reforma agrária dentro do assentamento Geraldo Garcia está longe de ocorrer, tendo em vista que a produção de alimentos no território em questão é algo escasso. Esse problema se agrava ao ponto de os assentados, cada vez mais desanimados com

o baixo retorno diante do trabalho em seus lotes, tenderem a buscar outras formas de subsistência.

Dentre as soluções encontradas para suprir as necessidades essenciais da família, estão: o trabalho em empresas agropecuárias, em fazendas com o cultivo da monocultura e o arrendamento dos lotes. Desse modo, analisar essas formas de resistência dentro do assentamento Geraldo Garcia se torna uma necessidade, não somente para o mesmo, mas contribuirá com informações necessárias a pesquisa relacionada ao campo da reforma agrária.

Sendo assim, torna-se necessário investigar o contexto histórico da questão agrária no Brasil, visto que a problemática existente no assentamento Geraldo Garcia, é fruto das contradições produzidas pelas classes dominantes Europeias no contexto da colonização e que, no presente, se materializa também nesse assentamento.

A monopolização das terras no Brasil inicia-se com a busca dos países europeus por acumulação de riquezas em um contexto de desenvolvimento e ascensão do capitalismo como modo de produção predominante. Estando os europeus em posição de dominadores, e, ao mesmo tempo, sendo os criadores das leis e da dominação do ocidente sobre as demais partes do mundo, cria-se através desse poderio uma gama de privilégios para os colonizadores e a legitimação sobre outros povos.

Tem-se, portanto, que a relação de poder existente no território brasileiro é exercida por donos de terra que exploram desde o princípio a força de trabalho das classes dominadas. No tocante a isso, buscamos à contribuição que Caio Prado Jr. Traz em Formação do Brasil Contemporâneo, ao afirmar que a despeito da abolição da escravidão a sociedade brasileira é permeada por uma “escravidão moderna”, sendo essa causada por uma sociedade patriarcal e por um sistema de distribuição de riquezas excludente.

Posto isso, a pesquisa também aponta que essa “dominação europeia” no território brasileiro se materializou com a chegada dos portugueses, em 1500, até o contexto do século XIX, em que se deu a legitimação da grande propriedade por meio de leis arbitrárias – vide Lei de Terras de 1850 -, apontando, dessa forma, para as raízes das desigualdades produzidas e reproduzidas historicamente no rural brasileiro. Assim, através da análise histórica, buscou-se fatos que corroboram com a hipótese defendida nessa pesquisa, saber: as dificuldades de reprodução social dos assentados da reforma agrária estão estreitamente vinculadas à forma de distribuição da terra que privilegia os grandes produtores rurais e o agronegócio. Nesses termos, cabe ao pequeno produtor, agricultor familiar, camponês, posseiro, encontrar formas de se manter na terra para além do suporte do Estado – que muitas vezes se mostra ineficiente.

No século XX, a discussão do rural brasileiro e suas significativas manifestações de ruralidades apontam para um território complexo e com intensa concentração de terras, personificadas no antagonismo de duas classes sociais distintas, os camponeses (também caracterizados como agricultores familiares), por um lado; e grandes latifundiários, por outro. Sobre esse aspecto, destaca-se o privilégio histórico que a agricultura capitalista sempre logrou, de modo que pouco foi feito para que se desenvolvesse a agricultura familiar.

Apesar das intensas mudanças nas formas de produção que o campo vem passando desde meados do século XX, percebe-se que isso não influenciou em transformações na base social e de capacidade de diversificação da produção no meio rural, ao contrário, a propalada “modernização da agricultura” trouxe cada vez mais a concentração de terras e a monocultura como forma de produção dominante. Tal modernização tem como marco a revolução verde, constituindo-se em um processo de profundas mudanças no campo, partindo da modificação genética de plantas à produção de maquinários para otimização do trabalho em lavouras.

Portanto, a modernização da agricultura no Brasil se consolidou como uma importante ferramenta de crescimento do agronegócio – com o seu modelo concentrador -, por meio de vultuosos subsídios estatais. Assim, tem-se que uma classe já privilegiada se apropria de políticas que amplia em muito o domínio econômico de uma classe que já é dominante.

Destarte, parafraseando o escritor João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, resta-nos agora indagar: “e ao agricultor, ao camponês, qual é a parte que lhe cabe deste latifúndio?” Como resposta, temos que lhe cabe o resto, os resquícios do que se pretendia ser uma reforma agrária. Uma reforma agrária que não foi contemplada “pela tal modernização da agricultura”, uma reforma agrária que não conseguiu concretizar uma política de crédito eficiente entre os pequenos agricultores.

Ao analisar a evolução das políticas de fortalecimento da agricultura familiar como PRONAF, PAA, PNAE, pode-se constatar que foram políticas de médio alcance, visto que não conseguiram dar conta da totalidade das necessidades que acompanham as demandas de produção dos assentados. Além disso, falar dessas políticas exige pensar os governos que estiveram no comando e o que cada um fez com relação à essas políticas, discutindo dessa forma o desmonte das mesmas após o golpe de 2016, analisando assim, os governos Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022).

Diante disso, analisou-se a formação do assentamento Geraldo Garcia e a reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. Para isso, optou-se pela construção de um caminho teórico que buscou refazer a cronologia dos acontecimentos históricos que interferiram nesse processo. Assim, a linha das narrativas aqui formuladas abarcou a relação da Guerra do

Paraguai com a formação do lugar; a criação da empresa Matte Laranjeira e os impactos sobre as formas de produção e concentração de terras no estado; os projetos de povoamento para a região, com ênfase na Marcha para o Oeste/CAND; a inserção de Mato Grosso do Sul nos circuitos da monocultura e sua vinculação aos grandes produtores nacionais, com ênfase ao crescimento da agricultura capitalista na década de 1950; o surgimento dos movimentos de contra monopólio da terra, na década de 1980, com o suporte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o começo da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornaria um movimento de extrema importância para os dominados do rural brasileiro, com visibilidade no mundo inteiro.

Por fim, é nesse contexto que é apresentado o assentamento Geraldo Garcia, em que se analisou as influências desse processo, desde o acampamento até os dias atuais, mostrando, assim, os reflexos das políticas públicas para o sucesso – ou não - da agricultura familiar nesse território. Discutiu-se, ainda, sobre o arrendamento dos lotes no assentamento, de modo que se buscou, através da pesquisa a campo, os motivos pelos quais esses assentados arrendam e se o mesmo é conciliado com a agricultura familiar ou, ainda, se a produção na terra é totalmente abandonada por esses assentados.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo a fim de se elucidar o problema investigado sob a ótica da apuração dos fatos e sua posterior interpretação por meio das análises teóricas e documentais. Segue abaixo um detalhamento dos procedimentos da pesquisa.

Esa pesquisa tem como base teórica o materialismo histórico-dialético, que tem entre os seus fundamentos a ideia de que a vida material é que determina a forma como as sociedades se organizam. De uma certa forma, isso significa dizer que a lógica opressora exclui as classes dominadas do acesso às riquezas em um determinado território, de modo que para fugir dessa lógica, os excluídos precisarão se organizar para mudar esse enredo.

Entendendo a cronologia da humanidade como uma história de luta de classes, Marx conduz à reflexão sobre os sujeitos envolvidos nesse processo, explicitando o objeto do conflito, ou seja, o que está em disputa nessa luta do “homem contra o homem”. Sobre esse aspecto, para Carvalho e Piza:

A modernidade – analisada pelo prisma do marxismo – é o resultado do amplo espectro de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais impulsionado pela burguesia em seu movimento de constituir-se como classe. O surgimento da grande indústria, do mercado mundial e da conseqüente generalização da riqueza sob a forma de capital e mercadoria (e sua conseqüente concentração) marcam a emergência da modernidade. Do ponto de vista das relações de classe, o desenvolvimento do capitalismo gestou a concentração dos meios de produção e

subsistência em posse de uma classe proprietária e, no outro polo, uma classe que possui como única propriedade a sua capacidade de trabalho. (Carvalho e Piza, 2016, p.19)

Dentro desse contexto, e partindo do materialismo histórico dialético, o qual guiou os caminhos dessa pesquisa, buscou-se mostrar o enredo contraditório produzido pelo colonialismo no território brasileiro que produziu intensas distorções na distribuição de terras e no acesso ao Estado.

O método de pesquisa utilizado aqui tem a vivência como ponto chave, uma vez que sou parte do objeto pesquisado. Desse modo, por fazer parte desse meio social, me aproximo ainda mais da carga histórica que esse território carrega e, portanto, minha participação como ator desse processo é imprescindível.

Pesquisar uma realidade da qual faço parte me possibilitou conhecê-la e entendê-la melhor, uma vez que sair a campo significou muito mais do que buscar informações, uma vez que em muitos momentos foi necessário confrontá-las àquelas que eu já possuía.

Para isso, me baseei em uma pesquisa qualitativa, pois muito além dos números, procurei interpretá-los, buscando respostas para as informações coletadas. Dessa forma, foram realizados diálogos com os atores desse processo, que trouxeram informações centrais para se chegar o mais próximo de uma resposta. Para Patias e Hohendorff:

[...] na pesquisa qualitativa, a realidade é múltipla e subjetiva (Ontologia), sendo que as experiências dos indivíduos e suas percepções são aspectos úteis e importantes para a pesquisa. A realidade é construída em conjunto entre pesquisador/a e pesquisado/a por meio das experiências individuais de cada sujeito (Epistemologia). Sendo assim, os pesquisadores entendem que não há neutralidade e que estão, no processo da pesquisa, influenciando e sendo influenciados pelo que está sendo pesquisado (Axiologia). O raciocínio ou a lógica da pesquisa qualitativa é a indutiva, partindo do específico para o geral. [...] (Patias e Hohendorff, 2019, p.2-3)

Compreendendo as subjetividades, busquei através das entrevistas, elementos que me auxiliassem na obtenção de informações sobre a realidade do assentamento, de forma que as distorções fossem analisadas, não afetando assim a resposta final. Quando em campo, as questões elaboradas foram pensadas no sentido de filtrar a essência diante do objeto pesquisado. O questionário foi composto por perguntas objetivas, buscando dessa forma uma resposta direta, de modo que a sequência de perguntas respondidas se agrupasse possibilitando assim interpretá-las.

O recorte utilizado para aplicação do questionário levou em conta alguns critérios importantes como: assentados remanescentes do acampamento, compradores e permutados,

tipo de produção no lote e local onde mora. Foram entrevistados 20 assentados, sendo 5 compradores e 15 remanescentes.

Com esse recorte, o questionário foi aplicado, as respostas foram analisadas e interpretadas. Interpretar o questionário requer muito cuidado, sendo necessário filtrar aquilo que o entrevistado pensa e dessa forma chegar a uma resposta a respeito do problema de pesquisa.

Dito isso, tem-se que a pesquisa se desenvolveu no campo físico e no campo teórico, no primeiro está o problema e lá buscamos algumas respostas. O lócus da pesquisa imprime uma realidade, é ali que o problema se encontra, mas desvendá-lo exige voltar alguns séculos na história. O próximo passo consistiu em análise teórica, sendo que somente através desta é que foi possível responder a algumas questões encontradas no campo físico, ou seja, no assentamento.

A pesquisa bibliográfica foi pautada em produções que dialogam com a temática e, através destas, pude compreender a história do assentamento, podendo assim olhar as entrelinhas das contradições no rural brasileiro e analisar as contradições existentes no assentamento Geraldo Garcia.

Dito isso, o trabalho está organizado da seguinte forma: possui introdução, 4 capítulos e as considerações finais. O capítulo 1, intitulado “a reforma agrária e o contexto de monopolização da terra no Brasil”, tem como ideia central, debater como a estrutura agrária se formou no país, apontando para as contradições do meio rural brasileiro que permeiam até hoje.

No capítulo 2, as discussões aportadas são direcionadas no sentido de deslindar como o agronegócio se constituiu como forma de produção dominante em vários momentos da história do Brasil. Para isso, aponto que as escolhas das políticas públicas, inclusive no período da chamada “modernização da agricultura em meados das décadas de 1950-1970, se voltaram para aqueles que sempre tiveram o domínio da terra, as oligarquias rurais. Assim, a relação entre agronegócio e agricultura familiar é operacionalizada pelo poder público de forma contraditória, tanto em sua reprodução quanto em sua importância. Isso porque, a produção de soja e milho no Brasil se apresenta em crescente evolução, deixando o cenário do campo brasileiro com uma paisagem dominada pela agricultura capitalista.

Prosseguindo com o tema, no capítulo 3 é abordado a criação do Assentamento Geraldo Garcia e a reforma agrária no Mato Grosso do Sul, bem como as bases em que a reforma agrária se desenvolveu no estado.

Por fim, no capítulo 4, são apresentados os fundamentos da pesquisa de campo e seus principais achados. A discussão traz à tona “o estado da arte” da produção agrícola no assentamento e as formas organização social das famílias no Assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia/MS. Nessa parte do texto, a ideia central é apresentar às possibilidades de reprodução social que às famílias encontram para se manter no lugar, e que muitas vezes só se torna possível por meio do acionamento de diversas formas de organização, desde o arrendamento da terra até ao uso do trabalho assalariado.

A metodologia da pesquisa: alguns apontamentos

A metodologia de pesquisa é o momento crucial para o bom andamento de uma pesquisa, dessa forma, podemos defini-la como um conjunto de procedimentos em um processo de busca científica, sendo que tais “procedimentos” de investigação podem ser definidos como mecanismos de coleta de dados e análise.

Para a realização desse trabalho foi utilizada uma pesquisa qualitativa ou pesquisa-ação⁷, de modo que, a princípio foi feito uma análise bibliográfica sobre o problema central que envolve o objeto pesquisado, posteriormente foi efetuada uma pesquisa a campo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas, buscando dados que contribuam para o resultado final.

Desse modo, essa pesquisa passou por alguns momentos fundamentais para sua autenticidade. Primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica, sendo feita a seleção de autores e textos, posteriormente foi procedida a leitura e fichamento dos textos selecionados, de modo que foi atestado aos mesmos potenciais para dar qualidade teórica à pesquisa.

Em um segundo momento foi realizada a coleta de dados, tendo como procedimento aplicação de questionário e realização de entrevistas. Foram aplicados dois questionários, o

⁷ [...] A pesquisa-ação é uma metodologia qualitativa e nela torna-se importante a prática reflexiva de ênfase social que se investiga e do processo de investigação (Pereira, Shitsuka, Parreira e Shitsuka, 2018, p.46).

Verifica-se que a metodologia do estudo de caso para ser implementada pode fazer uso de técnicas de levantamento de dados como é o caso da escala Likert, dos questionários e entrevistas e também técnicas de análise que podem envolver técnicas estatísticas para o caso de dados numéricos e, técnicas de análise do discurso e/ou análise do conteúdo para os estudos qualitativo (Pereira, Shitsuka, Parreira e Shitsuka, 2018, p.74).

primeiro contendo 38 questões foi aplicado para 20 assentados, sendo todos os grupos contemplados, neste, foram aplicados 6 questionários presencialmente e 14 através do Google Formulário, sendo que dos vinte que responderam, 5 eram compradores, sendo a faixa etária dos entrevistados entre 37 e 65 anos.

O questionário II foi aplicado para 17 assentados com faixa etária entre 37 e 65 anos, sendo efetuado 1 por grupo. Foram aplicados 3 questionários presencialmente e 14 através do Google Formulário, sendo que dos dezessete que responderam, 2 eram compradores.

Todas as etapas da pesquisa são importantes para que no final tenhamos um resultado condizente com a realidade, para isso, é preciso realizar cada segmento compreendendo sua importância para o resultado final.

1 – A REFORMA AGRÁRIA E O CONTEXTO DA MONOPOLIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

Este capítulo está organizado de modo a explicitar sobre a concentração fundiária no Brasil, discutindo sobre as bases que possibilitaram as disparidades existentes no campo. No mesmo capítulo também serão analisados os fatos em torno da reforma agrária neste país, de modo a mostrar o alcance das políticas públicas nos diferentes seguimentos de produção no rural brasileiro.

Antes de falarmos das questões teóricas centrais que norteiam os interesses dessa pesquisa - tais como a problemática da agricultura familiar e do agronegócio como paradigmas do processo produtivo no campo brasileiro, faz-se necessário compreender em que bases se assenta essa produção: em uma terra que historicamente nasceu concentrada no país e ampara o formato da distribuição de terras e de sociabilidades no meio rural. Isso porque, no Brasil, a questão agrária é fruto da ganância dos colonizadores europeus que aqui chegaram e se apossaram das riquezas existentes.

1.1 – A invasão do Brasil e a constituição das bases para monopolização da terra

Quando os colonizadores portugueses chegaram no território brasileiro no século XVI, já havia nessas terras povos originários, nominalmente os “indígenas”, que se tornaram alvo de uma dominação opressora e ideológica dos europeus. Esses povos conheciam e reconheciam esse território como o lugar onde poderiam viver harmoniosamente, retirando da natureza, da qual se consideravam parte, o necessário para sua sobrevivência.

Os indígenas, que chamavam essa terra de *Pindorama* (que significa “terra livre dos males”), com a chegada dos portugueses viram vários outros nomes sendo dados a esse território, até ser denominado de “Brasil” no ano de 1527 – outros nomes foram utilizados, como: Ilha de Vera Cruz, Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, dentre outros (Souza, 2002)

Esse encontro entre portugueses e nativos, foi um encontro entre duas culturas distintas, e pautado por uma superioridade hierárquica imposta pelos portugueses. Não foi somente um choque de culturas, foi sobretudo o encontro entre os povos nativos, que tinham o sentimento de pertencimento a terra, e os europeus, que tinham um sentimento relacionado à necessidade de obter a posse dessa terra, para assim explorar toda a riqueza existente sobre ela. No entanto, para a obtenção do domínio desse território, os portugueses travaram algumas batalhas, de modo que outras nações europeias também se sentiram atraídas para vir aqui.

Corroborando com a temática, Portugal e Hurtado apontam que:

Em meados do século XVI e início do XVII, o Brasil foi palco de incessantes conflitos entre portugueses e franceses. Estes, por sua vez, logo formaram pequenas redes comerciais com os indígenas e tentaram por duas vezes criar possessões em terras brasileiras. A primeira tentativa ocorreu durante a constituição da França Antártica, iniciada em 1555 e que perdurou até 1560, na qual os franceses procuraram estabelecer uma colônia na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Dentre os principais motivos para o fracasso, fizeram-se presentes as disputas internas entre os próprios franceses, entre católicos – liderados por Nicollas de Villegagnon, rígido comandante da França Antártica – e reformados. (Portugal e Hurtado, 2015, p.84)

Durante o período colonial - entre a chegada de Pedro Álvares Cabral e a Proclamação da Independência em 1822 -, o Brasil passou por diversas mudanças: políticas, econômicas e sociais. Sobre esse aspecto, tem-se que no meio rural ocorre um processo de dominação das elites por esse espaço, em que os detentores do capital se apossam das riquezas aí existentes.

Segundo Fausto, o pau-brasil foi a primeira riqueza passível de ser explorada, e a que deu um retorno mais imediato. Assim:

O descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe, o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas - índios, papagaios, araras - prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de terra dos papagaios. O Rei Dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e logo de Santa Cruz. O nome "Brasil" começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil. Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante, e a madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios. É curioso lembrar que as "ilhas Brasil" ou coisa parecida são uma referência fantasiosa na Europa medieval. [...]. (Fausto, 1996, p.22-23)

O processo de dominação do território brasileiro pelos portugueses passou por diversas mudanças, de forma que quanto mais conheciam essas terras, mais atrativa parecia. Isso porque, a Europa passava por um momento de retrocesso, e explorar novas terras com novas riquezas possibilitaria produzir um excedente que contribuiria com o progresso econômico europeu e difusão do nascente capitalismo. Portanto, explorar o pau-brasil foi muito rentável aos portugueses, e posteriormente à outras nações europeias que também se lançaram nessa empreitada. Sobre a exploração do pau-brasil, as afirmações de S. D'Agostini, Bacilieri, Hojo, Vittello, Bilynskyj e Batista, são reveladoras:

Em 1502, tem início a exploração do pau-brasil, pelos colonizadores portugueses, a primeira riqueza explorada pelos europeus em terras brasileiras. A mercadoria, usada para fabricar tinturas, teve grande aceitação no mercado econômico da Europa. A substância corante extraída da madeira, embora tivesse valor inferior às mercadorias orientais, foi de grande interesse para Portugal. Assim, a coroa portuguesa declarou a exploração do pau-brasil um monopólio real, e decretou que só poderia dedicar-se a essa atividade quem obtivesse uma concessão e pagasse um imposto. A primeira concessão de exploração foi conferida a Fernando de Noronha, que, até 1504, era o único que tinha permissão para explorar o pau-brasil. A coroa

portuguesa doou a ele a ilha de São João, mais tarde designada por seu nome. (S. D'Agostini, S. Bacilieri, Hojo, Vitiello, Bilynskyj, Batista, 2013, p.16)

Não parou no pau-brasil, uma vez que a exploração do ouro também fez parte do processo de dominação das riquezas existentes no Brasil pelos europeus e, dentro desse contexto de exploração, apareceram bens naturais como ferro, prata, e outros minérios. Foi um processo baseado na retirada de tudo que aqui existia e que poderia dentro do contexto do capitalismo mercantil dar lucro, contribuindo, assim, para o acúmulo de capital no continente europeu. Segundo Stedile:

Com a invasão dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação capital. (Stedile, 2011, p.20)

Todas as riquezas contraídas da exploração da natureza eram agregadas ao território europeu, de forma que a história do Brasil, forjada em meio à desigualdades, com a existência de uma pobreza extrema, é consequência da usurpação das riquezas aqui existentes. Assim, portugueses, franceses, holandeses, ingleses etc., retiravam das terras brasileiras tudo que pudesse ser explorado. Segundo Stédile:

No início, iludiram-se na busca do ouro; depois, porém, segundo nos explicam os historiadores, preocuparam-se em transformar outros bens naturais, como o ferro, a prata e outros minérios, em mercadorias. Mas logo perceberam que a grande vantagem comparativa de nosso território era a fertilidade das terras e o seu potencial para cultivos tropicais de produtos que até então os comerciantes buscavam na distante Ásia ou na África. [...] (STEDILE, 2011, p.20)

Em um território já dominado, os portugueses percebiam a necessidade de organizar uma possível colonização. A implantação das capitânicas hereditárias foi a primeira ação dos portugueses com o objetivo de melhor organizar a ocupação do território brasileiro, sendo que através desta poderiam ceder a posse da terra a terceiros sem perder totalmente o controle. Iniciada em 1533, as capitânicas hereditárias tinham como proposta dividir o Brasil em 14 grandes faixas de terra, sob controle dos donatários. Ficaram no controle dessas capitânicas hereditárias, à baixa nobreza portuguesa, que tinha a responsabilidade de proteger essas terras de invasões, produzir e repassar os impostos à coroa portuguesa. Segundo Stédile:

Com a instituição das capitânicas hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das

despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda. (Stedile, 2011, p.259)

Tendo como característica a concentração do poder nos donatários, e a necessidade de disporem de capital para que pudessem controlá-las, as capitanias hereditárias, como planejado, fracassaram. Diante da falta de recursos para administrar uma área de grandes dimensões, unido aos constantes ataques dos nativos, os donatários perderam totalmente as condições de seguir no controle dessas terras. Desse modo, a coroa portuguesa se viu com a necessidade de se implantar um novo modelo administrativo para ajudar na administração local: as sesmarias. Sobre as sesmarias Stedile ressalta que:

Desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do País, institucionalizou-se o monopólio da terra. Este prolongou-se durante a vigência do sistema das sesmarias, quando foi feita a distribuição de grandes extensões do território nacional aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações aborígenes. “O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena... o que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros, recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam num novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários” (Stedile, 2011, p.137).

O processo de dominação do território brasileiro passou por diversas fases, em que uma complementava a outra. Durante esse período intensificou-se o processo de segregação das classes dominadas, sejam de nativos ou dos negros vindos da África para serem escravizados. Esses grupos da sociedade nunca foram inseridos na partilha das terras do Brasil.

Já no século XIX, com a abolição da escravidão - fato ocorrido também pelas pressões externas, como da Inglaterra -, o Brasil muda para o sistema de trabalho assalariado, e os ex-escravos passam a ter, em teoria, os mesmos direitos que os brancos vindos da Europa - ou seja, também estariam aptos a obter a posse de uma parcela de terra.

Contudo, para a elite escravocrata, era preciso frear o ímpeto dos pretos livres, era preciso mostrar que a “liberdade” tinha certos limites. Desse modo, foi promulgada a Lei de Terras:

A Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a consequente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país. Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava. (Stedile 2012, p.24)

Uma pseudoliberalidade, é isso que foi concedido aos pretos escravizados. Estavam livres para trabalhar, mas não tinham trabalho, não tinham terra, não tinham moradia, foram

jogados à própria sorte em uma terra sem leis ou com leis criadas para tornar essa “liberdade” uma condição aos moldes do modelo de escravidão.

Com a criação da Lei de Terras, era dado o direito à obtenção de um pedaço de terra por qualquer indivíduo livre, desde que o mesmo possuísse condições financeiras para pagar por essa terra. Sobre as características da lei de terras de 1850, vejamos as afirmações de Stedile:

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850? Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (Stedile 2012, p.24).

Todo esse processo beneficiou os brancos europeus, de modo que, a terra, antes usada pelos nativos de maneira sustentável, passou à mercadoria nas mãos dos portugueses. Nesse contexto, inicia-se uma luta ideológica contra os recém libertos africanos escravizados, os nativos indígenas e colonos portugueses pobres. É nesse contexto que o rural brasileiro se constrói e se expressa em bases latifundiárias.

Portanto, o rural brasileiro foi fundado em bases de um território invadido, onde os invasores impuseram seu modo de vida, deixando aqueles que ali viviam submetidos aos seus mandos e desmandos. Assim, esse processo de dominação culminou na atual conformação do rural, um espaço repleto de desigualdades, mas com lutas incessantes para diminuí-las.

1.2 – As contradições no espaço rural brasileiro

Avançando na discussão sobre as contradições existentes no campo, onde diferentes ruralidades, com diferentes ideologias, ocupam o mesmo território, com uso e fins diferentes, nesse tópico proponho ampliar o debate sobre as pluralidades atuantes no mundo rural.

A ocupação do espaço rural brasileiro é contraditória, visto que, se por um lado a estrutura fundiária brasileira foi constituída em uma base desigual e concentradora, por outro lado, o Brasil é conhecido por sua diversidade étnica e cultural, uma vez que a sua formação populacional provém da mistura de vários povos, tendo cada um seu próprio modo de vida. Sobre a diversidade cultural brasileira, vejamos o que diz Little:

Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil foi pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. Ao incluir os diversos grupos não-camponeses na problemática fundiária - no que Bromley (1989) denomina de uma “outra reforma agrária” -, a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se toma uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial [...] (Little, 2004, p.252).

Pensar a estrutura fundiária existente hoje no Brasil, nos obriga a olhar e analisar todo um processo histórico, desigual e perverso, sendo o mesmo comandado por uma sociedade branca, egocêntrica, com preceitos autoritários, visando a conquista de território e sem se importar com a desterritorialização daqueles que aqui viviam. Em contribuição com essa discussão, Santos aponta que:

Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao generalizarem apenas como "índios", estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/ desumanizar [...] (Santos, 2015, p.27).

A dicotomia entre as ruralidades no Brasil, se constituiu historicamente por privilégios a determinados rural. Nesse contexto, o rural é em sua história carregado de complexidades, uma vez que diante do mesmo existiram e existem diferentes visões, enxergadas e/ou vivenciadas através de diferentes identidades, cada uma com uma concepção diferente desse espaço complexo.

Sobre esse aspecto, destaca-se que tanto os nativos, quanto o povo negro escravizado, constituíram em sua existência um elo de pertencimento com a terra; já os europeus, sempre objetivaram a dominação desse rural, ou seja, ter a posse da terra e, através da mesma, produzir e acumular riquezas. Sobre a complexidade do mundo rural, Leite e Bruno fazem a seguinte reflexão:

As realidades do mundo rural são complexidades e multiplicidades que são problematizadas e interpretadas em narrativas culturais distintas – eurocênicas ou subalternas, como as ameríndias, afro-brasileiras e latino-americanas – e em narrativas científicas sobre o rural, a exemplo das dissertações e teses no Programa CPDA. A abordagem da multiplicidade pode ser vista como uma estratégia de elucidação dos estudos interdisciplinares sobre o mundo rural para a importância da análise discursiva (ideológica) na produção dos significados e dos sentidos políticos do rural, bem como na elucidação nos sentimentos e vivências assimétricas dos seres humanos em sociedade (Leite e Bruno, 2019, p.29)

Para compreender o rural brasileiro, é necessário perceber que o rural existe e resiste, e se metamorfoseia diante da dinâmica espaço-temporal, ciclos que desencadeiam outros ciclos, onde um complementa o outro. Para Moura e Maciel:

O que parece ficar evidente é que o rural continua existindo, mas de uma forma diferente, de maneira que o rural se metamorfoseia e expande seu sentido de existir para além do trabalho identificado com a terra. Isso significa dizer que o camponês, agricultor ou morador do campo, pode, além de exercer suas típicas funções, ocupar outras matrizes de atividades laborais. (Moura e Maciel, 2013, p. 266).

A história desse complexo rural brasileiro, não nasce a partir da invasão dos portugueses, ela é muito anterior. Assim, os modos de vida desses grupos não devem ser analisados por um viés desenvolvimentista, no entanto, é preciso compreender que os europeus modificaram completamente essa realidade social, implicando, portanto, em novas identidades que são acionadas pelos sujeitos do campo a fim de que possam permanecer em seu espaço de vida. Para Hall:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (Hall, 2006, p.7)

O rural brasileiro passou por várias mudanças, todas elas relacionadas ao autoritarismo imposto por um sistema que historicamente buscou a dominação, no entanto, não se pode apagar uma ideologia, não se pode destruir uma identidade.

Portanto, ainda que o capitalismo tenha alterado a estrutura rural e de distribuição da terra, o processo é dinâmico, e, com as perdas, os nativos aprenderam a lutar pelos seus direitos, a resistir e a se organizar socialmente. Finalizamos essa discussão com as colocações de Silva:

Todavia, pós-Constituição Federal de 1988, com o fortalecimento de grupos étnicos pelo país, acompanhado do fortalecimento do movimento indígena, em um fenômeno denominado pela Antropologia como "etnogênese", "(re)emergência étnica", "territorialização", "reterritorialização", "etnicização", "ressurgimento" ou "viagem de volta", grupos e comunidades passaram a se articular em defesa de seus direitos constitucionais quanto à demarcação de terra, à atenção à saúde indígena e à educação escolar indígena. Assim, muitos grupos em luta por reconhecimento têm se organizado em associações e organizações indígenas, no intuito de reivindicar suas especificidades étnicas diante do Estado brasileiro. (SILVA, 2021, p.55)

Dentro desse complexo rural, cabe ainda, a questão camponesa, classe composta por um grupo que fora excluído do direito à posse da terra, uma terra de trabalho, terra de moradia, terra de convívio. É uma classe tão complexa quanto o rural, sendo constituída por uma diversidade étnica, em que pretos descendentes dos africanos escravizados e brancos, descendentes dos colonos pobres, partilham da mesma luta, reivindicam o mesmo direito, reivindicam a reforma agrária.

Assim, em meados do século XX, durante a ditadura militar iniciada em 1964, com a criação do Estatuto da Terra, houve significativos avanços – ainda que com pouca ação naquele momento - com relação a reforma agrária no Brasil. Com a criação do Estatuto da

Terra, a reforma agrária passou a ser regulamentada como o conjunto de medidas para melhor distribuição de terras, baseando-se na posse e no uso.

No Estatuto da Terra, fica especificado no Art. 1º, que: esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. (Brasil, 1964). Segundo o Estatuto da Terra, as terras que não exercerem sua função, ou seja, as terras improdutivas deveriam ser disponibilizadas para as famílias com o exercício do trabalho rural, sendo este trabalho destinado a produção de alimentos para sustento dessas famílias.

Sobre a reforma agrária, a lei nº **4.504, de 30 de novembro de 1964 em seu. § 1º** considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visam promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Planalto, 1964). Segundo Stedile:

Acreditando poder administrar sua execução, a ditadura impulsionou o Estatuto da Terra, até hoje o mais eficaz instrumento para desapropriação de terras para fins de reforma agrária, ainda que a obrigatoriedade da indenização constitucional dos latifúndios desapropriados constitua, nos fatos, adiantamento da renda fundiária, à custa dos recursos nacionais e, portanto, forte entrave à democratização da posse da terra e à expansão econômica geral (Stedile, 2012, p.273).

A reforma agrária, mesmo diante dos avanços alcançados com o Estatuto da Terra, não acontece sem a luta dos camponeses expropriados. É somente com organização que a luta pela reforma agrária se torna mais sólida, uma vez que conhecer as leis para assim lutar pelos seus direitos e cumprir com os deveres é parte fundamental dentro de qualquer organização social.

Como símbolo da luta pela terra no Brasil temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimento legítimo de luta, como organização social que luta por igualdade social, ou seja, segurança alimentar, direito à educação, saúde e lazer. Ao lado do MST, outros movimentos vão se solidificar e fortalecer a luta pelo acesso à terra no Brasil, a exemplo das Lutas Camponesas no Nordeste e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Exponho a seguir.

2. AGRONEGÓCIO x AGRICULTURA FAMILIAR: AS CONTRADIÇÕES ENTRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO CAMPO

O presente capítulo busca contribuir com o debate em torno das disparidades das políticas econômicas em relação às diferentes formas de produção no campo. A relação entre agronegócio e agricultura familiar é operacionalizada pelo poder público de forma contraditória, tanto em sua reprodução quanto em sua importância. Isso porque, a produção de commodities⁸ (soja e milho) no Brasil se apresenta em crescente evolução, deixando o cenário do campo brasileiro com uma paisagem dominada pela agricultura capitalista. Contudo, os recordes na produção de *commodities* vem acompanhado pelo aumento da insegurança alimentar, de modo a despertar a reflexão sobre as desigualdades existentes no campo e seu reflexo na sociedade.

2.1 – Dominantes e dominados: A história da subalternização no rural brasileiro

A distribuição desigual de terras teve seu início no Brasil colônia, sendo distribuída em grande quantidade a uma pequena parcela da população, estando aptos a receber esse privilégio apenas aqueles que pertenciam à classe dominante que ocupava esse território⁹. Estando a terra nas mãos de poucos e as políticas voltadas a essa pequena parcela, deixando de lado aquela população que dispunha apenas da força de trabalho.

Sob esse aspecto, destaca-se que essa força de trabalho era controlada pelos donos de terra, deixando mais visível a desigualdade existente no campo brasileiro. Caio Prado Júnior, aponta que no período colonial a centralidade da vida se dava em torno da grande lavoura, que gerava, como corolário desse processo, uma instabilidade econômica nos demais segmentos da sociedade a ponto de “não lhes permitir nunca se assentarem sólida e permanentemente em bases seguras” (Prado Jr., 1961).

⁸ Entende-se por commodities os produtos intensivos em recursos naturais em estado bruto (primários) ou com pequeno grau de industrialização. Esta categoria envolve produtos agrícolas (em estado bruto e/ou industrializados), minerais (em estado bruto e/ou industrializados) e energia. Estes produtos caracterizam-se pela produção padronizada e em grande quantidade, cujos preços são formados em bolsas de mercadorias no país ou no exterior. Desta forma, um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre os preços destes bens, o que torna a liderança em custos a principal estratégia competitiva, sendo está baseada na exploração de economias de escala e escopo, em ganhos de produtividade, na racionalização dos processos produtivos, no acesso aos recursos naturais, nas condições de infraestrutura e logística, entre outros (Nakahodo e Jank, 2006 *apud* VERÍSSIMO e XAVIER, 2014, p.274).

⁹ Sobre esse modelo de distribuição, a farta bibliografia sobre o tema aponta o sistema das capitânicas hereditárias e o sistema das sesmarias. Sobre isso, tem-se que as capitânicas, constituiu-se na primeira tentativa por parte da coroa portuguesa em organizar a ocupação e viabilizar a colonização do Brasil.

Os portugueses, como dominadores, se pautaram em submeter os dominados, ou seja, explorar a mão de obra de forma a obter cada vez mais lucros. Assim foi com os nativos, que foram imersos a um modo de vida sistematizado em uma espécie de trabalho totalmente diferente daquele realizado por eles, de modo que ao invés de suprir suas necessidades diárias, tinham que trabalhar para produzir riquezas para os colonizadores. Do mesmo modo ocorreu com os africanos obrigados a trabalhos desumanos.

Os modos de escravidão se assemelham a cada momento da história, com personagens diferentes, mas com o mesmo objetivo. Contudo, a escravidão moderna apresentou outros contornos distintos do passado. Para Prado Jr:

Ressalta isto da comparação que podemos fazer daqueles dois momentos históricos da escravidão: o do mundo antigo e do moderno. No primeiro, com o papel imenso que representa, o escravo não é senão a resultante de um processo evolutivo natural cujas raízes se prendem a um passado remoto; e ele se entrosa por isso perfeitamente na estrutura material e na fisionomia moral da sociedade antiga. Figura nela de modo tão espontâneo, aparece mesmo tão necessário e justificável como qualquer outro elemento constituinte daquela sociedade. É neste sentido que se compreende a tão citada e debatida posição escravista de um filósofo como Aristóteles, que, pondo-se embora de parte a apreciação que dele se possa fazer como pensador, representa, no entanto, nos seus mais elevados padrões, o modo de sentir e de pensar de uma época. A escravidão na Grécia ou em Roma seria como o salariado em nossos dias: embora discutida e seriamente contestada na sua legitimidade por alguns, aparece, contudo, aos olhos do conjunto como qualquer coisa de fatal, necessário e insubstituível (PRADO Jr, 1961, p.268).

Prosseguindo na discussão, Prado Jr. nos presenteia com sua análise sobre a escravidão moderna:

Coisa muito diferente se passará com a escravidão moderna, que é a nossa. Ela nasce de chofre, não se liga à passado ou tradição alguma. Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões morais e materiais estabelecidos. Traz uma revolução, mas nada a prepara. Como se explica então? Nada mais particular, mesquinho, unilateral. Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo[...] (PRADO Jr, 1961, p.268)

Pensar nesse tipo de escravidão que se lançou do outro lado do Atlântico é, antes de tudo, pensar que ela moldou toda uma estrutura social e seu componente humano deixando um rastro de concentração de terras e desigualdades sociais. Assim, tem-se que o mundo rural brasileiro “surge” vinculado ao grande capital e aos grandes proprietários de terra, que percebem nesse espaço um território a ser explorado.

Desigual, autoritário, assim foi e continua sendo o processo de dominação do rural brasileiro, formando uma grande população de desterritorializados no período republicano da história do Brasil.

No século XX, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas e “modernização” do campo, a partir da década de 1950, os problemas agrários se intensificaram, uma vez que o agronegócio foi se aprimorando e aumentando seu poder diante da estrutura política do Brasil. O capitalismo adentrara o espaço rural de forma avassaladora, transformando-o e impondo sistematicamente um novo modo de produzir. O capitalista se apropria dos meios de produção e de todas as etapas produtivas, iniciando na terra e terminando na indústria.

Esse processo de apropriação da produção, tal como de modificação genética de plantas, foi denominado de revolução verde. Esse movimento foi contraditório desde o nome, que em um primeiro momento nos remete a algo positivo, ecológico, sustentável, no entanto as contradições não pararam por aí.

A denominada *revolução verde* constitui-se em um processo de modernização no processo produtivo no campo. Essa modernização abrangeu diferentes setores relacionados a agricultura, como na produção de novos maquinários para facilitar o processo produtivo desde o preparo do solo até a colheita. Essa revolução teve também como base a inserção de sementes geneticamente modificadas para melhoria na produção. Assim, “a revolução verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado [...]” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p.38).

No Brasil, a revolução verde caracterizou-se pela ofensiva ao bioma do cerrado, sobretudo, na Região Centro-Oeste, tendo como base incentivos governamentais para efetivação da ocupação dessas áreas. Com o discurso de obter aumento na produção de alimentos, a revolução verde no Brasil teve forte incentivo na década de 1960, durante o regime militar. Segundo Dutra e Souza, “no Brasil a área visualizada para implantação do pacote foi o Cerrado. Em larga parcela, esta compreensão foi originada do falso entendimento de que os ecossistemas deste Bioma seriam menos frágeis que os de outros Biomas brasileiros. [...]” (2017, p. 481).

Nesse sentido, tem-se que desde meados da década 1950 o Brasil passa a se inserir de forma mais agressiva no cenário nacional e internacional em decorrência de uma aceleração da produção capitalista no campo. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, a

implantação da revolução verde trouxe consigo um novo padrão de produção e tratamento da agropecuária com diminuição do tempo da colheita, aprimoramento genético de sementes e desenvolvimento de maquinários mais tecnológicos, voltados às demandas do processo produtivo.

As mudanças no processo produtivo foram fortemente disseminadas, tendo impactado diretamente o modo de se produzir nas fazendas e latifúndios. No bojo desse processo, coube ao pequeno produtor, iniciar uma nova luta: a da preservação da semente crioula e de sua produção, além de seu modo de vida no campo. Ampliando essa discussão, Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), apontam que a apropriação industrial do processo de produção rural ocorreu através de várias apropriações parciais, de modo que foram inseridas nesse processo novas tecnologias, como: máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias.

2.2 – Agronegócio X agricultura familiar

Tendo em vista, que a produção de alimentos é a única forma de se alcançar a soberania alimentar, tanto no campo quanto na cidade, as contradições existentes em relação a agricultura familiar e a agricultura capitalista é algo contraproducente e fruto de uma estrutura política que direciona investimentos em forma de subsídio aos grandes produtores de soja e milho, deixando à deriva o pequeno agricultor familiar, que, ou resiste produzindo com as próprias forças, ou desiste de produzir, passando a vender sua força de trabalho - se tornando, assim, um trabalhador assalariado.

A agricultura familiar é símbolo de resistência da cultura camponesa, sendo que sua manutenção e/ou reprodução depende de vários fatores, sendo a Educação do Campo, fundamental para que os conhecimentos construídos historicamente sejam mantidos. Portanto, tem-se que “a agricultura familiar, por sua especificidade histórica, insere os membros da família camponesa no trabalho e nos processos produtivos, respeitando a especificidade de cada tempo humano, geracional” (Arroyo 2012, p.737).

Compreende-se, dessa forma, que para cada período há necessidade de se buscar novas formas de ressignificação camponesa, de modo que a história deva ser passada de geração para geração, mantendo-a e recriando-a constantemente.

A manutenção e fortalecimento da agricultura familiar é fundamental dentro do processo de desenvolvimento das comunidades camponesas, no entanto, a ineficácia de

políticas públicas dificultam o sucesso desse sistema produtivo. Na contramão vemos os subsídios ao agronegócio aumentar de maneira expressiva, elevando assim a exploração capitalista no rural brasileiro, de modo que a concentração fundiária se intensifica em todo o território. Para Thomaz Jr:

A razão fundante dos problemas agrários brasileiros, a qual, gradativamente, piora as condições de vida dos camponeses e trabalhadores do campo, continua sendo a grande exploração capitalista, travestida de empresas rurais modernas (agronegócio, ou seja, o latifúndio moderno) que intensificam a concentração fundiária, a centralização de capitais, de sorte a degradar homens e meio ambiente como condição para assegurar as condições de geração de mais lucros. (THOMAZ Jr, 2016, p.14)

A questão agrária¹⁰ é fruto das contradições nas formas de produção no campo, e tais problemas têm como pano de fundo uma estrutura fundiária historicamente privilegiada pelas políticas de subsídios, ao ponto de a agricultura de base familiar, não ser atendida de forma suficiente por políticas públicas.

Assim, agronegócio e agricultura familiar compreendem formas distintas da produção no campo, em que o primeiro tem como fundamento a produção de *commodities* para exportação - e sua contribuição na criação de empregos é pequena quando comparada a capilaridade da agricultura familiar -; já o segundo, se baseia na produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno - sendo essa uma forma de reprodução e manutenção da identidade camponesa, contribuindo para a criação de empregos e, dessa forma, diminuindo a lacuna existente entre grandes produtores rurais e agricultores familiares, no entanto há uma grande disparidade no desenvolvimento entre esses segmentos. Para Brito, “o poder do latifúndio, travestido hoje de agronegócio, impõe suas regras afrontando o direito dos posseiros, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas e outras categorias camponesas” (BRITO, 2012, p.776). São paradigmas distintos e devem ser tratados como tal, de modo que, diante do entendimento de cada um se possa obter investimento relacionado à sua demanda e importância. Para Thomaz Jr:

De mais a mais, a problemática continua ausente, tanto nos pronunciamentos, quanto nas ações políticas dos governantes, são vários os aspectos centrais desse assunto, por exemplo: uma política de abastecimento capaz de beneficiar o conjunto da massa trabalhadora, de um planejamento agroecológico com prerrogativa para definir com correção os espaços produtivos adequados para os diferentes produtos agropecuários, e políticas públicas que priorizem financiamentos e subsídios para a

¹⁰ Numa perspectiva campesinista do Paradigma da Questão Agrária na geografia agrária, podemos explicar a subordinação do campesinato ao capital por meio do conceito de monopolização do território pelo capital monopolista. Nesse processo, o camponês não é expropriado, mas sua renda fica subordinada ao capital, e uma dessas formas, é sendo obrigado a repassar o produto do seu trabalho para o capitalista. Essa parte da renda camponesa que é apropriada pelo capitalista é utilizada por este para reprodução/acumulação de capital. [...] (CAMACHO, 2014, p.22-23)

produção e abastecimento interno para as populações pobres. (Thomaz Jr, 2014, p.483)

Agronegócio e agricultura familiar distinguem-se antagonicamente, sendo este antagonismo produzido e regido pela elite que se formou nesse território. Essa elite corrompe o pensamento, minando a sociedade de falácias que coloca o agronegócio como produtor de alimentos, como salvador da pátria. Contudo, pesquisas na área apontam cada vez mais que uma agricultura pujante resultaria em soberania alimentar para o campo e a cidade.

2.3 Implicações sobre o paradigma da agricultura capitalista

O paradigma da agricultura capitalista¹¹, coloca a agricultura familiar e o agronegócio como parte de um todo. Assim, para este último, as dificuldades apresentadas pelos agricultores familiares diante da produção de alimentos são fruto de um problema conjuntural, e a sua solução está em intensificar a integração de ambos. Sobre isso, Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) ressaltam que na agricultura capitalista “[...] as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. [...]”. Assim, é frequentemente reforçado por veículos de comunicação que o agronegócio engloba tudo aquilo que é produzido, colocando a produção de soja, milho e alimentos como parte de um todo. A questão defendida nas propagandas de que “o agro é tudo”, nada mais é que a intenção de levar a uma maior aceitação do agronegócio pela sociedade, numa justificativa do sistema diante da mesma.

Assim, vemos na mídia, incansáveis campanhas em que agronegócio e agricultura familiar são expostos como partes de um todo. Em um agravamento da problemática, tem-se que nos governos de Temer e Bolsonaro se tornou perceptível o esforço empreendido para que a sociedade não consiga diferenciar a produção de alimentos da produção de *commodities*, uma vez que a romantização da produção voltada para exportação vem cheia de intencionalidades, deixando sempre para o final das propagandas, a exposição de imagens de alimentos. Segundo Pompéia:

Ambas as campanhas procuram fortalecer a percepção intersetorial – baseada na noção original de agribusiness – de que alimentos, roupas e combustíveis, dentre outros produtos, fazem parte do agronegócio. Agentes da concertação esperam que,

¹¹ [...] Com relação ao Paradigma do Capitalismo Agrário, temos a tese principal da metamorfose do campesinato em agricultor familiar a partir da integração do camponês ao mercado. Integração esta, que pode ser conseguida por meio de políticas públicas de cunho neoliberal. Nesta análise, agronegócio e campesinato interagem e se completam sem conflitos, cumprindo funções diferentes e necessárias ao desenvolvimento do capitalismo[...] (Camacho, 2014, p.23).

com base na ampla divulgação da proposição de que o agronegócio abranjeria esses produtos, eles possam comunicar com maior eficácia, para a opinião pública, a ideia de que seriam responsáveis por todo esse conjunto. (Pompeia, 2020, p. 215)

São várias as justificativas da defesa do agronegócio como setor responsável por geração de emprego, no entanto, sua reprodução é extremamente excludente, visto que paralelamente ao aumento da produção de *commodities*, vê-se aumentar o número de pessoas que passam fome no país e grande concentração da pobreza no campo, levando-se a uma forte valorização da agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar. Segundo Fabrini e Paulino (2008, p.11) “[...] a expansão agroindustrial baseia-se na especialização da produção de *commodities*, que assumiram características nitidamente excludentes e concentradoras o que, dentre outras consequências, leva à inviabilização da agricultura de base familiar”.

Quando se utiliza da expressão “Agronegócio” para designar a produção de alimentos e a produção de *commodities* para exportação, não se leva em consideração as diferenças existentes nas bases produtivas dessas duas vertentes. Segundo Fernandes (2006, p.285), “[...] enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. [...]”.

O processo de desenvolvimento do agronegócio, é conduzido por meio de políticas públicas que subsidiam o desenvolvimento no campo. Essa modernização do espaço agrário torna evidente a disparidade entre o agricultor da agricultura capitalista e o agricultor de agricultura de base familiar, apontando para o campo como um espaço de lutas sociais, em que de um lado tem-se os agricultores familiares com políticas insuficientes ao seu desenvolvimento e, do outro, há os grandes produtores de *commodities*, tendo em seu favor todo um aparato de créditos, amparados por uma base política no congresso.

Embora a política governamental para o rural seja complexa e diversa, entende-se que seu elemento constitutivo, em constante atualização, é um projeto de modernização do espaço agrário. Sob esses marcos, destaca-se, no período, o incentivo à expansão da produção de *commodities* agrícolas, agro-combustíveis e da monocultura do eucalipto e os investimentos em grandes projetos governamentais de infraestrutura. Em seu conjunto, essas medidas se refletiram no avanço sobre fronteiras agrícolas e territórios de comunidades tradicionais e na renovação das disputas já manifestas no período anterior (relacionadas à reforma do Código Florestal, violência no campo, conflitos trabalhistas e trabalho escravo, criminalização dos movimentos sociais, debate sobre limite da propriedade fundiária, aquisição de terras por estrangeiros, envenenamento das terras). Nessas disputas, sobressai-se o poder político de setores do agronegócio [...] (Diesel, Dias E Neumann, 2015, p. 117).

Forjar o agronegócio como modelo de desenvolvimento padrão e total, que produz soja, milho e alimentos é, em si, uma contradição dos termos, uma vez que há um abismo no modo como cada um é assistido por políticas públicas. Isso porque a visão romântica que grande parte da sociedade tem do agronegócio, se formou através de um processo em que a mídia foi fundamental para que esse objetivo fosse alcançado. O estado brasileiro tem em sua gênese políticas de subsídio ao grande produtor capitalista, de modo que este se reproduz de forma a manter um sistema excludente de privilégios. Segundo Del Grossi (2019, p.31), “a história mostra que o Estado Brasileiro optou por investir seus esforços no fortalecimento do modelo agroexportador, voltado para a produção em larga escala de commodities e responsável pela geração de divisas para a economia nacional. [...]”.

O domínio da agricultura capitalista se torna cada vez mais evidente em todo o território brasileiro - dominação amparada pelas políticas desenvolvimentistas direcionadas exclusivamente a esse segmento. Dessa forma, a ideia defendida no paradigma da agricultura capitalista se esfacela diante das diferentes ações do estado para com a agricultura familiar e o agronegócio, tal como do viés ideológico e prático existente nesses diferentes paradigmas¹². Essa unidade defendida deveria refletir também em investimentos de igual impacto para ambos os segmentos da agricultura, diminuindo assim as desigualdades existentes no campo. Em conformidade com a discussão vejamos o que evidencia Fernandes:

[...] A existência de dois planos para o desenvolvimento da agricultura explicita as disputas por modelos de desenvolvimento entre duas classes sociais: a classe capitalista representada pelo agronegócio e a classe camponesa, representada com a denominação de agricultura familiar, criada pela lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta lei, o plano safra específico para a agricultura familiar, bem como o censo agropecuário de 2006 são referências que demonstram a separação dos planos e das políticas públicas para o agronegócio e agricultura camponesa (Fernandes, 2015, p.383).

Não há coerência no discurso daqueles que defendem o agronegócio como sistema produtivo responsável por levar alimento à mesa dos brasileiros, é um discurso de massas, deixando as classes dominadas à mercê. Esse discurso contamina, reduz o agricultor familiar a um simples coadjuvante, fazendo figuração em um país que tem o agricultor capitalista como protagonista. Dito de outra forma: mais esconde do que revela.

¹² [...] a perspectiva política ideológico-utópico presente no Paradigma do Capitalismo Agrário é a de que é possível se atingir a justiça, solidariedade, igualdade, dignidade e bem-estar individual e coletivo sob o modo de produção capitalista. Esta é uma divergência fundamental entre os Paradigmas, pois para o Paradigma da Questão Agrária, todas estas questões são estruturais, logo, suas soluções só podem ser alcançadas em outro modelo social, pois a essência do capitalismo é a desigualdade/exploração/opressão, sem estes elementos não existe o capitalismo (Camacho, 2014, p.719).

Vimos no tópico anterior que para o paradigma da agricultura capitalista agronegócio e agricultura familiar fazem parte do mesmo segmento produtivo. Esse paradigma é defendido pela elite política brasileira, tendo no congresso uma bancada ruralista que fomenta a ideia de que o agronegócio é responsável pela produção do alimento consumido em nosso país.

2.4 – Paradigma da questão agrária (PQA)

O conjunto de problemas ligados ao desenvolvimento do capitalismo no campo, é compreendido como questão agrária. Sendo assim, a “questão agrária” é fruto da exploração da terra como ferramenta de acumulação de capital. Segundo Dias, “a forma histórica do tipo de capitalismo brasileiro que vai se instalar ao longo do Século XX, conjuga a manutenção do sistema de poder para as velhas classes dominantes, constituídas principalmente pelos grandes latifundiários [...]” (Dias, 2020, p.77). Desse modo, podemos compreender a questão agrária como uma estrutura fundiária englobando relações produtivas e também de trabalho no campo brasileiro, abrangendo assim, fatores como a terra, mão de obra, meios de produção e o capital. Segundo FREITAS:

A concentração da terra, isto é, a manutenção do sistema latifundiário de produção, se desdobra em outras consequências para o país. Desde nossa colonização, como demonstramos acima, fomos dominados por governos de outros países de forma direta (período colonial – 1500 a 1822) ou indireta (período semicolonial – 1822 aos anos de 1930, sob o domínio inglês, e dos anos 30 aos dias atuais sob o domínio estadunidense). Essa dominação perpassa esses cinco séculos calcada sobre a estrutura agrária latifundiária brasileira, por meio dos ciclos de produção de produtos in natura e, posteriormente, de exportação de commodities (Freitas, 2020, P.19).

Os problemas agrários se intensificaram com a distribuição desigual de terras durante a colonização, de modo que tal problema somente agravou com o passar do tempo. Essa problemática se intensificou com o advento da revolução verde e também com o aumento do capital injetado no espaço agrário, uma vez que a partir daí, aprofundaram-se ainda mais as desigualdades, intensificando, assim, os conflitos no campo. Para Morawski, Pagnoncelli e Nunes:

Os problemas agrários no Brasil remontam desde a época em que éramos colônia de Portugal. Os registros históricos relatam que a Coroa Portuguesa teve a intenção de promover a utilização social e também proteger a terra contra a invasão de outras potências econômicas, através das Sesmarias. No entanto, essa tentativa contribuiu com a formação de grandes latifúndios, que em sua grande maioria são improdutivos, cujos traços perduram até os dias de hoje. O fato é que terra é poder. Na maioria das regiões brasileiras, aqueles líderes locais, que possuem grande influência social, liderança e ocupam lugar de destaque são, na sua grande maioria, detentores de grandes porções de terras. (MORAWSKI, PAGNONCELLI e NUNES, 2020, p.171)

O paradigma da questão agrária nos possibilita um olhar crítico sobre a produção no rural brasileiro, uma vez que temos no campo duas classes sociais distintas, com visões opostas sobre o uso do solo, tal como de todos os recursos naturais existentes no mesmo. É preciso olhar o rural também como palco de disputa, entre aqueles que veem na terra uma possibilidade de se reproduzir socialmente e daqueles que se conformam como uma classe que busca explorar a terra com a finalidade de obter lucro.

Para Assunção e Camacho (2022, p.36) “[...] A ação do Estado oportuniza a concentração fundiária em mãos de poucos, em detrimento da democratização do acesso à terra aos camponeses que passam a buscá-la por meio da luta pela terra a partir dos pelos movimentos socioterritoriais do campo [...]”.

Para o camponês, a terra é possibilidade de obter trabalho e comida, ou seja, essa classe tem a terra como meio para se reproduzirem enquanto camponeses. Tal reprodução passa por uma questão de reciprocidade, onde a terra oferece as condições para que essa classe possa produzir alimentos além de moradia, portanto, essa produção deve seguir um método sustentável, unindo produção com preservação e recuperação da natureza. Para que o acesso à terra possa ser garantido, os camponeses se organizaram na luta pela reforma agrária, sendo esse o meio para se alcançar a terra de trabalho. “A reforma agrária, principal reivindicação dos movimentos sociais de luta pela terra, tem por objetivo proporcionar uma sociedade com oportunidades iguais de desenvolvimento social, econômica e cultural no campo. [...]” (VIEIRA, 2012, p.2)

Através do paradigma da questão agrária temos a demonstração de que a grande agricultura, em proporção, tem vantagem competitiva em relação à pequena. Tal fato se dá pelo processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro, de modo que mesmo as políticas públicas estão voltadas historicamente, com prioridade para a produção de commodities (soja e milho), deixando a agricultura familiar com investimentos insuficientes.

2.5 – A agricultura familiar e a constituição da soberania alimentar

A agricultura familiar é símbolo de resistência, recriação e transformação do campesinato. A materialização da cultura camponesa se dá em territórios hoje do agricultor familiar, sendo este fruto histórico da luta pela manutenção da cultura camponesa. A complexidade na definição, leva também a complexidade na criação de leis que viabilizem

políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Segundo Cruz, Jesus, Bacha e Costa (2021, p. 1-2), “a agricultura familiar engloba uma população com grande diversidade cultural, social e econômica”.

A atividade da agricultura familiar é fruto da luta dos movimentos sociais que historicamente se empenharam em reterritorializar o camponês desterritorializado pelas desigualdades produzidas no sistema capitalista. Segundo Fernandes (2001, p. 31), a questão é que, na sua territorialização, o capital expropria muito mais rápido do que recria. Ou seja, a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato.

No meio desse processo de luta e permanência dos povos do campo, tem-se o destaque do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – e outros movimentos sociais do campo - e o apoio do Estado na implantação de uma educação camponesa e da valorização do trabalho desenvolvido pela agricultura familiar – visto que só assim se garante a soberania alimentar dentro desse território¹³.

Outra ação importante que visa a permanência no campo e a continuidade da produção familiar é a execução de políticas públicas de fomento das culturas agrícolas familiares. Nesse sentido, a implantação do PRONAF, em meados de 1996, foi a primeira e mais importante política de fomento destinada aos pequenos agricultores. Cruz, Jesus, Bacha e Costa (2021, p. 2) evidenciam que “com o objetivo de apoiar a produção da agricultura familiar, em 1996 foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o primeiro criado especificamente para o fomento desse segmento da agropecuária brasileira”.

Destaca-se, ainda, que na sua criação o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tinha por destino atender aos agricultores familiares que atuavam no cultivo de alimentos. Sobre o PRONAF, Cruz, Jesus, Bacha e Costa fazem a seguinte colocação:

Com o objetivo de apoiar a produção da agricultura familiar, em 1996 foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o primeiro criado especificamente para o fomento desse segmento da agropecuária brasileira. Apesar de abranger diversas áreas de atuação, o Pronaf tornou-se basicamente um programa de financiamento, a juros baratos, do investimento e do custeio da

¹³ Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (Haesbaert, 2005, p.6774-6775).

produção agropecuária nesses estabelecimentos. Não havia, quando da criação do Pronaf, a definição na forma de lei de agricultura familiar, e os pronafianos eram aqueles que atendiam a normas do Banco Central para acesso a esta linha de crédito e que detinham a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) dada pelos sindicatos rurais ou EMATERs. (CRUZ, JESUS, BACHA e COSTA, 2021, p.02)

Assim, neste trabalho, proponho que o PRONAF não pode ser analisado a partir dos objetivos de sua criação, mas a partir da sua aplicação no território camponês. De acordo com o Manual Operacional do PRONAF (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2004, p. 3), o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar mediante apoio técnico e financeiro para promover o desenvolvimento rural sustentável.

A implantação do PRONAF deve seguir uma organização que varia desde a seleção dos beneficiados até o uso desses recursos, de modo a pensar a produção e sua comercialização. Para que o agricultor familiar possa obter sucesso na produção e comercialização, alguns fatores devem ser levados em consideração, são eles: estradas vicinais em condições de tráfego, energia elétrica, água com capacidade para irrigação, armazéns etc. Não se pode negar a importância do PRONAF para o fortalecimento da agricultura familiar, esse programa pode, sem dúvidas, ser colocado como um marco para os agricultores de base familiar, de modo que o acesso a essa linha de créditos alterou positivamente a dinâmica de produção e comercialização de alimentos por parte desse grupo social. Para SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA:

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Schneider, Mattei e Cazella, 2004, p. 1).

O sucesso da agricultura familiar não depende exclusivamente das forças do agricultor familiar, uma vez que para produzir se necessita de recursos, de que o Estado se faça presente através de políticas que possam viabilizar a produção de alimentos em seu território.

Contudo, o cenário político atual não é dos mais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar. A agricultura de base capitalista é vista como o carro forte na economia brasileira, fato esse possibilitado pelo subsídio estatal, conforme destacamos no decorrer desse texto. A presença do estado diante do agronegócio é fruto também da composição

política, onde, as forças de grupos específicos, tendem a reforçar a agricultura de base capitalista como preferida para a ação de políticas públicas, mais precisamente, uma política subsidiária.

Os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. Além disso, nos últimos anos, com os ditames neoliberais, a política agrícola tornou-se subsidiária e está hoje completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscal, monetária (de juros) e cambial [...] (Denardi, 2001, p. 57).

O sucesso da agricultura familiar possibilitaria alcançar a soberania alimentar, tanto nos assentamentos, quanto na cidade. Para que a soberania alimentar seja alcançada nos assentamentos é necessário que os governantes tenham um olhar para os agricultores familiares condizentes com a importância desse segmento da produção. Assim,

A prática da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária tem sido vista como fator de suma importância tanto para a integração social, possibilitando emprego e renda, como via de sustento para as famílias, abrindo caminho para possíveis saídas. Ainda assim, favorece a sociedade com a geração de alimentos, aumentando o sentimento de cidadania de um grupo até então excluído. (Duque e Castro, 2013, p.02)

As contradições diante das formas de produção existentes no campo são consequência de uma história de desigualdades produzidas pelo Estado através das disparidades políticas e econômicas. A ineficiência de políticas públicas em prol da agricultura familiar cria e recria problemas que afetam diretamente as famílias que buscam produzir em seu pedaço de terra a fim de que possam resistir.

A insegurança alimentar é um problema que se agrava ao ponto de ao mesmo tempo em que a agricultura capitalista cresce em produtividade, ela reproduz as desigualdades sociais intensificando a fome. Nesse contexto, a agricultura familiar seria a saída possível e desejável no âmbito da reforma agrária.

A importância da agricultura familiar ultrapassa as fronteiras do campo, e com o sucesso da produção de alimentos no campo será garantida a soberania alimentar também na cidade. A busca pela soberania alimentar ultrapassa os limites territoriais da agricultura familiar, de modo que é no campo político que esse setor produtivo deveria, através de projetos, ganhar importância no contexto internacional e, dessa forma, adquirir investimentos necessários para que a sua produção seja do tamanho de sua importância.

Contudo, a realidade dos assentamentos tem evidenciado que os investimentos na agricultura familiar estão muito aquém do mínimo necessário para que se possa obter a soberania alimentar, uma vez que não há, por parte do Estado, políticas sólidas de apoio ao agricultor familiar.

Sobre esses aspectos, as principais políticas públicas destinadas a esse segmento são: PRONAF, PAA, PNAE e PRONERA. Todas essas políticas públicas são destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, começando do financiamento a produção até a comercialização dos produtos, sendo que cada política atua em um segmento diferente. Vejamos a descrição dessas políticas públicas segundo Melo e Scopinho:

PRONAF: Tem por objetivo facilitar a execução das atividades agropecuárias, a aquisição de equipamentos e a elevação da renda. Os financiamentos podem ser acessados individualmente ou coletivamente, com taxas de juros abaixo da inflação.

PAA: Prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar por órgãos públicos federais, estaduais e municipais para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Também objetiva a inclusão social dos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar.

PNAE: Os alimentos adquiridos são direcionados para o abastecimento da rede pública de ensino, que deve comprar pelo menos 30% de alimentos consumidos da agricultura familiar (Melo e Scopinho, 2018, p.68).

Produzir alimentos é a única maneira de uma comunidade de agricultores familiares produzir as bases para a consolidação da reforma agrária, no entanto, não depende apenas dessa classe social o alcance da produção desejada. Para que a produção de alimentos possa ser alcançada é também necessário que os assentados tenham um modelo de financiamento condizente com a sua linha de produção. Sobre a eficácia desses projetos vejamos o que diz GRISA:

A consolidação do programa enquanto uma política de desenvolvimento rural efetiva ainda depende de importantes avanços operacionais, institucionais e políticos. Podemos citar: a) existem obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário que dificultam o acesso de agricultores familiares com níveis de renda inferiores ou que apresentem projetos de financiamento produtivos não convencionais ou projetos para atividades não agrícolas. O agente bancário geralmente tem dificuldade de interagir com a diversidade da agricultura familiar, cujos processos e dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e culturais muitas vezes destoam das planilhas financeiras que orientam o financiamento agrícola; b) geralmente os agricultores familiares mais capitalizados estão mais organizados, informados e possuem certa “cultura” de interação com o sistema bancário, enquanto em outros contextos estes elementos precisam ser construídos[...] (GRISA, 2017 p.299-300).

A luta pela terra é o principal meio pelo qual o camponês expropriado viva no campo. Contudo, é evidente que as políticas públicas são insuficientes para que o agricultor familiar possa resistir produzindo alimentos e dessa forma fortalecer sua identidade. E é somente por meio de uma agricultura familiar forte que o Estado nacional pode ter uma política de soberania alimentar e mitigação da fome no campo e na cidade.

Sendo a fome um problema que assola o território brasileiro, sua causa está ligada em grande medida as desigualdades sociais no campo, sendo estruturada e reproduzida através do desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Com o constante desenvolvimento do modo capitalista de produção, a disparidade econômica entre as sociedades aumentou em grande proporção. A fome não é produto do capitalismo, mas, sua produção está ligada às históricas formas de acumulação das riquezas existentes em cada período. Segundo a asserção de Silva, a fome:

[...] Foi considerada um flagelo impossível de superar, igual à peste na Idade Média. O brasileiro Josué de Castro denunciou a fome como uma questão política e social, decorrente da ação humana, agregada à miséria e às desigualdades sociais, atingindo principalmente as pessoas mais vulneráveis. [...] (SILVA, 2020, p. 98)

A fome é um problema estrutural, suas causas são antigas e profundas. Silva (2020, p. 99) evidencia que: “só no início do século XX é que o flagelo da fome passou a ser considerado um problema mundial, principalmente após as economias terem sido devastadas, especificamente no continente europeu. [...]”. As riquezas sempre estiveram nas mãos de poucos, deixando a toda sorte a população menos favorecida. O problema da fome nunca esteve diretamente ligado à proporção das riquezas, mas sim, à sua concentração nas mãos de poucos. Para Silva:

Destarte, a fome é uma mazela, produto de relações sociais da exploração capitalista e de dominação econômica e política, de classe, gênero, racial/étnica, segundo os países, com fatores de diferenciação e hierarquização do poder geopolítico entre nações, mediante as relações de dominação internacionais de comércio, de intercâmbio e distribuição. (SILVA, 2020, p. 99)

A insegurança alimentar é infelizmente uma triste e duradoura realidade em nosso país, e a falta de alimentos afeta as populações de baixa renda, sendo esse um problema que se agrava na proporção que o capitalismo se desenvolve. Assim, a insegurança alimentar desencadeia vários problemas nas áreas sociais, ambientais e da saúde, como a desnutrição, que é um problema causado pela falta de acesso a uma alimentação saudável, sendo resultante principalmente da falta de investimento na produção de alimentos por parte das comunidades

rurais e, conseqüentemente, de políticas de incentivo à pequena produção. Para Costa, Marques, Sampaio, Santana e Rocha:

[...] o conceito de Insegurança Alimentar (IA) está relacionado a um fenômeno complexo com dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas de cada nação, atrelado com situações de vulnerabilidade social, exposição a determinados tipos de riscos e uma série de fatores que reduzem o nível de bem-estar das pessoas, comunidades e famílias (Costa, Marques, Sampaio, Santana e Rocha, 2021, p. 123).

Somente através de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar será possível diminuir a insegurança alimentar. Nessa perspectiva, outras políticas públicas importantes no contexto da alimentação e soberania alimentar são o PAA e o PNAE.

O programa de aquisição de alimentos (PAA), criado no de 2003, teve por finalidade incentivar a agricultura familiar para a promoção do acesso a alimentação, tanto no campo quanto na cidade. Através desse programa, o governo compra alimentos dos agricultores familiares e os destina às famílias em situação de vulnerabilidade que residem nas cidades. Esse programa também contribui para a constituição de estoques públicos dos alimentos da agricultura familiar, de modo que através da venda, o agricultor familiar obtém recursos que servirão para a compra daquilo que não se produz em suas terras.

Segundo Melo e Scopinho (2018, p.67): “o PAA foi criado como uma das ações de operacionalização do Programa Fome Zero (PFZ), em 2002, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar como mecanismo de combate à fome. [...]”. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um programa criado para garantir a compra de produtos vindos da agricultura familiar e destiná-los a merenda escolar em todo Brasil. O governo federal repassa aos municípios recursos para a compra desses alimentos, cabendo aos primeiros usar esses recursos dentro da legalidade.

Segundo Bicalho, Lima, Santos e Slater, 2020, p.336: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado há mais de 60 anos, é uma política pública brasileira universal e gratuita, sendo a mais antiga na área de segurança alimentar e nutricional. [...]. Como veremos no próximo capítulo, o não acesso às políticas públicas de fortalecimento da reforma agrária se constitui como um dos entraves de viabilidade dos assentamentos rurais. No caso do Assentamento Geraldo Garcia-MS, este tem sido um dos fatores de impedimento de uma reprodução social satisfatória entre as famílias assentadas.

3 – A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA E O PROJETO DA REFORMA AGRÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo foram analisados os fatos que possibilitaram a constituição do assentamento Geraldo Garcia em meio ao contexto da concentração fundiária no estado de Mato Grosso do Sul (Sul), mostrando, dessa forma, a ocupação desigual pela qual o território sul-mato-grossense fora submetido.

Sobre esse aspecto, foi realizada uma abordagem histórica da questão agrária neste estado da federação, apontando para as diferentes formas de apropriação desse espaço, bem como à exclusão dos povos indígenas, comunidades quilombolas e camponeses desse processo. Através de uma linha do tempo, analisamos assim os seguintes fatos que influenciaram a lógica do rural sul-mato-grossense, são eles: Guerra da Tríplice Aliança; Matte Laranjeira; Marcha para Oeste/CAND, analisamos também os projetos privados de colonização na década de 1950, a luta dos arrendatários e a constituição da Comissão Pastoral da Terra - CPT nos anos 1980 e a criação e atuação do MST a partir de 1984.

De uma certa forma, o processo de constituição do assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia MS, é diretamente influenciado pela forma com que o Brasil e conseqüentemente o MS fora ocupado, de modo que as terras foram se concentrando nas mãos de uma minoria, transformando o Mato Grosso do Sul em um reduto do agronegócio.

3.1 A ocupação do Mato Grosso do Sul e a concentração fundiária

A ocupação do MS se deu pelos portugueses após o ano de 1750, momento em que houve a assinatura do Tratado de Madri¹⁴. O mesmo determinava que Portugal tinha o direito a posse dessa região, podendo assim desbravar e explorar as riquezas existentes na mesma. O território hoje Mato Grosso Do Sul, no entanto, era parte da província de Mato Grosso, sendo este, um grande território com divergências em sua totalidade, uma vez que havia uma nítida diferença que o dividia em Norte, centro e Sul, com características e modos de vida diferentes.

¹⁴ ARTIGO 1º: O presente Tratado será o único fundamento, e regra que ao diante se deverá seguir para a divisão, e Limites dos dois Domínios em toda a América, e na Asia; e em virtude disto ficará abolido qualquer direito e ação, que possam allegar as duas Coroas por motivo da Bulla do Papa Alexandre VI de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa, e Utrecht, da Escritura de venda outorgada em Saragoça, e de outros quaisquer Tratados, convenções, e promessas; o que tudo, em quanto trata da Linha da demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvera sido determinado ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e para o futuro não se tratará mais da dita Linha, nem se poderá usar deste meio para a decisão de qualquer dificuldade, que ocorra sobre Limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes Artigos, como regra invariável, e muito menos sujeita a controvérsias (Tratado de Madrid, 13 de Janeiro de 1750).

Diante do contexto da constituição do estado de Mato Grosso do Sul seria negligente não citar a guerra do Paraguai (1864-1870), no que tange à ocupação da região sul do então Mato Grosso (MT), uma vez que tal acontecimento precisa ser evidenciado quando se fala na expansão desse território e, posteriormente na criação de um novo estado. Em um segundo momento exploraremos a história da Companhia Mate Laranjeira, criada por Thomaz Laranjeira no início da década de 1880, evidenciando o seu impacto no rural sul-mato-grossense. Em um terceiro momento analisaremos o período referente a marcha para oeste, sendo instituída durante o Estado Novo (1937-1945), mais precisamente em 1938, tendo como objetivo integrar as regiões centro-oeste às regiões litorâneas do sul e sudeste, ocorrendo na década de 1950 os projetos de colonização privada. Falaremos também sobre a luta dos arrendatários e origem da CPT e MST no estado.

3.1.1 – Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)

Não temos aqui o objetivo de discorrer em mínimos detalhes sobre a Guerra da Tríplice Aliança, faremos apenas um apanhado geral e enfatizaremos naquilo que importa à pesquisa: as causas da mesma para as comunidades do rural sul-mato-grossense. Ocorrendo no período compreendido entre 1864-1870, a Guerra do Paraguai, também conhecida por Guerra da Tríplice Aliança, foi um conflito bélico envolvendo quatro nações, de um lado a tríplice aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai e, do outro, o Paraguai.

Por parte do Brasil, a responsabilidade dessa guerra foi atribuída a Solano López, presidente do Paraguai, tal versão dizia seus desejos expansionistas o haviam levado a desencadear o conflito. No Paraguai, a guerra era vista como resultado da influência de grandes potências europeias, sendo estas lideradas pela Inglaterra. Vejamos as afirmações de Amayo sobre a Guerra do Paraguai:

É conhecida também com o nome de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), porque confrontou os aliados Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. [...] ela é apenas parte de um conjunto de guerras que caracterizam a emergência e desenvolvimento da fase imperialista. Faz parte das agressões que a periferia sofreu das potências centrais nesse período [...] (Amayo, 1995, p.264).

Mesmo com a formação da Tríplice Aliança, o Paraguai não foi um adversário fácil, no entanto perdeu sucessivas batalhas e foi enfraquecendo. O país contava com aproximadamente 100.000 soldados, no entanto sua capacidade de repor o batalhão e trazer armas eram desarticuladas e ineficientes. Para MOTA, 1995, p.244: A Guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai, marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina.

A Guerra da Tríplice Aliança foi um conflito de grande proporção, sendo o de maior duração na história da América do Sul, e teve por resultado um grande número de mortos. Para os países envolvidos, essa guerra se transformou em um propenso divisor de águas com muitas perdas de vidas. O Paraguai foi praticamente dizimado, de modo que aproximadamente 80% da população masculina perdeu a vida nesse conflito. Além disso, os paraguaios tiveram as poucas indústrias existentes nesse território destruídas.

O Brasil, que é o nosso interesse aqui, anexou territórios e recuperou a navegação pelo Rio da Prata, no entanto, além das vidas perdidas, o país contraiu grandes prejuízos que afetou em grande proporção sua economia. Coube ao Brasil, realizar empréstimos para reorganização econômica. Segundo Sebastião:

Findada a guerra, ambos os lados sofreram as consequências, a começar pela economia brasileira abalada em razão dos prejuízos contraídos durante o tempo do conflito. Com isso, o Brasil contraía cada vez mais empréstimos provenientes de bancos ingleses, aumentando, dessa forma, a sua dívida externa (Sebastião, 2016, p.90).

Nessa guerra da ignorância, os nativos também lutaram, foram recrutados e muitos obrigados a participar da guerra. Sob as ordens dos militares, indígenas Guarani defenderam bravamente os seus territórios dos invasores. O fato de conhecerem o território, facilitou que os indígenas pudessem conduzir os fugitivos brasileiros pelas matas, aumentando assim suas chances de sobrevivência. Segundo Vasconcelos (1999, p.86-87), “o recrutamento e o engajamento de indígenas nas tropas brasileiras não se deram apenas pela força do exército, mas, também, pela própria necessidade de impedir que as terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios”. As terras indígenas foram usurpadas, e alguns desses povos foram desterritorializados e levados a viver em um espaço menor, insuficiente para que esses indígenas pudessem ter uma vida plena. A caça, a pesca e o extrativismo dão lugar a agropecuária, iniciando assim a destruição dos territórios indígenas. Para Sebastião (2016, p.90) “a eclosão da Grande Guerra, nesse período, trouxe consequências não só ao Estado Nacional e ao Paraguai, mas também aos povos étnicos desse país.” Muda-se completamente a configuração espacial na fronteira entre Brasil e Paraguai, inicia assim uma invasão frenética do capitalismo, e o cotidiano dos indígenas é abalada pelo desenvolvimentismo irracional.

Houve muitas outras consequências à zona de fronteira: a reabertura da navegação no rio Paraguai facilitou a exploração de riquezas naturais e escoamento da produção. Na primeira metade do século XIX o povoamento não indígena no Sul da então província de Mato Grosso ganhara algum impulso, com migrantes paulistas, mineiros e cuiabanos. Ainda assim, baseava-se em pecuária extensiva rudimentar,

caça e exploração de sal. Na maior parte daquele território, a agricultura era pouco desenvolvida. Mato Grosso passou a se vincular mais intensamente à região platina e, em 1872, com o Tratado de paz e de limites Loizaga-Cotegipe, foram delimitadas suas fronteiras com o Paraguai, todas baseadas em acidentes geográficos (rio Paraná, Salto Grande das Sete Quedas, cume das serras de Maracaju e Amambay e rio Apa). A nova estabilidade permitiu o início de um ciclo, concessões de terras e frentes de povoamento, vinculadas à produção ervateira (Filho, Filho, Oliveira, 2019, p.150).

A Guerra do Paraguai inaugura um novo ciclo no território da parte sul do estado do Mato grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e se inicia um novo capítulo nessa história, entre oprimidos e opressores, a história da ganância capitalista contra os povos originários.

3.1.2 – Companhia Mate Laranjeira

A erva mate, que deu origem ao consagrado Tereré, nativa no Mato Grosso do Sul, pela extensão de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai. Essa erva era utilizada como diferentes bebidas pelos nativos e mateiros que viviam nessa região, sendo estes, os primeiros a descobrirem a sua utilidade.

A exploração dos ervais no Sul do estado durante o pós-guerra, no período compreendido entre 1880 e 1930, era comandada pela companhia Mate Laranjeira. Thomaz Laranjeira, que era funcionário da comissão de demarcação de fronteiras, ao fim da guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, foi o pioneiro na exploração dessa erva, de modo que essa atividade ocorria do lado do país vizinho.

Sobre isso, Araújo Filho, Carneiro Filho, Oliveira, afirmam que “Companhia Matte Laranjeira monopolizou os arrendamentos na região e tinha como principal alvo o mercado argentino” (2019, p.151). Este processo, como tantos outros na América do Sul, se deu à custa da expropriação de territórios indígenas. Segundo Brand:

Com o término da Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorre a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná, terminando, em 1874, os trabalhos de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Seu provisionador, Thomas Larangeira, percebe a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível. (Brand, 2005, p.1)

A exploração da erva matte seguiu em passos largos, Thomaz Laranjeira seguiu com o domínio do território onde predominava a erva nativa. Essa companhia obteve muito poder em um determinado período, tendo sob seu domínio a concessão de grande parcela de terras na região Sul de Mato Grosso, de forma que Brand (2005, p.2) aponta que “as concessões feitas à Companhia Matte Laranjeira atingem em cheio o território dos Kaiowá e Guarani”.

Estabelecendo relações com as famílias de grande poderio político do estado, Thomaz Laranjeira conseguia constantemente as concessões de terras, sendo que dessa forma obtinha o domínio de grande território, garantindo assim o monopólio na exploração da erva mate. Ao longo de sua história, a Cia. Mate Laranjeira se beneficiou da mão de obra indígena, principalmente das etnias Kaiowá e Guarani. No entanto, em 1902 a Cia. Matte Laranjeira é vendida à companhia argentina Francisco Mendes & Cia, iniciando assim um novo ciclo de exploração. Segundo Queiroz (2015, p.223), “esse ambicioso projeto da CML, na medida em que tenha efetivamente existido, chegou ao fim em 1902, com a liquidação do BRMT¹⁵ e a consequente venda de seus ativos, aí incluída a Companhia”.

As atividades da companhia chegam ao fim por volta da década de 1930, com fortes movimentos migratórios e a luta dos posseiros contra o monopólio das terras. Contudo, ela foi perdendo força e, entre 1930 e 1940, Getúlio Vargas dá início ao seu programa de colonização, instituindo assim a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND.

Segundo Galvão (2013, p.4), as ações de Vargas no Estado Novo foi “o primeiro programa oficial de colonização foi o projeto lançado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945) intitulado “Marcha para Oeste”, projeto governamental que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação”.

3.1.3 – Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados marcou mais um capítulo de usurpação de terras e exclusão dos povos nativos do seu território, terra de viver e ser feliz. O programa de colonização de Vargas em Mato Grosso do Sul teve como objetivo o preenchimento dos espaços vazios, fragmentando assim os latifúndios. Os colonos eram trabalhadores rurais vindos de várias regiões do país, mas principalmente do Nordeste. Ao chegar ao estado, durante muito tempo se dedicaram ao cultivo da erva mate, de modo que essa tenha sido a principal fonte de renda desse povo.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, foi criada em um território que outrora era habitado pelos Kaiowá e Guarani, que, no entanto, já havia sido invadido pela Companhia

¹⁵ [...] Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), fundado no Rio de Janeiro em janeiro de 1891[...] (Queiroz, 2015, p.208).

Mate Laranjeira e que nesse momento ganhará mais um capítulo da história de desterritorialização indígena. Brand (2007, p.9) afirma que “no final da década de 1950, do território original restavam, legalmente, aos Kaiowá e Guarani apenas um total de 18.297 ha, divididos em 8 reservas distintas. Porém, mesmo essas reduzidas extensões de terra estão sob constante ameaça”. Segundo Menezes:

Após se enquadrarem nos critérios exigidos pela legislação vigente, estes migrantes tornaram-se colonos recebendo gratuitamente um lote de terras de mais ou menos 30 há, para que, de acordo com o projeto estatal desenvolvessem uma agricultura que também fosse destinada ao mercado interno. Neste contexto, as famílias que formavam os colonos da CAND possuíam um perfil que correspondia às exigências para a reprodução da pequena propriedade na fronteira. Caracterizavam-se por famílias extensas, geralmente com vários filhos, o que garantia a força de trabalho necessária à pequena lavoura, ou lavoura de subsistência e conseqüentemente dispensava a contratação de mão de obra – inviável ao colono (Menezes, 2011, p.4).

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND foi fator que contribuiu para a migração de interessados em lotes e, através desses buscar através do trabalho estruturarem-se na região. O governo de Getúlio Vargas, fazendo uso da mídia, propagava que havia no Centro-Oeste excelentes condições de crescimento econômico para aqueles que estivessem dispostos a desbravá-lo. Assim, “os projetos de colonização públicos ou privados, pautados na pequena propriedade rural, com uso da mão de obra familiar, foram decisivos para o processo de ocupação e inserção dessa região à economia nacional (Silva, 2016, p.38)”.

3.1.4 - Projetos privados de colonização

Com as políticas de colonização promovidas por Vargas, como por exemplo a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), intensificou a ocupação do MT. No final da década de 50 o governo JK, com obras de abertura de estradas ligando o Centro-Oeste ao Sul e Sudeste do país, possibilitou que se intensificasse ainda mais a ocupação dessa porção do país (Ribeiro; Silva, 2010). Segundo Galvão:

A colonização se apresentou como alternativa possível de acesso à terra, principalmente aos pequenos trabalhadores, porém, mais que isso e além da colonização no Brasil ter sido utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, definida em planejamento, em sua maioria, os projetos de colonização em Mato Grosso deram origem a municípios. O estado de Mato Grosso foi onde houve o maior número de projetos de colonização privada (Galvão, 2013, p.10).

A política de colonização no Mato Grosso no período correspondente aos anos 1950 e 1960 se tornou um negócio extremamente rentável. Nesse período, ocorria um reordenamento fundiário no território mato-grossense, fato que desencadeou em uma venda desordenada de

terras devolutas, sendo essas utilizadas em disputas eleitorais, servindo como premiação e até mesmo pagamento de favores políticos.

Consolidando no final da década de 1960, a política de colonização privada no sul da província de Mato Grosso, foi no sentido de ampla ocupação por parte de sulistas interessados na produção agrícola. Ocorreu nesse período um processo desenfreado de venda das terras, sendo essas baratas e de fácil aquisição por aqueles que detinham o capital. Assim:

A colonização privada se efetivou por empresas, tais como a Companhia de Viação São Paulo- Mato Grosso, responsável pela colonização do atual município de Batayporã e a Moura Andrade & Cia, responsável pela colonização de Nova Andradina. Ambas desenvolveram um trabalho de venda de terras, atraindo colonos oriundos de várias regiões do país, mas principalmente do Oeste do Estado de São Paulo (Moreira, 2012, p. 11).

A colonização privada seguiu o processo de exclusão das comunidades indígenas e intensificou o monopólio da terra nas mãos de poucos. Com as empresas colonizadoras, as terras como mercadoria, sendo as empresas encarregadas em comercializar as mesmas e dessa forma, destiná-las a colonização da exclusão. A ocupação da região Sul do então Mato Grosso (MT), deve-se em grande parte as políticas de Getúlio Vargas em prol desse espaço, sendo denominada de marcha para oeste. De fato, “a marcha” foi um programa que objetivava o desenvolvimento econômico e populacional, tal como a integração das regiões norte e centro-oeste do Brasil, em que se criou pequenos núcleos de colonização - no entanto tal estratégia não alcançou os resultados desejados.

A Marcha para Oeste foi um projeto com viés populista, de modo que as propagandas eram voltadas para a adesão da população a tal campanha. A busca pela integração do interior ao mercado nacional foi se consolidando conforme discurso nacionalista, defendendo a unidade dentro do território brasileiro.

O processo de divisão do Mato Grosso aconteceu de maneira que os grandes capitalistas pudessem, a preços muito baixos, obter grandes quantidades de terra na porção sul da província de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul (MS). É preciso compreender que a divisão do Mato Grosso foi impulsionada pelos pecuaristas da porção sul, de modo que o direcionamento dessa separação estava ligado ao fato de esses pecuaristas buscarem a ampliação do seu poder sobre a terra. Lutaram por dominação, pelo aumento de suas propriedades, sendo que este levaria a uma soberania política nesse novo estado. Para Vieira e Verde:

O desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso fez com que houvesse um fortalecimento político de um grupo formado de grandes proprietários rurais da

região que praticam a pecuária, atividade econômica que no estado foi desenvolvida a partir de grandes extensões de terra. Este grupo fundamenta seu poder no latifúndio e na associação a outros fazendeiros e não proprietários, essas relações fortalecem politicamente, alguns grupos de famílias, dando origem à formação das oligarquias sulinas desvinculadas das já existentes no Norte. A chefia das oligarquias, tanto no Norte quanto no Sul, é exercida pelos “coronéis”. Inicialmente o movimento divisionista não tem um programa político definido, os objetivos divisionistas quase sempre se confundiam com os interesses pessoais dos coronéis. Percebe-se que nesse período, que era a elite formada pelos fazendeiros que defendiam a ideia divisionista (Vieira e Verde, 2010, p.159).

Consideradas pouco habitadas, essas regiões apareciam no discurso do governo como caminho para o desenvolvimento e sua integração principalmente as regiões norte e sul era vista como uma necessidade, pois a criação de uma malha viária em conexão com o litoral tornaria o comércio mais dinâmico - o que traria mais desenvolvimento ao país. O presidente JK também figurou o protagonismo em políticas que possibilitaram a ocupação do MS, de modo que abriu o mercado para o capital estrangeiro, impulsionando a economia e possibilitando a ocupação de regiões menos povoadas, incluindo o Sul do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

A constituição deste estado da federação como estado, recriou e/ou intensificou a concentração fundiária nesse grande e rico território, onde as oligarquias sulistas obtiveram grande sucesso na aquisição das terras dessa porção. Compreender esse movimento separatista, é também compreender a história que aqui foi e continua sendo escrita, história de desigualdade, de dizimação de povos que aqui viviam, que dessas terras dependiam e que nela e por causa dela foram exterminados. É preciso também falar daqueles que aqui já chegaram sem direito algum, pois não tinham capital e nem pertenciam a um grupo de importância dentro do contexto histórico daquele momento;

A concentração fundiária é um dos elementos da questão agrária em Mato Grosso do Sul, pois os imóveis acima de 1.000 hectares concentram 69,58% da área ocupada no campo do estado. Somam-se a posse e o uso da terra destinados à pecuária extensiva de corte e à produção e exportação de commodities [...] (Nardoque e Kudlavicz, 2019, p.110).

Ficou evidenciado nesse tópico que os problemas fundiários do Mato Grosso do Sul são herança de uma colonização extremamente excludente, onde se formou uma sociedade patriarcal inspirada em um modelo europeu. Em moldes de privilégio se formou no Mato Grosso do Sul, a exemplo do Brasil, uma concentração fundiária em benefício da elite invasora europeia em detrimento aos nativos e imigrantes pobres, criando assim as bases para uma disputa entre expropriados e invasores.

3.2 – Os movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil: CPT e MST

O processo de resistência dos povos do campo contra a dominação colonial sempre existiu, mesmo com todo o aparato legal e burocrático do domínio português para arrefecer as tensões. Nesse sentido, as discussões teóricas dispostas sobre as experiências dos povos do campo, das florestas e das águas sempre apontaram para uma intensa resistência, de luta para se manterem em um território seu por direito. Corroborando essa temática, vejamos as colocações de Almeida:

A chegada dos portugueses ao Brasil, foi marcada pela exploração, violência e expropriação indígena. O retalhamento da terra, ocorrido no início da colonização e a distribuição do território em capitânicas hereditárias, destinadas, em primeiro lugar, aos capitães-governadores, vindos de Portugal, já demonstrava o modelo econômico adotado para o país, e que representava o grande latifúndio e a monocultura escravocrata [...] (Almeida, 1999, p.138).

Ao chegarem nesse território, os portugueses já começaram a mudar drasticamente o modo de vida das comunidades indígenas que aqui viviam. Todavia, os indígenas lutaram contra a escravidão, e resistiram a isso - contra a imposição de um modo de vida antagônico. Os portugueses, com o iminente fracasso diante do trabalho escravo indígena, iniciaram o processo de escravização do povo negro trazido da África, constituindo, assim, um novo grupo de excluídos do território brasileiro.

Dentro desse contexto de exploração e dominação territorial, o que ocorreu desde o início foi a imposição de um modelo de distribuição de terras desigual – conforme apontado previamente -, e que a despeito das contradições desse “Modus Operandi”, conseguiu permanecer por muito tempo, a ponto de conformar um tipo de civilização amparada pelo poder que o domínio da terra lhe conferia, naquilo que Freyre (2003) denomina como “civilização do açúcar”, no caso do Nordeste.

A grande quantidade de terras disponível no território brasileiro fora habitualmente utilizada por um contingente capitalista, criando assim uma população de expropriados. Para Prado Junior:

[...] Os sucessos da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do país, e que se tornaria sua classe dominante, nenhum outro contingente da população. A massa escrava, mais tarde, apenas recém - egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Desde o início da ocupação e colonização do território brasileiro, e até hoje ainda, os títulos de propriedade e o domínio da Terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação [...] (Junior, 1979, p.25).

Nesse cenário, a luta pela terra se torna a única forma em que os excluídos podem buscar o acesso à terra enquanto lugar de trabalho e modo de vida. Dessa forma, tem-se que as experiências aportadas inicialmente pelos quilombos foram, no início da colônia, uma forma de organização contra o modelo concentrador que oprimia e escravizava. Foi preciso se organizar, criando assim uma territorialidade onde aqueles que outrora foram escravizados pudessem enfim obter um lugar para resistir. Segundo Almeida (1999, p.138), “a história dos conflitos no campo, marcada pela luta contra a opressão e pela posse da terra, não é recente. Os quilombos, formados em pleno período de escravidão, representavam a resistência negra contra o sistema de opressores”.

No século XX, já década de 1950, surgiu um movimento que tinha como principal objetivo lutar pela reforma agrária. Este movimento, conhecido como ligas camponesas, organizou milhares de trabalhadores rurais, oriundos principalmente do nordeste brasileiro, sendo estes arrendatários ou meeiros. Essas ligas surgiram em um contexto de políticas de forte incentivo à industrialização promovidos pelo governo de Juscelino Kubitschek, intensificando a mecanização da produção agrícola e produzindo desemprego e redução de salários, tudo isso causou grande insatisfação na população rural nordestina.

Mesmo com forte repressão, as ligas camponesas foram resistindo. Criadas no estado de Pernambuco, mas estando presente também em outros estados, as ligas camponesas foram de fundamental importância para o fortalecimento da luta pela terra no Brasil, tal como para o nascimento de outros movimentos sociais. Segundo Stedile:

As Ligas Camponesas se inserem como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. Nesse sentido, as Ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias.

Elas foram uma forma de organização das massas camponesas do Nordeste, em especial dos moradores dos engenhos na Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Como movimento de massas, não tinha muita formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos. Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político. (Stedile, 2012, p.12)

A história da luta pela terra no Brasil não começa e nem termina com as Ligas Camponesas. Essa história passou por diversos momentos, tendo em cada um, acontecimentos de fundamental importância para a legitimação da luta pelo acesso à terra de trabalho. Um marco dessa luta é a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Ligada à igreja católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975. A fundação da mesma se deu em plena ditadura militar, sendo o objetivo dessa organização, combater a exploração de trabalhadores rurais, sobretudo na Amazônia, uma vez que estes eram expulsos das terras que ocupavam e também eram submetidos às condições análogas ao trabalho escravo. A criação da CPT esteve ligada as trabalhadoras e trabalhadores do campo, objetivando ser um suporte para a sua organização. Os primeiros a receberem atenção da CPT foram os denominados posseiros da Amazônia e, posteriormente, a ação dessa entidade se estendeu a todo o Brasil, uma vez que os problemas relacionados às comunidades que trabalhavam na terra estavam presentes em todo o país.

A Comissão Pastoral da Terra se destacou pela defesa dos direitos dos trabalhadores à terra, especialmente posseiros e sem-terra. Sabendo que o acesso à terra passava necessariamente pela quebra do latifúndio, por essa razão, a CPT envolveu-se diretamente em numerosas lutas e manifestações em prol da reforma agrária. A versatilidade dessa organização se evidenciava pelas diferentes tonalidades apresentadas em cada região, se adaptando assim aos desafios apresentados em diferentes realidades. Sobre o contexto de criação da CPT, Morissawa afirma que:

Na colonização espontânea, os trabalhadores rurais derrubavam a mata e passavam a cultivá-la. Logo apareciam pessoas dizendo-se donas da área, com títulos legais ou forjados, expulsavam os ocupantes e plantavam o pasto para a pecuária. Se eram donos ou não, com certeza nunca tinham Aparecido naquelas terras para qualquer finalidade. Agricultores analfabetos ou semianalfabetos foram assim expulsos da Terra e perderam as benfeitorias que já haviam feito, sem direito algum. [...] Essas foram as bases dos conflitos na região, geralmente resolvidas a bala, com a morte de centenas de posseiros. Os tais “fazendeiros” formavam verdadeiros exércitos particulares e atacavam os trabalhadores atacavam os trabalhadores, sem qualquer interferência dos órgãos competentes do governo. Foi esse contexto que levou ao surgimento da CPT (Morissawa, 2001, p.105).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), é um movimento de grande expressão na luta pela reforma agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul, ocupando um lugar de destaque, uma vez que sua existência precede a outros movimentos. Criada em 1975 pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, estando diretamente ligada à igreja católica e, tendo como objetivo atuar diante das questões agrárias, dando apoio aos grupos minoritários excluídos da “partilha” da terra nos territórios brasileiros. Sobre a CPT, vejamos a seguir as palavras de Ferreira:

A Comissão Pastoral da Terra, organismo pastoral reconhecido pela Congregação Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 1975, momento de expansão do capitalismo no campo, quando o Estado brasileiro priorizava com incentivos fiscais as agroindústrias e os latifúndios em detrimento da pequena produção familiar. Sua ação pastoral, em consonância com as práticas da “Igreja Popular”, sempre vinculou a fé a um compromisso com a justiça social (Ferreira, 2004, p.138).

A partir da criação da Comissão Pastoral da Terra e, dos princípios defendidos pela mesma, tem-se um movimento social engajado no campo político, com pensamentos organizados, com ideário. Pensar a reforma agrária, é pensar em justiça social, é pensar em reparação histórica, é pensar naqueles que foram excluídos e naqueles que nem foram incluídos e, a CPT defendeu esses pontos desde o princípio, contribuindo com o fortalecimento político do sem-terra brasileiro.

A CPT foi protagonista de mais um capítulo da luta campesina no território brasileiro. Nesse momento, a luta passa para além da conquista de um pedaço de terra, sendo também, uma luta por justiça social, por manutenção e ampliação de direitos, enfim a luta pela reforma agrária.

Em um contexto de políticas opressoras, torna-se necessário aos movimentos sociais se organizarem melhor, ocupando, assim, espaço na política - um espaço indispensável aos anseios dos dominados. Esses movimentos sociais se materializam em ações coletivas, sendo estas organizadas e mantidas por grupos que visam lutar por causas sociais.

Desse modo, ao levantarem um grito, os movimentos sociais representam a voz de todos os excluídos do processo democrático, no intuito de ocupar os espaços tidos como direito de todos em uma sociedade. Desse modo, fica evidente que os movimentos sociais são de fundamental importância para a constituição de uma sociedade democrática. Para Martins:

Fato político dos mais importantes na história Brasileira do presente é o de que os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos. Esse distanciamento, que ocorre também na maior parte dos países da América Latina, mostra-nos que os partidos estão tendo dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias para acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações camponesas. E nos mostra, ao mesmo tempo, uma das razões da fragmentação e dispersão das lutas populares no campo. Elas necessitam de organização e estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na Aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado (Martins, 1981, p.9).

Nesse enredo histórico, com diferentes personagens para cada momento, a criação de um novo movimento social não apaga os anteriores, muito pelo contrário, faz-se uma junção de tudo que foi aprendido agregando-o ao novo.

É certo que a CPT tem importância histórica no engajamento da luta pela terra no Brasil, no entanto, outro movimento que se consolidou em toda a América Latina e no MS na luta pela reforma agrária foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Desse modo, em um capítulo dessa história temos criação do MST, esse movimento nasce com

grande influência da CPT e foi aos poucos se transformando em um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil. A luta do MST sempre esteve pautada nas questões do trabalhador do campo, tendo como princípio, a busca pela reforma agrária no Brasil. Segundo Buscioli, 2019, p.29: A Comissão Pastoral da Terra teve um papel importante para o MST em MS, pois foi por meio dela que o Movimento conseguiu se organizar em trabalhos de base e reuniões, permitindo e fortalecendo a sua consolidação. [...]

O MST se constituiu como um movimento social que defende os direitos dos excluídos ligados ao rural, sendo que, dentro desse contexto, a terra é vista como símbolo real da vida camponesa. Não se pode olhar para a terra como um bem passível de ser vendido e/ou comprado, não se põe preço à uma riqueza tão necessária à vida de milhões de pessoas, sendo que essas pessoas buscam a terra do bem viver, a terra de convívio, terra de trabalho.

Para Ramos (2020, p.233) “a relação com a terra e seu significado para as comunidades tradicionais e camponesas liga-se à dimensão da vida, da casa, da vivência na natureza, da harmonia com o tempo e o mundo, do habitar e respeitar a terra mãe”.

Isso porque, a identidade camponesa ¹⁶se desenvolveu em um contexto histórico em que famílias ligadas ao campo criaram um vínculo identitário com o rural. Segundo Moura e Maciel (2013, p.54) “A diversidade de situações presente em um mesmo território demonstra que o meio rural não é totalmente homogêneo, antes é um espaço operacionalizado a partir das percepções e necessidades de seus atores sociais”.

Sabendo que a terra é um direito que não atinge as comunidades camponesas, torna-se necessário se organizar politicamente para lutar pelo acesso à terra de trabalho e, nesse contexto temos a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como um movimento social camponês que tem por objetivo a luta pelo acesso à terra e a condições para se manter na mesma. Sobre o MST vejamos as indagações de Seyferth:

O movimento dos “sem-terra” — MST, fundado em 1984 a partir de movimentos menores surgidos no sul, em São Paulo e Mato Grosso na década de 1970, hoje com atuação em quase todo o Brasil e com vinculações a movimentos de escala mundial, é um bom exemplo para tratar da construção de uma identidade coletiva por parte de grupos heterogêneos com algo em comum: a reivindicação da reforma agrária, portanto, do acesso à terra vinculado à “agricultura familiar” que, desta forma, ganha um conteúdo político por ser uma categoria de identificação reconhecida pelo

¹⁶ O fortalecimento da identidade coletiva foi certamente a repercussão que integrou, deu sentido, ampliou, fortaleceu e criou condições de futuro para as populações camponesas. Vale ressaltar que para os assentados a identidade camponesa não se definiu em relação a um espaço físico, mas ao território, aqui compreendido a partir das relações econômicas, políticas, sociais e culturais estabelecidas entre sujeitos em uma determinada configuração societária (Esmeralda, Molina e Rocha, 2017p.581).

Estado, e um conteúdo social marcando a condição camponesa [...] (Seyferth, 2011, p.402-403).

Compreender o significado da identidade camponesa é uma tarefa complexa e, portanto, necessária, uma vez que é somente através do conhecimento que se poderá lançar as bases de uma verdadeira resistência campesina e permanência no campo.

No período em que o Brasil esteve sob as arbitrariedades de governos militares, os interesses das classes dominantes foram colocados à frente dos interesses dos camponeses, de modo que os camponeses foram expropriados e/ou impedidos de ter acesso à terra de trabalho.

O papel do MST na luta pela terra no Brasil se apresenta como fator organizacional de fundamental importância para que camponeses expropriados possam, através de tal organização, delinear estratégias visando pressionar o poder público para que, dessa forma, possam ter suas reivindicações atendidas. Para Fernandes:

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a produz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a. (Fernandes, 2000, p.19)

A história do MST tem sua base na luta pelo acesso à terra de trabalho, no entanto, em sua evolução, o campo de luta foi se expandindo, e, esse movimento se organizou politicamente, tendo outras metas para serem alcançadas. Hoje, o MST faz frente às desigualdades visto que, além do acesso à terra, torna-se necessário que se tenha condições para se manter no território conquistado. Como pautas atuais do movimento estão questões como: segurança alimentar, educação do campo, agroecologia, saúde, esporte, lazer etc. Sobre a organização política do MST, e seu foco na agroecologia, Aliaga e Maranhão destacam que:

[...] O projeto de Reforma agrária popular e a matriz agroecológica de fato abriram espaço para novas perspectivas dentro e fora do movimento, formando alianças em toda região latino-americana. A construção da forma partido, nesse sentido, foi essencial para o desenvolvimento de um projeto nacional capaz de orientar a ação organizada e unificada do movimento. Do mesmo modo, o fomento à educação ambiental e à formação política forneceram qualificação intelectual e técnica a parcelas expressivas dos trabalhadores rurais sem-terra, abrindo um importante via de autonomia popular e possibilidade de emancipação política para as classes subalternas do campo e, em menor grau, também da cidade. (Aliaga e Maranhão, 2021, p.581-582)

É no campo da luta pela terra que nasce o MST, movimento que modifica politicamente a busca pelo acesso à terra no Brasil e que lança mão de diversas estratégias para isso, seja através de ocupações – pressionando o poder público a estar criando leis de acesso à terra -, seja por meio de reivindicações pela criação de condições de permanência na

terra com a criação de políticas públicas de financiamento para a produção de alimentos saudáveis, de uma educação do campo e de saúde que atenda as sociedades camponesas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está organizado enquanto movimento social desde 1984, estando hoje presente em todo território brasileiro, fato este que ilustra sua representatividade à nível nacional. Surgido em contexto político que compreende o fim do regime militar - iniciado na década de 1960 e que chegava ao fim com a redemocratização do país em 1985 -, o MST se tornou um importante instrumento político na luta por justiça social no campo. Sobre o nascimento do MST, vejamos o que diz Oliveira:

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O movimento dos trabalhadores rurais sem Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação. (Oliveira, 1994, p.18).

A luta pela terra passou por várias transformações ao longo da história do rural brasileiro, sendo que em cada momento tivemos diferentes protagonistas, onde cada um deles tiveram sua contribuição nas conquistas obtidas.

Para Thomaz Junior (2016, p.6):

a luta para permanecer na terra, assim como para entrar, ou seja, a luta pela terra, é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária no Brasil, no âmbito da luta de classes. [...] A luta começou com os povos indígenas, que foram bruscamente usurpados, perdendo até mesmo o direito a expressar sua fé, foram catequisados, sua cultura foi criminalizada, o seu modo de vida foi totalmente modificado.

Ainda sobre a luta pela reforma agrária, vejamos as indagações de Freitas (2020 p.13):

[...] A luta pela terra continua sendo, no Brasil, a causa principal da violência generalizada que se torna cada vez mais cotidiana por todo o país, seja nos conflitos diretos na luta de posseiros, indígenas, quilombolas ou camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra [...] Os Nativos lutaram contra a invasão, lutaram contra a ganancia europeia, lutaram por uma terra que era deles por direito, lutaram e continuam lutando.

Freitas (2020, p.20) prossegue e afirma que: “[...] a principal luta da classe trabalhadora brasileira é a luta contra o imperialismo, que, por sua vez, está diretamente atrelada à luta interna pelo fim da concentração da terra e do sistema latifundiário que nos domina. [...]”. Também lutaram os pretos trazidos para serem escravizados, lutaram contra a opressão, lutaram contra o autoritarismo, lutaram pelo direito à liberdade, pelo direito a terra de trabalho, direito a um espaço onde pudessem morar, trabalhar e serem felizes. Aqui, criaram territórios de resistência, os mesmos denominados quilombos foram comunidades

onde os pretos que conseguiam fugir poderiam morar, trabalhar, um lugar onde fortaleceram seus laços e criaram uma nova territorialidade, tendo essas comunidades, grande representatividade até o momento atual.

Em outro momento, e com papel fundamental na luta pela terra no Brasil, temos os posseiros, que tiveram por luta a bandeira da permanência no território em nome de um sonho para se manter em cima de um pedaço de terra em que pudesse trabalhar para suprir suas necessidades fundamentais. Esses posseiros lutaram contra os grileiros, lutaram por políticas públicas em prol de sua classe, lutaram e conseguiram visibilidade por parte do Estado, tendo reflexos positivos nas lutas futuras.

Oriundas desse processo de acúmulo das experiências de lutas dos povos do campo, surgem a CPT e o MST, sendo que a primeira representou grandes avanços na luta pela reforma agrária, aparecendo em meio a luta dos posseiros contra os grileiros, organizando esses trabalhadores de forma a fortalecer o embate. Com grande influência da CPT temos na década de 1980 a criação do MST, de modo que este promoveu uma maneira ímpar com a estratégia de ocupação de terras improdutivas, buscando chamar a atenção do poder público sobre a necessidade de uma reforma agrária. Fernandes afirma que:

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de Terra realizadas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da Conquista da Terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela Terra e de formação camponesa (Fernandes, 2000, p.25).

Lutar pela terra foi e continua sendo a realidade daqueles que foram excluídos ou não foram incluídos na partilha da terra, indígenas, escravos/ex-escravos, posseiros, tendo juntos a essa luta os camponeses organizados primeiramente pela CPT e, posteriormente, pelo MST. Juntos esses movimentos se transformaram em duas frentes de grande expressividade na contemporaneidade.

3.3 – Contexto histórico da reforma agrária no MS

A história do Mato Grosso do Sul faz parte de uma tentativa de refazer o caminho de partilha das terras, desconcentrando aquilo que aqui já “nasceu concentrado”. Dessa forma, a luta pela terra no MS carrega tensões e marcas de uma história inacabada, sendo reescrita a cada período, com novas tensões a cada novo capítulo, onde velhos atores lutam por uma nova realidade, buscando a inserção como protagonista em sua própria história. Segundo Assunção e Camacho:

A formação do espaço geográfico do estado de Mato Grosso do Sul (MS), enquanto território brasileiro, envolve questões históricas e disputas territoriais que tem sua gênese na ocupação de terras indígenas pelos espanhóis e portugueses durante o processo de colonização do Brasil. A monocultura e a bovinocultura como atividades produtivas são processos produtivos que contribuíram com a concentração da terra e, conseqüentemente, do poder econômico e político de uma elite agrária (Assunção e Camacho, 2022, p.23).

O modelo de ocupação que ocorreu no MS foi baseado em políticas de subsistência a grande propriedade da terra, em consequência desenvolveu-se no território sul-mato-grossense grande disparidade relacionada à posse da terra. Com o desenvolvimento do capitalismo, intensifica o acúmulo das riquezas, de modo a produzir e/ou reforçar as desigualdades sociais, onde a expropriação gera pobreza, tornando inevitáveis os conflitos por acesso a um pedaço de terra.

Fazendo frente a esse processo contraditório e excludente, temos os movimentos socioterritoriais que se organizam com o objetivo de lutar pelo acesso à terra. Essa luta se baseia em uma reparação histórica, em que o camponês expropriado busca o direito de trabalhar e viver em sua terra de trabalho.

A luta pela terra no estado do Mato Grosso do Sul, ocorre devido à concentração de terras e a territorialização do agronegócio. Visto que, os movimentos socioterritoriais lutam pelo acesso à terra e pela sua permanência, através das ocupações de terras, que são vistas como formas de resistência frente ao capital, configurando um importante instrumento de luta pelo território para os movimentos socioterritoriais (Dalperio, 2015, p.10).

Fica evidenciado que a reforma agrária no MS, a exemplo do restante do Brasil, se processa a partir da luta de movimentos organizados. Esses movimentos têm como objetivo a luta contra as desigualdades existentes no campo brasileiro, sendo que para o fim dessas disparidades é necessário que se vá muito além do acesso à terra, pois o acesso à terra é o primeiro passo para que se possa alcançar uma verdadeira reforma agrária.

No espaço rural sul-mato-grossense, foram produzidas conflitualidades através de uma nefasta ocupação de territórios, de modo a privilegiar através de subsídios uma pequena parte da população brasileira - sendo estas as mais abastadas. Para Fernandes:

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos, que são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem as relações sociais, também produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais (Fernandes, 2005, p.277-278).

O espaço rural sul-mato-grossense constitui-se em um território de conflitos entre ideologias distintas, sendo esses conflitos fruto das relações constituídas no mesmo, de modo que, ao se relacionarem, diferentes grupos produzem em um mesmo território diferentes territorialidades. Corroborando a discussão, Fernandes (2005, p.278) afirma que “do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade”.

Nesse contexto, o projeto de reforma agrária no MS é fruto da luta dos pequenos agricultores rurais, organizados através dos movimentos sociais. Temos hoje como referência na luta contra as desigualdades no campo o MST, uma vez que esse movimento faz frente à concentração de terra, buscando, portanto, a divisão justa da terra, de modo a reparar as injustiças históricas cometidas contra o pequeno agricultor familiar.

O Mato Grosso do Sul é referência quando se trata de concentração fundiária, portanto no quesito reforma agrária o estado vem tendo grandes avanços no decorrer das últimas décadas e, como destaque no que se refere à quantidade de terras expropriadas, temos o município de Sidrolândia.

Segundo Nardoque e Kudlavicz, (2019, p.117), “até 2018, em Mato Grosso do Sul, Sidrolândia é o município com a maior área obtida (80.011,41 ha) e o maior número de projetos de assentamentos (PAs) totalizando 23” em todo o estado. O fato de Sidrolândia despontar em maior área obtida, conseqüentemente maior número de PAs, se deve a liderança do município em números de ocupações entre 1988 e 2014. Assim, segundo Melo:

[...]as ocupações entre os anos de 1988 a 2014 localizaram-se, principalmente, na região Centro-Sul do estado, [...]com destaque para os principais municípios onde ocorreram ocupações nos últimos 30 anos: Sidrolândia (36 ocupações), Itaquiraí (35 ocupações) e Ponta Porã (34 ocupações) (Melo, 2017, p.147).

Dados da Superintendência Regional Mato Grosso do Sul, a SR 16, atualizados em 2017, apontam que o estado contava com 204 Projetos de Assentamentos (PAs), sendo pioneiro o assentamento Novo Horizonte, criado em 10/04/1986 no município de Novo Horizonte do Sul.

O projeto de reforma agrária no Mato Grosso do Sul caminha a passos lentos, no entanto o pouco de conquista que existe é fruto da luta dos movimentos sociais, não só o MST e CPT, mas juntaram-se a eles Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS), entre outros. A luta por uma reforma agrária no MS continua e todos

esses movimentos socioterritoriais são fundamentais para sua continuidade, visto que não se busca apenas uma distribuição de terras, mas também condições dignas para se manter no seu lugar de vida, como melhor acesso à educação, saúde, segurança alimentar etc.

Vimos nesse tópico que a luta pela reforma agrária no MS enfrenta uma história de exclusão do camponês. Discutimos também que em um território que já nasceu com concentração fundiária, o que resta aqueles que não foram incluídos ou que foram excluídos é somente lutar pelo acesso à terra de trabalho, ou seja, buscar a desconcentração do rural sul-mato-grossense.

3.4 – Criação, distribuição e organização socioespacial do assentamento Geraldo Garcia nos dias atuais

Em 1997, teve início a luta que daria origem ao assentamento Geraldo Garcia. Com a divulgação do início de um acampamento nos municípios de Anastácio e Nioaque (MS), inúmeras famílias migraram de várias partes do Mato Grosso do Sul e de outros estados do Brasil para fazerem parte desse novo lugar. Organizado pelo MST, esse acampamento teve seu início no município de Anastácio MS, onde realizaram sua primeira ocupação e de onde foram despejados pela primeira vez.

3.4.1 - Acampamento Geraldo Garcia em Anastácio MS (1998)

No ano de 1998 a coordenação estadual do MST, em negociação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decidiram iniciar um acampamento, buscando locais onde havia fazendas improdutivas para que pudessem se instalar e iniciar o processo de ocupação e, dessa forma pressionar uma vistoria no imóvel, de modo a saber das possibilidades de uma desapropriação.

Em reunião entre os coordenadores, no ano de 1998, em Campo Grande-MS, foi decidido após a informação de uma possível área no município de Anastácio, que o acampamento iniciaria a sua luta neste município. A princípio um grupo pequeno, que com o passar do tempo foi crescendo, chegando em mais ou menos 400 famílias.

Em Anastácio, ocuparam a fazenda Guaxupé, mas foram despejados, momento em que foram informados de que a fazenda em questão era produtiva. Ficaram ali por alguns meses até perceberem que a fazenda em questão não seria desapropriada e dessa forma tiveram que buscar novas estratégias.

Para manter o acampamento ativo havia a necessidade de seguirem organizados, assim, acamparam em frente da fazenda Marimbondo, ainda no município de Anastácio. Desse local foram organizadas algumas ocupações, sendo que foram despejados

reiteradamente. Essas ocupações serviam para pressionar o governo e manter o acampamento vivo, organizado, diminuindo as desistências.

3.4.2 - Acampamento Geraldo Garcia em Nioaque MS (1998-1999)

Após alguns meses em Anastácio e não vendo oportunidades para obtenção de uma área para constituir o assentamento, o acampamento Geraldo Garcia segue para Nioaque, onde permaneceu por mais alguns meses. Já em Nioaque, o acampamento segue ativo, sendo o lema do MST: “ocupar, produzir e resistir”, seguiram ocupando fazendas e pressionando o governo.

Em Nioaque, ocuparam a Fazenda Triunfo, por três vezes, sendo despejados por três vezes reiteradamente. No entanto, já tendo passado por alguns despejos com certa violência, esses acampados viram no terceiro despejo da fazenda Triunfo, o limite de perversidade chegar a níveis assustadores. Assim, em meados de 1999, no amanhecer do dia 12 de julho, alguns dos entrevistados narraram a chegada ao acampamento de um batalhão de choque liderado pelo Major Bueno (informações dos assentados entrevistados). Ainda segundo Manoel, os policiais chegaram invadindo e destruindo tudo, rasgaram as lonas de muitos barracos, entraram e reviraram tudo; levaram facas, facões, havendo relatos de sumiço até mesmo de dinheiro. No despejo, pessoas foram obrigadas a ficarem ajoelhadas ou deitadas, outras pessoas fugiram para a mata com medo dos fogos de alerta e tiros efetuados para cima pelos policiais. Como consequência disso, três homens foram presos e acusados de formação de quadrilha em um processo que perdurou por alguns anos.

Após o despejo e com boa parte dos barracos destruídos, objetos quebrados e desaparecidos, as famílias do acampamento Geraldo Garcia tiveram que seguir em frente. O acampamento foi então conduzido para a reserva do assentamento Padroeira do Brasil, ainda em Nioaque, onde seguiram até novembro de 1999, quando seguiram o caminho rumo a Sidrolândia. (informações dos entrevistados)

3.4.3 - Acampamento Geraldo Garcia em Sidrolândia MS (1999-2002)

No ano de 1999, o acampamento Geraldo Garcia, iniciou um novo capítulo em sua história de luta pela terra, agora no município de Sidrolândia. A vinda para o município teve como objetivo a conquista das fazendas Belém I e II, sendo as mesmas dos irmãos Naim Dibo e Claudio Dibo. Ao chegar na região, as famílias que compunham o acampamento seguiram diretamente para a fazenda pretendida, de modo que já ocuparam a fazenda e montaram o acampamento dentro dela.

Nesse momento já havia na beira da rodovia um acampamento da FETAGRI, o mesmo também tinha pretensão às fazendas Belém I e II, no entanto, o MST, com uma

melhor organização, montou um grupo que se mobilizou em constantes reuniões com a superintendência do INCRA, pressionando a mesma, a estar realizando a vistoria na fazenda e atestando sua improdutividade.

A coordenação geral do MST já havia recebido a informação de que a área não estaria sendo utilizada de forma a comprovar sua legalidade dentro das normas estabelecidas no território brasileiro.

Durante o processo de negociação foi atestado que uma vistoria já havia sido realizada, comprovando a improdutividade da fazenda. As negociações se intensificaram e era preciso garantir o direito de serem assentados nessa área, no entanto outro acampamento com outras famílias também pretendia ser assentadas ali.

Segundo relatos de entrevistados, instalou-se nesse território, algumas disputas entre as famílias integrantes dos dois movimentos sociais, MST e FETAGRI. Algumas reuniões foram realizadas, alguns embates foram travados, e discussões não puderam ser evitadas. Diante dessa disputa, prevaleceu a boa organização do MST, que havia ocupado a área e corrido atrás do atestado de improdutividade da fazenda. A FETAGRI, todavia, apenas tinha ido à frente da fazenda e não havia comunicado as autoridades quanto sua pretensão em conquistá-la. Segundo um entrevistado, não havia no INCRA nenhuma reivindicação por parte da FETAGRI relacionada à fazenda, eles nem ao menos haviam informado que estavam acampados nesse local.

Por fim, após uma batalha judicial com os irmãos Dibo, e um triste embate entre dois acampamentos, o governo desapropriou a fazenda em nome das famílias do acampamento Geraldo Garcia, iniciando nesse momento os trâmites legais para que enfim essas famílias pudessem realizar o sonho de serem assentados. No relato a seguir, S.F.C, liderança do MST durante o acampamento, fala sobre o processo que deu origem ao assentamento Geraldo Garcia:

Então! o Geraldo Garcia, acho que deu início lá pelos os anos de 1999, 1998, por aí. Se reuniram em Campo Grande, onde a coordenação se reuniu lá e decidiram, tinha essa área prevista, já dias antes o pessoal estudando, aí foram lá um grupo pequeno de família e foram se juntando mais e mais família que foi, aí já tinha umas 400 famílias mais ou menos na fazenda Guaxupé, foi lá pelo ano de 1999 por aí, se eu não me engano. Ficamos por um tempo lá nessa Guaxupé onde se viu que não teria... a área lá não serviria para gente, aí que fomos para BR, a BR que dava, que ligava é Nioaque... Nioaque e Anastácio, ali na época bem em frente da fazenda marimbondo. Ali nós ficamos muitos tempos lá, de lá deu início a um outro assentamento que era já das famílias que tinha... muitas famílias já no acampamento Geraldo Garcia, já era nome Geraldo Garcia né, que esse nome se deu em homenagem a um militante do PT que morreu em um acidente. Esse militante, ele ajudou a fundar o partido aqui no estado e ele morreu em um acidente de carro, justamente defendendo a luta do movimento e, aí a homenagem a esse companheiro deu início, o nome Geraldo Garcia. Então, o acampamento era formado na época de

coordenadores, dirigentes, era na antiga organicidade do movimento né, era coordenadores de 50 famílias, 30, 40, era no que cabia nos grupos, bem diferenciado de hoje em dia que tem uma nova organicidade. A primeira ocupação foi a fazenda Guaxupé, aí fomos pra BR, e aí já se deu o início a várias e várias ocupações é... ocupações, despejos violentos e várias fazendas, teve anos que... teve ano que nós fizemos ocupação 12 vezes e 12 vezes despejo, não estou lembrada do nome daquela fazenda que nós ocupamos lá, alguém aí mais deve lembrar, que não estou lembrado o nome daquela fazenda. Depois, assim, no meado já de 2000, 2001, já por aí a gente veio para a capatazia onde já ficamos um tempo ali, acampados na capatazia, que era uma sede de... uma agrovila do assentamento Padroeira do Brasil. Ali ficamos um tempo também. Fizemos outra ocupação na reserva da fazenda... essa fazenda, você tem que achar alguém que sabe o nome dessa fazenda que nós fizemos ocupação na reserva, onde tivemos despejo lá com... no dia 12 de outubro lá às 4:00 da manhã, porque eu não tô lembrada o nome dessa fazenda. Desse despejo lá que nós fomos pra capatazia e, ficamos na Capatazia uns certos anos lá e que de lá já viemos aqui, porque nossas ocupações seriam, eram todas na região de Nioaque, Anastácio, que era pra se dar a origem do assentamento por ali naquela região né, foi até que onde nós descobrimos essa área aqui na (...), em Sidrolândia, que a (que em um) primeiro momento a gente ia ser assentado na Jiboia, um pouco do pessoal no Capão Bonito, um pessoal na Jiboia e, aonde fizemos uma negociação com... com um grupo de famílias de outro movimento que ficamos todos aqui, no Assentamento Geraldo Garcia, aqui na fazenda que era antiga Estancia Belém, que hoje é o assentamento Geraldo Garcia, que deu origem ao assentamento Geraldo Garcia né, que ficou aqui. Geraldo Garcia foi um acampamento muito organizado, muito Unido, as famílias eram muito bem-organizadas, as famílias eram muito unidas, os setores funcionavam. Naquela época era assim, funcionava porque era uma época de muita luta, muita, muita Conquista mesmo, Conquista daquelas Conquistas sofridas, que... o pessoal sofrido, que lutou pelo Geraldo Garcia, foi uma bem complicada, bem diferenciada das lutas de hoje em dia né, que antigamente as pessoas teria... tinham que ficar no acampamento mesmo, era um acampamento de... no início era um acampamento de 2000 famílias, mas aí se deu origem lá ao assentamento Rio feio, que foram 300 famílias para lá e foram ficando famílias, famílias que foram desistindo pelo longo do caminho, pelo longo da luta que se teve. Eu sei que foi assentado no final já... foi 182 famílias, que ficaram para ser assentadas aqui hoje onde há o assentamento em Sidrolândia. Mas assim a organicidade do acampamento era bem, era bem organizado, porque como eu estava te dizendo pelo... as famílias terem que viver no acampamento, elas moravam no acampamento mesmo! não tinha essa de é... ficar ou ir no final de semana ou morava na cidade e ia só na época que precisava não, não, as famílias do Geraldo Garcia eram famílias que realmente precisavam mesmo de uma terra pra se morar, de um lugar digno para se morar, que não tinha outro lugar para se morar e, era no acampamento que moravam todas as famílias. Mas graças a essa luta, esse sofrimento, o assentamento que se deu hoje, que é a Conquista de todos que hoje estão no Geraldo Garcia, é... é um povo que passou por essa luta sofrida, mas é um povo que alcançou o objetivo que eles têm hoje tem a sua casa com dignidade, seu lote, vivem do lote que estão ali, de uma forma ou de outra produzindo e vivendo ali. Eu mesma particularmente tenho muitas, muitas conquistas com essa luta... do Geraldo Garcia, hoje eu tenho muita Conquista, moro no assentamento tenho meu lote, moro no assentamento e... e não me arrependo de nada pelo que nós passamos pra chegar até aqui (S.F.C, junho de 2022)

Francisca foi coordenadora estadual do MST, participou ativamente na organização do acampamento, fazendo parte da coordenação e gestão. Militante assídua, conhece como poucos a história do Geraldo Garcia, desde o acampamento até tornar-se assentamento. Nas figuras 5, 6 e 7 temos essa luta materializada nas imagens, luta essa que deu origem ao PA Geraldo Garcia em Sidrolândia MS.

Figura 5: Acampamento Geraldo Garcia na reserva do assentamento Padroeira em Nioaque



Fonte: Arquivo pessoal de A.M.S, moradora do assentamento Geraldo Garcia, 1999

Figura 6: Marcha do Rio de Janeiro há Brasília (Marcha para Brasília)



Fonte: Arquivo pessoal de A.M.S, moradora do assentamento Geraldo Garcia, 1999

Figura 7: Reunião no acampamento Geraldo Garcia na reserva do assentamento Padroeira em Nioaque



Fonte: Arquivo pessoal de A.M., moradora do assentamento Geraldo Garcia, 1999

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi de fundamental importância para que as famílias do acampamento Geraldo Garcia pudessem conquistar o seu pedaço de terra. Este movimento esteve presente no acampamento Geraldo Garcia em várias frentes, e não só lutavam pelo acesso à terra, mas também por uma verdadeira reforma agrária. Era preciso formar e informar os acampados, era necessário dar consistência a luta dos sem-terra, para isso, cursos e encontros eram frequentemente promovidos, com o intuito de levar para os acampados o conhecimento necessário ao enfrentamento diante de políticas insuficientes para a viabilização do projeto de reforma agrária. Corroborando a temática, vejamos o relato do assentado W.S.S:

A nossa trajetória na luta pela Terra, nós começamos em 98 né, 98 nós foi acampar em Nioaque, município de Nioaque, e ficamos durante dois anos, aí eu fiquei dois anos acampado. Lá nesses dois anos foi (difícil), (...) tivemos três, quatro despejos, inclusive um desses despejos foi um dos despejos mais violentos que o estado já teve até hoje né, ficou registrado no estado como o mais violento, onde foram 11 pessoas presas, foi bem violento, até hoje quando se fala em despejo que foi comandado pelo major Bueno, foi um dos despejos mais violentos no estado, na época era o governo Zeca né, nós ficamos no município de Nioaque uns dois anos, depois nós viemos para o município de Sidrolândia, nós ficamos mais uns dois anos e pouco até sair a Terra né. Aqui já teve pouco despejo né, tivemos dois despejos aqui, mas era despejo mais na questão de liberar a área pra fazer vistoria, já foi mais pouco. Mas no total nós ficamos quase cinco anos acampados para pegar Terra né, aí depois de quatro anos e pouco, cinco anos, em 2002 saiu a Terra que aqui reside até hoje né... município de Sidrolândia, assentamento Geraldo Garcia. No quesito movimento Terra, na época foi muito essencial, o movimento sem-terra né, hoje se você pegar, 60% das famílias assentadas no estado hoje, foi tudo o movimento sem-terra né, que era um movimento que dava mais apoio na questão de a gente conseguir mesmo chegar na Terra. No nosso caso o movimento sem-terra foi muito essencial para nós chegar no lote né. Isso é um pouco da história nossa né, enquanto acampado. (W.S.S, 05/01/2023).

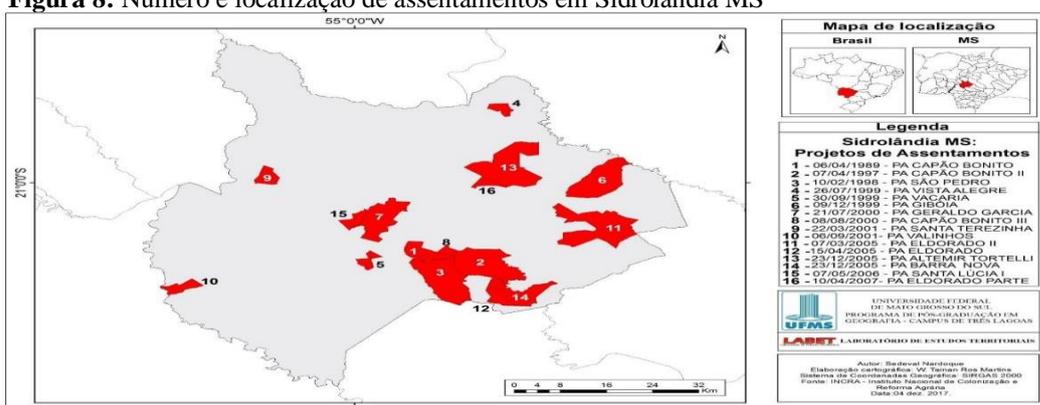
Sempre esteve na pauta do MST uma educação para o campo, diante disso, incentivava a formação de professores dentro do acampamento. Sobre esse aspecto, um desses professores é N.M.S, Fruto dessa semente plantada pelo movimento, cursou entre 2000 e 2003 MAGISTÉRIO no prédio onde funcionava a EFA (Escola Família Agrícola) em Campo Grande MS, sendo um curso para os acampados. Atualmente, ele prossegue na profissão e está formado em Pedagogia e Geografia, e é docente concursado na escola do assentamento Geraldo Garcia como alfabetizador, em que valoriza sua história e tem em sua bagagem a defesa pela reforma agrária. Segundo Beltrame:

[...]A experiência educativa desenvolvida nas escolas de assentamento vem enriquecida por essas vivências, possibilitando trocas significativas com os alunos, evidenciando características da cultura camponesa que supõem o convívio e a solidariedade. Esses homens e mulheres priorizam "não estar sós", ou seja, a vida se desenvolve essencialmente em grupo [...] (Beltrame, 2001, p.3). CONTINUA

Localizado no município de Sidrolândia, estado do Mato Grosso do Sul, o assentamento Geraldo Garcia é fruto de uma luta que durou quatro anos, de modo que 183

famílias tiveram como moradia barracos de lona, faziam suas necessidades em mictórios e tomavam banho em rios ou em banheiros improvisados. Para se alimentar dependiam de uma cesta doada mensalmente pelo governo do Estado que era complementada com diárias realizadas em fazendas. Os lotes foram entregues pelo INCRA em 06/04/2002, em uma área de 5.775 hectares (SEDERMA¹⁷, 2022), sendo constituído por 183 lotes que tem entre 20 e 30 hectares, onde todas as famílias beneficiadas entraram em suas terras com muita vontade de trabalhar e produzir.

Figura 8: Número e localização de assentamentos em Sidrolândia MS



Fonte: NARDOQUE e KUDLAVICZ, 2019, p.117

O assentamento Geraldo Garcia localiza-se em uma área considerada adequada em relação à proximidade do mercado e a infraestrutura existente (rodovias e estradas vicinais). Entretanto, esta é uma área dominada pelo “agronegócio”, tendo em vista que se encontra em meio a grandes fazendas e os investimentos por parte do Estado priorizam, especialmente, os grandes produtores. O PA Geraldo Garcia faz parte dos 27 assentamentos do INCRA existentes no município, sendo o 6º em território e 7º em número de lotes.

Quadro 1: Número de assentamentos por UF no Brasil

Estado (UF)	Nº de Assentamentos	Nº de famílias assentadas	Área de assentamentos (ha)
Maranhão	1.028	132.301	4.741.258,65
Bahia	691	48.664	2.044.783,26
Mato Grosso	549	82.424	6.023.370,76
Pará/Marabá	514	72.162	4.282.244,54
Piauí	499	31.169	1.391.243,64
Ceará	457	21.587	916.172,98
Rio Grande do Norte	398	19.884	529.525,09
Pará/Belém	397	98.555	4.102.092,24
Tocantins	378	23.405	1.241.685,88

¹⁷ Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDERMA) disponível em: <https://www.sidrolandia.ms.gov.br/secretaria/desenvolvimento-rural-e-meio-ambiente>

Rio Grande do Sul	345	12.413	294.194,28
Pernambuco/Recife	342	22.934	272.243,49
Minas Gerais	339	15.675	881.171,75
Paraná	329	18.772	429.771,28
Paraíba	314	14.645	294.672,09
Goiás	309	13.045	720.439,09
São Paulo	275	17.194	348.729,76
Pernambuco/Médio São Francisco	274	11.026	344.812,30
Sergipe	243	10.972	205.490,55
Rondônia	224	38.963	6.202.021,39
Distrito Federal e entorno	206	12.634	531.797,15
Mato Grosso do Sul	204	27.764	716.212,19
Alagoas	178	13.002	113.730,83
Acre	161	32.661	5.604.066,82
Santa Catarina	161	5.175	103.636,95
Pará/Santarém	155	53.676	8.067.852,18
Amazonas	145	57.234	27.290.997,70
Espírito Santos	92	4.165	50.797,75
Rio de Janeiro	80	5.882	177.638,43
Roraima	67	16.566	1.442.597,48
Altamira/PA	66	23.017	6.367.481,11
Amapá	54	14.723	2.245.309,57

Fonte: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Atualizado em: 31/12/2017

No quadro acima temos a relação do número de assentamento por UF no Brasil, de modo que fica evidenciado que o Mato Grosso do Sul se destaca em número de assentamentos, de assentados e área ocupada por assentamentos, esse fato coloca esse estado em uma situação privilegiada no que condiz ao processo de Reforma Agrária.

Quadro 2: Assentamentos em Sidrolândia MS

NOME DO PA	Nº DE LOTES	HECTARES	DATA DE CRIAÇÃO
PA Capão Bonito I	133	2.585	20/10/1989
PA Capão Bonito II	308	8.231	14/10/1997
PA Capão Bonito III	23	600	27/12/2000
PA São Pedro	295	8.592	23/12/1998
PA Vista Alegre	50	1.030	10/11/1999
PA Vacaria	48	1.049	27/03/2000
PA Gibóia	238	7.218	11/07/2000
PA Geraldo Garcia	182	5.775	29/12/2000
PA Santa Terezinha	64	1.537	13/08/2001
PA Eldorado	620	9.968	15/07/2005
PA Altamir Tortelli (Estrela)	115	1.489	27/12/2005
PA Barra Nova	306	3.940	27/12/2005

PA Alambari FAF	204	2.841	27/12/2005
PA Alambari CUT	230	3.203	27/12/2005
PA Alambari Fetagri	155	2.159	27/12/2005
PA Eldorado II	775	8.206	27/12/2005
PA Eldorado Parte	70	818	05/12/2007
PA Santa Lucia	100	1.322	09/03/2007
PA Nazareth	171	2.382	18/12/2013
PA Valinhos	75	898	21/12/2001
PA Ranildo da Silva	69	1.114	-----
PA Terra Solidária I*	11	360	28/11/2003
PA Terra Solidária II*	20	607	19/10/2004
PA Flórida **	113	---	-----
PA Kaapuã**	52	---	-----
PA Triângulo **	28	---	-----
Total do INCRA	4.231	74.957	
Total com os assentamentos do Crédito Fundiário	4.456	75.924	

FONTE: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> ; SEDERMA

O quadro acima mostra o número de assentamentos em Sidrolândia MS, sendo que, dos 204 existentes no Mato Grosso do Sul, 26 estão em Sidrolândia, deixando esse município em lugar de destaque no que diz respeito a reforma agrária em todo Brasil.

O Geraldo Garcia reflete a mesma realidade existente em todos os assentamentos de Sidrolândia MS, sendo uma dessas realidades as desastrosas vendas de lotes por parte dos assentados, mesmo diante da possibilidade de um dia dar legitimidade a reforma agrária nesse território. Atualmente, há 65 lotes do assentamento na posse de pessoas que o adquiriram através da compra, além de 6 que foram trocados. A causa das vendas são em sua grande maioria, por conta de uma realidade que nada tem a ver com o planejado durante a luta em acampamentos para o acesso à terra de trabalho.

Quadro 3: Número de lotes vendidos e permutados no assentamento Geraldo Garcia

Grupos	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	Total
Nº de lotes por grupo	18	12	11	11	10	12	11	9	12	11	10	9	09	07	03	05	05	183
Lotes vendidos	05	04	03	06	01	08	05	02	03	01	07	08	04	05	02	-	01	65
Lotes permutados	-	-	02	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	02	-	06

Dados coletados por entrevistas e aplicação de questionários, presencial e via WhatsApp e na associação, entre outubro de 2022 e janeiro de 2023

Nesse quadro temos a configuração do assentamento após esses 21 anos de criação, sendo mostrado no mesmo que dos 183 lotes, cerca de 35% estão nas mãos de compradores e outros 3,28% são de famílias que vieram de outros assentamentos em outros municípios. Esses números refletem a ausência do estado na regulação dos assentamentos, uma vez que a venda de terras destinadas a reforma agrária é ilegal¹⁸, podendo resultar em punição, tanto para o comprador quanto para o vendedor. As vendas desses lotes são reflexos das políticas insuficientes e a não aplicação da lei nesse caso configura em desdenho por parte do Estado, uma vez que a maneira mais eficaz de se impedir essas vendas seriam com incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar nesse território.

A história que deu fruto ao assentamento GG é composta por vários personagens, em que um complementa o outro, contribuindo, dessa forma, com a conquista. Dentre os integrantes dessa história, alguns assumiram um papel necessário, integrando o grupo organizacional do assentamento. Dentre aqueles que estiveram na direção do acampamento temos P.M.F, que nos contempla com o seu relato:

O que eu tenho que falar para você é que nós ficamos quatro anos e três meses acampados e fizemos nove ocupação para chegar aqui no lote. Toda negociação que a gente saía pra negociar em Campo Grande era benefício do assentamento, hoje nós estamos aqui, eu trabalhei pela direção regional o “W.S.S” trabalhou pela direção estadual e, sempre nós 2 trabalhamos juntos e estamos aqui com 182 famílias, que está hoje aqui assentada. Espero que todos que estão hoje aqui no lote esteja contente, embora muitos venderam o lote e foram embora, muitas pessoas que entrou continua do mesmo jeito que a gente sempre estamos vendo aí... tirando leite, produzindo sua subsistência aí... galinha porco, um gadinho de leite aí, tem muitos que arredaram o lote aí, mas ainda continua plantando alguma coisa ao redor da casa. Eu mesmo hoje aqui no assentamento, eu sobrevivo da minha subsistência aqui, eu vendo o que produz na feira, galinha, tudo, verdura que a gente leva a gente vende e vende leite também ovos que a gente colhe, companheiro da gente também que estão aqui, os vizinhos estão produzindo, a gente tá levando também para escoar, para vender. Espero que daqui pra frente tudo dá certo, porque a mudança aí... essa mudança... essa mudança que teve aí esses 4 anos aí, nós ficamos travado aí, sem financiamento nenhum, a gente teve aí as mulheres, tinham direito aí de pegar um financiamento de 3 até 7.000 real, foi tudo bloqueado. O governo atual que tá aí e que a gente espera agora com esse governo que está hoje aqui que é o Lula, que aí volta tudo e que já tá voltando a gente tá vendo aí que está voltando tudo que era antes e as mulheres tinham seus direitos de pegar também seu

¹⁸ § 1º Os títulos de domínio e a CDRU são inegociáveis pelo prazo de dez anos, contado da data de celebração do contrato de concessão de uso ou de outro instrumento equivalente, observado o disposto nesta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017](#))

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, gratuito, inegociável, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir título de domínio ou a CDRU nos termos desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 13.001, de 2014](#)) (Planalto,1993)

financiamento e nós também estamos com uma proposta boa e que vai ter financiamento aí para quem produz e, para quem quer produzir. Então a gente vai correr atrás desse financiamento, com fé em Deus vai dar tudo certo. Espero que daqui pra frente não tem mais aquela trava que estava tendo antes aí esses 4 anos atrás, até 6 anos, porque até do Temer também não resolveu nada para nós e espero que agora o INCRA olha aqui pra nós, aí vamos ter o benefício que principalmente pra quem trabalha na zona rural. (P.M.F, 05/01/2023)

Este tópico foi produzido de modo a discorrer historicamente sobre a criação do assentamento Geraldo Garcia e, diante dessa história, foram elencados os processos que culminaram na sua criação, acompanhando desde o início do acampamento, sua trajetória, locais por onde passou até a chegada em Sidrolândia MS – em que o sonho da terra de trabalho foi enfim realizado.

Outra problemática abordada foram as condições de vida iniciais no assentamento, e as dificuldades que surgiram após a conquista da terra, como as escassas possibilidades de escoamento da produção. O tópico apresenta ilustrações que corroboram a história do assentamento, fotos de um enredo real. Apresenta também quadros com o número de assentamentos no município e por unidade federativa e com o número de lotes no assentamento Geraldo Garcia, tal como de lotes vendidos e permutados.

4 – REPRODUÇÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA: ARRENDAMENTO, PRODUÇÃO E ASSALARIAMENTO

Após um ano no assentamento, quase todas as famílias já estavam com suas casas prontas, sendo que foi utilizado, em muitos casos, o denominado regime de mutirão, permitindo que o serviço fosse realizado com maior rapidez. Com um início promissor diante da construção das casas, a esperança dos assentados em se reproduzir enquanto camponês se renovou, saíram do acampamento e agora tinham terra; saíram dos barracos e agora tinham casa; enfim, terra, casa e trabalho.

Já em suas casas, era preciso produzir para subsistir, era necessário trabalhar a terra e para isso, as políticas públicas de fortalecimento à agricultura familiar seriam fundamentais, no entanto, a insuficiência destas incidiu para o insucesso da produção de alimentos no assentamento.

A produção de alimentos esbarrou na condição do solo, uma vez que tanto para plantar quanto para criação de gado leiteiro havia a necessidade de investir na recomposição de nutrientes. Sem a produção de subsistência, foi necessário buscar outras formas para se reproduzir socialmente, primeiro o trabalho assalariado fora do assentamento apareceu como alternativa e posteriormente o arrendamento da terra surgiu como alternativa complementar e mais rentável economicamente. Assim, por meio da busca de novas alternativas, seguiram resistindo e procurando formas de se viver na terra.

4.1 – Produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia

A agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia passa por um momento conflitante, de modo que são poucos os assentados que persistem na produção e comercialização de alimentos. Contudo, estes poucos agricultores familiares ainda veem a terra como possibilidade de manutenção de sua identidade, em que através da mesma contribuem com a segurança alimentar dentro do assentamento e na cidade. Apesar de estarem em minoria, os assentados que resistem produzindo alimentos fazem a diferença, pois é através de suas ações que a paisagem do assentamento contrasta com o agronegócio que se avizinha.

O início do assentamento foi bastante promissor, uma vez que já se via nesse território uma constituição paisagística que mudava o cenário, em que a fazenda dava lugar a um território da agricultura familiar. Também começava a ser construídas casas e pequenas plantações de alimentos que surgiam no lugar de pastagens.

Mesmo sem dinheiro para investir, os assentados buscavam cultivos que demandavam menos investimentos, sendo a melancia uma produção que se via em grande parte dos lotes.

No período da colheita era comum bancas na beira da rodovia, essa era uma solução encontrada pelos assentados para vender parte da produção. Muitos plantavam também quiabo, abóbora, maxixe, feijão de corda, batata doce etc. Devido à falta de transporte, todos esses alimentos eram vendidos na beira da rodovia, dificultando assim o aproveitamento da produção, uma vez que a durabilidade de quase tudo que se colhia era muito curta - fato esse que causava prejuízo a quem plantava.

Mesmo com constantes prejuízos, o que se via no território do Geraldo Garcia era, de fato, animador. Plantar alimentos é o que torna um assentamento essencialmente uma terra de trabalho, e isso, pelo menos de início estava acontecendo, e a reforma agrária começava a florescer, pois já se tinha a semente plantada para que o assentamento em questão pudesse um dia alcançar a soberania alimentar.

Sobre esse aspecto, tem-se acerca da Soberania Alimentar que vários autores têm apontado como um tipo de produção cujo maior objetivo é a produção de alimentos saudáveis e pautados em uma produção diversificada. Assim, em uma entrevista sobre a produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia, tal como dos desafios enfrentados para seguir produzindo, o assentado W.S.S afirmou que:

Quando o acampamento virou assentamento né, aí nós viemos para o lote, na época as coisas eram um pouco mais difícil, hoje as coisas é um pouco mais fácil, na época era muito... por exemplo, o meu lote era um lote muito sujo né, você dependia de muito dinheiro para você investir, aí você ficava mercê, não tinha esse dinheiro todo, se você fosse mexer com agricultura familiar ou seja você tinha que ter muito dinheiro, se você fosse mexer com gado você tinha que mexer na Terra então demandava muito recurso na época. Depois de uns 10 anos que estava no lote que eu vi que as coisas não andavam, não tinha jeito, eu decidi arrendar uma parte do lote, arrendei umas 15 ha e fiquei com umas 15, que é onde a gente trabalha hoje, que pratica agricultura familiar. Graças a Deus quando a gente começou a mexer com a agricultura familiar nós foi mexer com uma coisa que eu já tinha um pouco de experiência que era hortaliça né, na época quando eu era criança meu pai já mexia com hortaliça e, devido a isso, pelo pouco da experiência que eu tinha nos foi mexer com hortaliça. Aí, no município de Sidrolândia se criou as feiras né, que até então não existia a feira né, aí nós começamos à plantar hortaliça e vender na feira graças a Deus, foi um, dois, três anos ruim, a gente patinou bastante, depois o negócio engrenou né, tudo no começo difícil depois as coisas começou a se engrenar e hoje a gente já vive só do lote, nós não temos uma outra atividade fora do lote, nós temos a renda, que arrenda um pedaço, mas O carro chefe mesmo hoje é agricultura familiar que a gente movimenta a feira e, quando tem um e excedente muito grande, a gente leva pro CEASA né, e... graças a Deus deu certo né, hoje nós estamos com 20 anos de assentados e as coisas encaminhou agora né, agora tá tudo certo. (W.S.S, 05/01/2023)

A reforma agrária se caracteriza como um processo de reconstrução territorial e ressignificação social, e para que possa se consolidar é preciso que os agricultores familiares tenham condições para plantar e comercializar alimentos, um comércio pensado na soberania alimentar, e não somente na rentabilidade econômica. Segundo Fernandes (2012, p.5010, “[...]”

a Reforma Agrária precisa extrapolar a simples distribuição de terra concebida pela Reforma Agrária clássica. É preciso um programa de mudanças que inclua a reestruturação da produção, das técnicas e das escalas para garantir a soberania alimentar”. Tal pensamento só poderá se tornar realidade através de incentivos, seja através de investimentos diretamente na produção, seja através de cursos que os auxiliem e mostrem sua importância tanto para o campo, quanto para a cidade - fato esse não ocorrido no assentamento Geraldo Garcia, tornando o caminho dos assentados um tanto difícil. Sobre a segurança alimentar, Oliveira destaca que:

A discussão, hoje, do tema segurança alimentar exige atenção especial para as questões relativas à democratização do acesso à terra. Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massas, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento a custos mais baixos, geração de empregos e de aumento do salário real para os trabalhadores de baixa renda (Oliveira, 2007, p.130).

Sobre o escoamento da produção agrícola no assentamento, destaca-se que o principal mercado consumidor da produção de alimentos são os seus moradores. De uma forma geral, a venda ocorre de porta em porta com a comercialização de vários produtos e derivados, dentre eles estão os seguintes: Quiabo, Abóbora, Maxixe, Alface, Couve, Cebolinha, Coentro, Leite, Rapadura, Garapa, Queijo etc. Além de vender no assentamento, esses poucos agricultores que resistem produzindo têm na cidade outro mercado consumidor - sendo de porta em porta e/ou nas feiras.

De acordo com Carvalho (2012, p.32) no Brasil, a produção de alimentos para o mercado interno - apesar de ser considerada pelos valores dominantes como o resultado de uma agricultura subalterna - torna-se cada vez mais uma opção estratégica para se alcançar a soberania alimentar do país.

Sob esse último aspecto, atualmente há em Sidrolândia duas feiras, a “feira” do Brizola e a feira da Praça Triângulo, que funcionam em dias diferentes durante a semana, sendo importantes espaços de comercialização da produção dos poucos produtores assentados do Geraldo Garcia.

Com relação a importância das feiras na distribuição de alimentos, a literatura tem apontado, conforme Melo destaca que:

Há que se compreender, todavia, a feira não como um final de um ciclo, mas como instrumento de um efetivo desempenho na dinâmica sócio-econômico-cultural, ou quando, por exemplo, grupos sociais procuram dar um outro sentido a elas. sendo a feira um local de diversidades, a possibilidades de vender tudo o que produzem é ainda maior, uma vez que, o fluxo de pessoas nesses locais é bem abundante (Melo, 2012, p73).

Vejamos as palavras de Canuto corroborando com a temática:

Terra garantida ou conquistada, o desafio é o de nela sobreviver. A produção, a comercialização e a agricultura familiar passaram a ter destaque especial, mas não qualquer produção, pois o meio ambiente tem de ser respeitado e a produção precisa ser saudável. (Canuto, 2012, p.132)

Em entrevista sobre o assunto com o assentado José, que tem hoje uma estrutura direcionada à agricultura familiar, com o uso de estufas para a produção de mudas e de vegetais sensíveis a altas temperaturas, ele compartilhou algumas experiências do que significa ser agricultor em um contexto de um assentamento com poucas pessoas mobilizadas na produção agropecuária.

José e sua esposa trabalham todos os dias na produção de alimentos para serem vendidos na feira - que é vista por eles como uma conquista histórica para Sidrolândia. Contudo, seu relato também revela as dificuldades para se criar as feiras em Sidrolândia MS, tal como sobre a importância das mesmas para a constituição da soberania alimentar no assentamento:

Quando há dez anos atrás decidi mudar de ramo, igual te falei Sidrolândia era uma cidade que tinha em torno de 35, 40 mil habitantes, só que não tinha feira, tinha um pessoal que fazia, mas era pouca gente, umas oito famílias que fazia um uma feirinha em um Barracão perto do centro, que uma vez por semana eles faziam lá, mas não era feira, era dentro de um Barracão. Na época, na verdade nós tinha um prefeito que ele não, não apoiava muito a criação da feira, quando você falava em feira para ele, ele não apoiava, até pela questão dos comerciantes na época, que era muito conservador entendeu? e eles achavam que se criasse a feira ia prejudicar os mercados, e é claro que o prefeito preferia apoiar o comerciante do quê apoiar nós criar uma feira. Aí foi chegando nesse determinado ponto, foi uma transição de prefeito e a gente conseguiu através de muita luta que a prefeitura criasse uma feira, que era a feira de sábado. Criou-se a feira de sábado, que a prefeitura criou, só que na época era muito complicado entendeu? até hoje Sidrolândia, ela não tem muito aquela cultura de feira entendeu? porque feira, se você for analisar é uma cultura, a pessoa tem que ter aquela cultura de ir na feira, se a pessoa não tem, você cria uma feira ela vai lá 2, 3 feiras, se empolgam eu vou na feira tal, depois o cara não aparece mais, entendeu? Por que, porque ele não tem aquela cultura. Então a gente padecia muito com aquilo e, era uma vez por semana, o que que acontecia então, tem muito produto que você produz que ele não aguenta uma vez por semana, você pega por exemplo, vou dar exemplo, você pega quem produz quiabo, abobrinha, jiló vagem, pepino japonês, essas coisas, se você for vender uma vez por semana, quando você tira, você tira aquele monte grande, você não consegue escoar tudo aquilo e perde muito. Aí com o passar do tempo a gente foi criando, criou um grupo, tinha uns companheiros na feira que eram muito gente boa, a gente foi amadurecendo a ideia de se criar uma outra feira, a gente comentava que Sidrolândia já nessa época, já tava beirando os 50.000 habitantes, era uma cidade que tinha possibilidade de expandir a feira, já era uma cidade de 50.000 habitantes, você pega 5% de 50.000 habitantes na feira, já é um uma grande feira né? aí a gente foi amadurecendo aquilo. O outro problema que nós sempre teve, nessa época os prefeitos que tinha vindo não apoiava nós, entendeu? nessa época tinha um prefeito que era muito conservador também, que ele apoiava muito lá o agronegócio. Quando a gente foi criar a segunda-feira, foi pelos próprios produtores mesmo, nós que boto a cara tapa, que compramos fio, que demarquemo, que corremos atrás, entendeu? Nós fizemos tudo

por nossa conta, aí quando nós criamos a feira de quarta, o negócio começou a andar, ficou bom, entendeu? foi persistindo e o pessoal viu que a feira não era um negócio de momento, era um negócio que veio para ficar né? O pessoal começou a se ligar naquilo e a feira foi criando corpo. Hoje, Sidrolândia por ser um dos municípios que tem o maior número de assentados, quem vive nos assentamentos hoje, que vive da agricultura familiar, ele escoar o produto dele na feira né? então já, hoje nós temos em torno de 80 feirantes na feira, é um número considerável né? A feira hoje gira muito e graças a Deus o negócio foi andando, foi melhorando até chegar no patamar que nós chegamos hoje, hoje as coisas já melhoraram bastante, vamos dizer que melhorou 70%, hoje nós temos uma prefeita que apoia um pouco a agricultura familiar, já é uma prefeita que sempre está na feira, dentro da realidade do município ela tenta nos ajudar. No final do ano agora por exemplo, gastou, investiu um monte de dinheiro fazendo barracas nova, a feira ficou uma coisa bem agradável de ir né? ficou padronizada e hoje para quem passa por Sidrolândia já começa a ver Sidrolândia, o pessoal... Sidrolândia tem uma cultura de feira já, não é o tanto que nós gostaria, mas hoje já tem uma cara de... Sidrolândia tem feira né? e é inadmissível um município igual Sidrolândia, com o tanto de assentamento não ter uma cultura de feira, você pega uns municípios aí que, o que predomina é o agronegócio que tem feira, agora você tem um município que, que o predomínio é a agricultura familiar não tem feira, então nós tem essa visão, mais a feira hoje, nós já consegue... muitas famílias do município consegue viver de feira, se eu perguntar para ele, qual que é a sua atividade hoje? a principal é a feira né, então... para nós, você viver do lote e não precisar sair do lote para viver já é a grande coisa. (W.S.S, 05/01/2023)

José e sua esposa adquiriram com muita dificuldade uma infraestrutura para melhorar a produção e a qualidade dos produtos. O casal possui duas estufas, bomba para puxar a água de um reservatório onde também criam tilápias e pacu¹⁹. A produção do casal é bastante diversificada, sendo de: quiabo, abóbora, maxixe, pimentas, mandioca, vagem, cheiro verde, banana etc.

¹⁹ Tipos de peixes de escamas que é muito apreciado no estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 2022 o estado de Mato Grosso do Sul foi o segundo maior exportador de tilápias do Brasil. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/segundo-maior-exportador-de-tilapias-do-pais-mato-grosso-do-sul-foca-na-piscicultura-para-ampliar-seu-rol-de-proteinas-animais/>>. Acesso em 27 de jul. de 2023.

Figura 9: Viveiro de mudas no assentamento Geraldo Garcia visão externa



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Figura 10: Viveiro de mudas no assentamento Geraldo Garcia visão interna



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Figura 11: Produção em estufa no assentamento Geraldo Garcia



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Figura 12: Produção em estufa e por irrigação no assentamento Geraldo Garcia



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Figura 13: Produção de alimentos por irrigação no assentamento Geraldo Garcia



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Figura 14: Reservatório de água e criação de tilápia no assentamento Geraldo Garcia



Fonte: arquivo pessoal, 2023

4.2 – As feiras como reprodução social em Sidrolândia MS

Como mencionado anteriormente, hoje há duas feiras em Sidrolândia, onde assentados de toda região comercializam os seus produtos. O processo de criação das feiras teve início no ano de 2014, com a feira do Brizola, no bairro Jandaia, onde assentados e outros agricultores familiares se organizaram buscando junto ao poder público liberação de um local onde pudessem instituir uma feira para comercialização dos produtos oriundos de suas terras. Mesmo com pouco apoio do poder público esse projeto deu certo, mudando totalmente a dinâmica desse bairro em dias de feira, onde pessoas de todo o município adquiriram o hábito de frequentar essa feira, seja para comprar produtos frescos, seja para passear e comer um pastel. A feira do bairro Brizola deu tão certo que no ano de 2017, com apoio da nova gestão, foi criada a feira do triângulo, no bairro São Bento, hoje essas duas feiras funcionam como pontos de reprodução social para assentadas e assentados do assentamento Geraldo Garcia e de outros tantos assentamentos.

Recentemente, essas feiras receberam investimentos por parte da prefeitura, em que cada feirante recebeu uma barraca nova.

Figura 15: Feira do Brizola, barracas antigas, Bairro Jandaia em Sidrolândia MS



Fonte: SEDERMA, 2021

Figura 16: Feira do Brizola, Bairro Jandaia em Sidrolândia MS



Fonte: SEDERMA, 2021

Figura 17: Feira do Triângulo, barracas antigas, Bairro São Bento em Sidrolândia MS



Fonte: SEDERMA, 2021

Figura 18: Feira do triângulo no Bairro São Bento em Sidrolândia MS



Fonte: SEDERMA, 2021

Figura 19: Banca na feira do Triângulo, Bairro São Bento em Sidrolândia MS



Fonte: SEDERMA, 2021

Figura 20: Feira do Brizola após os investimentos pela prefeitura em barracas novas.



Fonte: SEDERMA, 2023

Figura 21: Feira do Brizola com barracas novas



Fonte: SEDERMA, 2023

Figura 22: Feira do Brizola, Bairro Jandaia, barracas novas



Fonte: SEDERMA, 2023

O tempo passou e hoje essas duas feiras funcionam como ponto de fundamental importância para a comercialização de produtos e derivados oriundos dos lotes de assentadas e assentados, nessas feiras ocorre o encontro entre produtores de vários assentamentos e de propriedades particulares, além da importante relação campo e cidade.

4.3 – Enfraquecimento da produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia

A produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia foi perdendo força com o passar do tempo, isso, em decorrência da falta de recursos para investir no preparo do solo e no transporte. Para Stédile e Carvalho (2012, p.722), “se a produção e a distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, elas são inegociáveis e não podem depender de vontades políticas ou práticas conjunturais de governos ou empresas de outros países”.

Aos poucos, a agricultura familiar foi se desintegrando do assentamento Geraldo Garcia, causando, assim, um retrocesso no processo de efetivação da reforma agrária, não por opção dos assentados, mas sim por necessidade de buscar alternativas para suprir as necessidades fundamentais de suas famílias.

Para que o ímpeto produtivo dos agricultores familiares do assentamento Geraldo Garcia pudesse ter ido além, seria necessário que o Estado estivesse presente por meio de políticas públicas que viabilizassem tanto a produção quanto o transporte dos alimentos até o

mercado consumidor, para que dessa forma pudesse ser comercializado a um preço acessível, fortalecendo a segurança alimentar no assentamento e contribuindo, também, com a segurança alimentar na cidade. Para Leite:

Em qualquer atividade produtiva, seja no setor agropecuário, industrial, de comércio ou de serviços, a existência de uma linha de crédito é fundamental para viabilizar as despesas com insumos, mão de obra, investimentos (em máquinas, equipamentos, edificações etc.) e comercialização dos produtos objeto dessa atividade. (Leite, 2012, p.172)

Atualmente, no Assentamento Geraldo Garcia, apenas 20 das 183 famílias trabalham com a agricultura familiar, sendo que desses, seis são compradores.

Quadro 4: Número de lotes com agricultura familiar no assentamento Geraldo Garcia

Grupos	Nº de lotes por grupo	A F em lotes com donos originários	AF em Lotes comprados	Lotes com AF e agronegócio
G1	18	01	-	01
G2	12	-	-	-
G3	11	-	-	-
G4	11	-	01	-
G5	10	02	-	-
G6	12	01	-	01
G7	11	-	-	-
G8	19	-	-	-
G9	12	01	-	01
G10	12	03	-	-
G11	11	-	-	-
G12	10	02	02	03
G13	09	-	01	-
G14	10	01	01	-
G15	07	01	01	-
G16	03	-	-	-
G17	05	02	-	-
Total	183	14	06	06

Dados coletados através de entrevistas e aplicação de questionário, via WhatsApp e presencial, no período entre outubro de 2022 a março de 2023

No quadro acima está demonstrado que a produção de alimentos no assentamento Geraldo Garcia está muito aquém do necessário para a efetivação da reforma agrária nesse território. Com apenas 10.93% dos lotes com participação na produção de alimentos, esses números escancaram a insuficiência das políticas públicas em prol da soberania alimentar no assentamento Geraldo Garcia, no entanto, demonstra que mesmo com dificuldades, assentados ainda resistem produzindo alimentos.

A insuficiência de políticas públicas impossibilitou a constituição de uma segurança alimentar no assentamento Geraldo Garcia, uma vez que, para se produzir muitos fatores

devem ser observados como: tipos de solo, pastagem, produção de capineira, cerca, mangueiro, existência ou não de água etc.

Para produzir é necessário recursos e os recursos disponibilizados pelo Estado para o assentamento Geraldo Garcia, não foram suficientes para que as famílias pudessem realizar as intervenções e construir as infraestruturas necessárias tanto à produção quanto ao armazenamento e escoamento. As linhas de créditos disponibilizadas para o assentamento Geraldo Garcia foram o PRONAF A e PRONAF B, o primeiro no valor de treze mil reais, o segundo no valor de 7 mil reais.

Segundo assentados entrevistados, o total em empréstimos foi muito inferior ao necessário, sendo que dividindo os gastos por categoria fica fácil entender esse raciocínio, de modo que podemos dividir esses gastos em cerca, preparo de solo, recuperação de pastos, captação e distribuição de água, construção de mangueiro, plantio de capineira, compra de triturador etc. Segundo os entrevistados uma cerca razoável devia ter postes de três em três metros, eles tiveram que fazer de cinco em cinco metros por falta de recursos, para ser cultivado o solo precisava de preparo, os recursos não foram suficientes para preparar mais do que um hectare. A pastagem estava deteriorada, necessitando ser recuperado, não teve recursos para esse fim, também não teve recursos para captação de água e os poços de boca foi a solução encontrada pela maioria, mangueiros não foram construídos, para o plantio de capineira foi necessário retirar recursos de outro lugar e a compra do triturador ficou apenas no sonho. Corroborando o exposto acima vejamos o relato de M.A.P:

Sobre financiamento, nós pegamos dois, o PRONAF A e B, no PRONAF A saiu 13 mil reais, só que mil era pra pagar os técnicos, então nós ficou com 12 né? Esse saiu em 2003 e era destinado pra cerca, captação de água, preparação de um pedaço de terra, plantar capineira... bom, acho que isso, mas não deu nem pra metade, na verdade bem menos da metade. Depois saiu o PRONAF B, que era pra comprar gado, saiu seis mil reais, foi em... acho que em 2006. Esse financiamento... não era dinheiro na mão, era tudo por nota, você comprava um produto, o vendedor ia no banco, levava a nota e recebia o dinheiro. Tudo que a gente comprava ficava muito mais caro, quem vendia dizia que tinha que pagar a nota e... se você comprava uma vaca que custava 600 reais ela ia pra uns 900 reais, até mais (M. A. p, entrevista em abril de 2023)

Fica evidente que não houve no Geraldo Garcia por parte do Estado a tentativa de se fazer uma reforma agrária plena, visto que o que foi feito de políticas públicas não passou de uma distribuição de terras, além de dois financiamentos, PRONAF A e PRONAF B, sendo essas duas linhas de crédito insuficiente ao pleno desenvolvimento da agricultura familiar, deixando assim, todos os agricultores familiares do assentamento à própria sorte.

4.4 – Trabalho assalariado como reprodução social no assentamento Geraldo Garcia

A princípio, considerava-se “normal” que grande parte dos assentados precisassem sair para trabalhar e conseguir levar o alimento para dentro de casa, e assim o fizeram, mas

todos faziam isso com o pensamento de que era algo paliativo, pois acreditavam que seria uma atividade passageira, que duraria apenas alguns meses. Era comum no assentamento, de madrugada, ver homens na beira da rodovia com sua marmita de boia-fria, pois era onde esperavam o ônibus para os levarem até a usina, onde trabalhavam e tiravam o sustento de suas famílias. Corroborando a temática, vejamos as colocações de Fonseca e Junior:

[...] dadas as reais condições econômicas e sociais dos assentados, estes transitam entre duas instâncias – o trabalho assalariado e o campesinato – que não se anulam, mas se completam na perspectiva da sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, os assentados ocupam um entre-lugar – até porque a identidade das pessoas, na modernidade, é fraturada, híbrida, e não fechada e homogênea – e, a despeito dos valores e subjetividades das pessoas serem constantemente atacados pelo capitalismo, eles preservam, sobretudo, sua identidade camponesa, que se renova e se reatualiza no vínculo com a terra. (Fonseca e Junior, 2011, p.102)

Vinte e um anos de criação do assentamento G.G, vemos que a realidade do trabalho assalariado por parte dos assentados segue em números elevados. Hoje, muitas assentadas e assentados trabalham com atividades remuneradas fora do lote, sendo em empresas agrícolas, fazendas, aviários, construção civil, construção de silos, funcionários públicos: professores, assistentes de serviços gerais (ASGs) e motoristas de ônibus escolar (dados coletados via WhatsApp e presencial, entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, sendo entrevistado ao menos uma pessoa por grupo). A.S é um dos tantos assentados que sai todos os dias para realização de trabalho assalariado, vejamos o relato do mesmo sobre o tempo em que está nessa atividade e os motivos que o faz permanecer:

O que me levou a trabalhar de empregado, trabalhar para os outros, primeiramente foi a falta de recursos no lote, pra mim permanecer em cima dele né? morar é uma coisa, agora tirar o sustento é totalmente diferente né? como a gente não teve um... assim... uma ajuda do INCRA. Como a gente veio de um assentamento, da Padroeira do Brasil, onde saiu um processo aqui, foi investido naquela Terra e aí quando a gente veio para cá, a gente não teve ajuda do governo a gente não pegou... eu peguei 900 e poucos reais, só deu pra fazer a cerca. Aí pra mim viver, não daria mais sem trabalhar para fora, aí tentei várias coisas, eu fui pra aviário, eu fui pra usina cortar cana, tentei o leite não deu certo, aí até que apareceu o serviço que eu tô hoje, que é da cooperativa lar né? onde eu estou 9 anos lá, onde eu consigo dar uma vida digna para minha família, onde eu consigo tirar o sustento de cada dia. Bem que... bem eu queria viver do meu sítio, morar aqui e trabalhar aqui, tirar meu sustento daqui, mas eu não vi como fazer isso, eu não encontrei um jeito de viver dele, por falta de recurso, porque eu não tive ajuda do governo, a minha casa só foi levantada aí eu tive que correr atrás, trabalhei de empregado juntando dinheiro para poder dar uma ajeitada nela, então hoje eu acho que o que eu tenho praticamente foi de empregado, trabalhando assim. E nessa jornada de trabalho tem os riscos né? como a gente, já sofri acidente, a gente todo dia é... passa por uma situação difícil, é carreta tirando a gente fora da estrada, a gente passando só pelo acostamento de moto, é carro baixo, ninguém respeita a gente na estrada de moto né? então é a dificuldade à noite, chuva e frio. Então tem muita dificuldade, mas é a única maneira que eu encontrei para tirar o sustento para minha família e dou graças a Deus por isso, por estar hoje nesse trabalho, conseguir tirar o sustento. É, a vida não é fácil, todo mundo que é

assentado sabe disso, não tem recursos, não tem nada, tem que correr atrás de alguma maneira para viver. (A.S, 16/03/2023)

A realidade relatada acima é a mesma de outras dezenas de assentados, pois sair todos os dias para trabalhar se tornou rotina dentro assentamento. Para chegar ao trabalho essas pessoas precisam escolher o veículo mais econômico, dessa forma, esses trabalhadores, realizam o trajeto até o trabalho em uma moto, passam por todo tipo de perigo e sofrimento.

Da terra não se extrai o necessário para subsistir, dessa forma, o trabalho assalariado fora do lote vem como uma forma de resistência, um meio para seguir em sua terra de trabalho, uma maneira para sobreviver enquanto se espera por políticas públicas que possam mudar tal realidade.

Quadro 5: DADOS REFERENTES A OCUPAÇÃO DOS ASSENTADOS DO P.A GERALDO GARCIA					
Trabalha com a agricultura familiar	Trabalha para o arrendatário no próprio lote	Trabalha com diárias, dentro e fora do assentamento	Trabalha assalariado fora do assentamento	Vive da Aposentadoria e arrendamento	Vive apenas do arrendamento da terra
03	1	1	8	5	2
Funcionário público					
3					

Fonte: Dados pesquisados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, com 23 assentados, através de entrevista e aplicação de questionário

No quadro acima está retratado a configuração do tipo de trabalho entre os assentados, sendo os dados constados no mesmo colhidos com vinte integrantes do assentamento através de entrevistas e aplicação de questionário. Dentre os 23 assentados pesquisados, 47.83% possui além do arrendamento, o trabalho assalariado como parte da renda e outros 4.35% tem o trabalho com diárias como complemento da renda.

O destino desses assentados que saem diariamente para vender sua força de trabalho está em agroindústrias ou em fazendas. Próximas ao assentamento Geraldo Garcia e com menos exigências de escolaridade, as empresas LAR, com três unidades, uma dentro da cidade e as outras duas entre Sidrolândia e Maracaju, na rodovia 162 e a cooperativa COAMO, também localizada entre Sidrolândia e Maracaju, rodovia 162 são as que mais empregam, seja em empregos com carteira assinada, seja em empregos temporários, durante as safras do milho e da soja ou em outros períodos para a limpeza de silos. Outro destino de trabalho para assentadas e assentados é a JBS, unidade de Sidrolândia MS, sendo uma empresa com grande número de postos de trabalho e com as possibilidades de três turnos de escolha para trabalhar, essa empresa recebe diariamente trabalhadores advindos do assentamento G.G. No momento a empresa JBS disponibiliza ônibus em vários

assentamentos, com o intuito de facilitar a chegada de trabalhadores na mesma, aumentando assim o número de funcionários, um dos assentamentos em que há o transporte para essa empresa é o Geraldo Garcia. Ligado diretamente a JBS, os aviários são outros destinos de alguns assentados para a complementação da renda, alguns trabalham como cuidadores e nesse caso precisam morar no local, sendo o pagamento recebido em porcentagem pela produção, já outros trabalham como diaristas ou mensal. Recentemente foi inaugurada a empresa ALFA, a mesma se localiza há cerca de seis quilômetros do assentamento, sendo também o destino de assentadas e assentados para trabalhar. Já o destino de assentados que trabalham em diárias são as fazendas, sendo locais onde esse tipo de trabalho é muito comum.

É necessário se manter em sua terra de trabalho, buscar um meio para subsistir e o trabalho fora do lote se configura em uma possibilidade de complementação de renda, uma alternativa para que assentadas e assentados possam trabalhar e resistir em seus lotes.

4.5 – O arrendamento da terra: análise e apontamentos

Uma outra atividade que tem crescido no P.A Geraldo Garcia, afetando a dinâmica socioespacial desse lugar, é o arrendamento da terra. Sobre isso, destaca-se que as transformações produtivas no assentamento se deram através de um processo controverso. Se inicialmente a maior parte dos assentados trabalhava com o cultivo de alimentos, com os constantes prejuízos diante da produção pretendida, ora pela perda da plantação, ora por falta de crédito e até de transporte para levar o produto até o mercado consumidor, o esforço na produção agrícola foi se esvaindo. Todos esses fatores contrários, levou muitos assentados a buscar outras formas para resistir em sua terra de trabalho, sendo uma dessas, o arrendamento. Desse modo, fica evidenciado que o modo de produção capitalista imprime sua hegemonia, invadindo o território camponês e subalternizando os sujeitos que ali vivem. Para Roos:

[...] há locais em que as relações capitalistas subordinam as relações camponesas e, conseqüentemente, seus territórios, sendo que as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio que capitaliza a renda produzida pelos camponeses. Trata-se de uma territorialidade infringindo, subordinando a outra territorialidade [...] (Roos, 2016p.171).

Contudo, antes de compreender como o arrendamento de terra acontece no lugar da pesquisa – e como tem mudado a dinâmica agrária local -, se faz necessário analisar o que é o arrendamento, como ele se operacionaliza e como é interpretado teoricamente.

Arrendar terras é algo que está presente na história do rural brasileiro há um longo período, mas o que é e como funciona esse arrendamento na prática? Segundo Almeida (2002, p.4), “o arrendamento fundiário no Brasil é um fenômeno localizado geograficamente e, cada vez mais, restrito aos produtores mais capitalizados”. Assim, tem-se que essa atividade rural é

bastante praticada no território brasileiro, de modo que as partes firmam um contrato que permite a um produtor rural, que tenha condições materiais e econômicas, plantar em terras de propriedade de outra pessoa, ficando celebrado nesse contrato o período em que esse acordo será válido.

Sobre esses aspectos, tem-se que “o arrendatário, assim, restringe-se a investimentos aos quais poderá recuperar durante o período do prazo do contrato de arrendamento. Esta ação compromete tanto a industrialização da agricultura quanto a viabilidade econômica e social do arrendamento” (Almeida, 2002, p.10). A depender das partes envolvidas e o acordo firmado, o arrendatário poderá utilizar maquinários, barracões, silos, caso o arrendante possua. A cessão dessas terras ocorre com o objetivo do exercício da exploração agrícola na área em questão, de modo que o arrendante recebe uma compensação financeira do arrendatário pela cessão da terra ao mesmo. De acordo com Maria:

O arrendamento de terras no Brasil constitui-se, desde o início, como uma forma de acesso à Terra para quem não dispõe de sua propriedade privada. porém considerado como uma prática marginal nas condições em que geralmente era praticada resistiu no espaço Agrário, embora já em escala bastante reduzida (Maria, 2005, p.40).

Dessa forma, o arrendamento se estabelece como uma alternativa para quem possui terra e não quer vender e, ao mesmo tempo, não dispõe de capital para trabalhar na mesma. Por outro lado, aparece como possibilidade para aqueles produtores que possuem capital suficiente para produzir, mas não para adquirir a terra. Para Salinas (2009, p.9), “a despeito de sua presença em praticamente todos os países e a sua prática cada vez mais intensa nas regiões menos desenvolvidas, o arrendamento e a parceria ainda carecem de investigação científica e maior atenção por parte dos formuladores de políticas públicas”. É preciso resistir, mesmo com alternativas contraditórias esse camponês necessita de condições para a manutenção da família, essas alternativas podem muitas vezes remeter a subalternidade, no entanto, mesmo que por caminhos discrepantes é preciso seguir resistindo. De acordo com Roos:

[...] Apesar de todos os imperativos inerentes as relações de subordinação expostas, os camponeses continuam donos de seu tempo e território, sendo que as estratégias de produção econômica e reprodução social são mais amplas, verificando-se uma infinidade de artifícios econômicos e políticos externos as relações capitalistas. Além disso, a subalternidade à agricultura capitalista é contraditória, pois em muitas ocasiões possibilita a reprodução do grupo familiar constituindo-se em mais uma estratégia de existência do campesinato. É justamente este arranjo presente no território camponês que remete ao entendimento deste a partir da combinação entre variadas estratégias que remetem as mais diversas trajetórias: sejam de autonomia

ou de subalternidade que contraditoriamente garantem a resistência (Roos, 2016p.185).

O processo existente no arrendamento da terra é complexo, essa renda tende a encarecer o produto final, ou seja, a “renda da terra” se configura no preço pago pela sociedade pelo uso da terra, de modo que o capitalista paga ao proprietário para poder cultivar nessa terra, posteriormente, o valor pago é repassado para toda a sociedade na produção e venda das mercadorias. Diferente da mais valia que se efetiva na exploração do trabalhador, ou seja, na origem da produção das mercadorias, a renda da terra é efetivada em um segundo momento, sendo no processo de circulação das mercadorias, encarecendo os produtos e dificultando o acesso aos mesmos por uma grande parcela da população.

A insuficiência de políticas públicas de fortalecimento à agricultura familiar, faz com que aconteça a reinserção do agronegócio em territórios outrora fazendas, mas hoje assentamentos, fato esse recorrente em várias regiões do Brasil. Essa prática é realizada principalmente através da prática ilegal de arrendamento e, em menor quantidade, por compradores com um poder aquisitivo para investir na produção de soja e milho.

Sem condições para se manter em suas terras e com o assédio de produtores rurais e também de algumas empresas, assentados entregam seus lotes para arrendatários a fim de obter uma renda e suprir as necessidades obrigatórias de suas famílias. Sobre o mecanismo de arrendamento utilizado nos assentamentos, Salinas (2009, p.104) evidencia que “Este mecanismo, como se constata pelas experiências desoladoras de muitos assentamentos no Brasil, pouco impacto teria sobre o bem-estar desses produtores”. É uma prática invasora, que através da ação de produtores rurais seguem contaminando o território camponês.

Assim, em um relatório do IPEA sobre a prática do arrendamento no estado de São Paulo, fica evidente o alerta feito sobre a irregularidade desse tipo de contrato firmado em espaço destinado à reforma agrária:

A prática de arrendamento é, em si mesma, irregular, e o Incra-SP a combateu por meio da aplicação de advertências verbais e oficiais e da fixação de prazos para que o assentado que arrendou seu lote reverta tal condição. Nos casos em que os assentados insistiam na prática, um dos recursos da autarquia foi pleitear na Justiça a reintegração dos lotes, o que acarretou a expulsão das famílias (IPEA, 2013, p.34).

Através do assédio praticado pelos produtores rurais, as monoculturas estão cada vez mais presentes nos assentamentos, uma vez que as condições financeiras dentro desses territórios estão defasadas, estando essa defasagem diretamente relacionado a falta de

condições para se produzir. Arrendar se torna a única opção com certa rentabilidade para assentados de todo Brasil.

Além do assédio de produtores interessados em cultivar as terras nos assentamentos, há também o assédio por parte de empresas buscando aumentar a produção de matéria prima, um exemplo disso são as usinas de cana de açúcar que arrendam terras em assentamentos para o plantio dessa cultura. Segundo Buscioli:

Nas áreas de muitos países que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos pelos camponeses ou outros sujeitos do campo, foram sendo territorializadas as monoculturas ou em áreas onde já haviam as produções foram sendo substituídas por essas culturas voltadas para a exportação. Como exemplo, são as áreas onde estão localizados os assentamentos e as usinas de cana-de-açúcar, que produzem dentro do assentamento por meio dos arrendamentos [...] (Buscioli, 2020, p.243).

Arrendar terras em assentamentos é uma prática contraditória, uma vez que esses territórios compreendem espaço de reprodução camponesa, ou seja, destinado à produção de alimentos. Por tanto, o Estado ausente oferece esses territórios à reinserção da agricultura capitalista, levando os assentamentos a serem tomados por monoculturas, principalmente a da soja e milho.

4.6 – Renda diferencial em Marx

A concentração fundiária é uma questão cada vez mais debatida no território brasileiro, de modo que através desta produz-se no campo um modelo desigual de desenvolvimento em que os detentores das terras são também detentores do capital e, através desse poderio dominam o espaço rural. Assim, Stedile (2013, p.89) afirma que “desde as suas origens, notadamente com o regime de sesmarias e com a Lei de Terras de setembro de 1850, a concentração da propriedade fundiária no Brasil foi ampliada e consolidada como marca ao que parece indissolúvel da nossa história”.

A terra foi dominada e transformada em propriedade privada, foi estipulado um preço e dessa forma limitou-se o acesso a esse bem. Só poderia ter terra quem por ela pudesse pagar, ou seja, o capitalismo produziu e continua produzindo concentração de capital e consequentemente desigualdade social. Dessa forma, pode-se compreender “o campo brasileiro [...] como produto da luta entre classes sociais antagônicas, fato que requer compreender o conteúdo de cada uma dessas classes e seus reais interesses” (Souza; Santos; Menezes, 2019, p.145-146).

O capitalismo é produto de uma elite concentradora de riquezas, que consequentemente produziu desigualdades no campo e nesse processo desigual, indígenas, pretos africanos escravizados e colonos pobres foram excluídos da divisão das terras

existentes nesse território. Em um processo desigual, inicia-se uma luta desigual, travada por classes sociais distintas, com visões distintas. Portanto:

Os sujeitos sociais do campo brasileiro vivem sob ameaça permanente em toda sua história de luta. O controle da propriedade privada da terra garante concentração de renda e poder aos grandes proprietários/empresários, que obtiveram seu acesso através da grilagem, expropriação e violência (Ramos, Mitidiero e Santos, 2016, p.88).

Nesse processo concentrador, onde um pequeno grupo detém a maior parte das terras, se empreende uma verdadeira dominação do campo brasileiro, com o subjugamento das classes menos favorecidas economicamente.

Diante desse contexto, constituiu-se um processo de extração de renda no rural brasileiro, em que capitalistas agrários - por possuírem grande quantidade de terras - atuam na produção. O objetivo, portanto, é obter renda e lucro, restando para aqueles que são apenas detentores da força de trabalho lutar pela conquista da terra.

E esse processo geral da sujeição da renda da terra ao capital monopolista engendra, contraditoriamente, o processo de concentração/especialização desse produtor familiar subordinado, esse camponês que conheceu, em menos de cinquenta anos, um aumento violento da produtividade do seu trabalho [...] (Oliveira, 2007, p.35).

A terra se torna um bem com preço determinado, conseqüentemente com acesso restrito aqueles que detém o capital. Capital esse que passa a comandar as formas de produção no campo, produzindo e reproduzindo segregados com uma história repleta de contradições. Assim, passa a coexistir no campo diferentes relações com a terra.

Segundo Cario e Buzanelo (1986, p.32) “a natureza do sistema capitalista e do capital é subordinar a seu interesse todo segmento produtivo”. O desejo capitalista fundamenta-se na apropriação do trabalho não pago, da mais-valia gerada no processo produtivo. Ainda sobre a temática e corroborando o contexto colocado, Marx afirma que:

[...] A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou sejam membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta — literal e figuradamente — é que se considerará um proprietário ou possessor. [...] (MARX, 1964, p.67)

A terra é palco de disputa, sendo ela mesma o prêmio para o vencedor. No entanto, essa luta sempre foi desigual, pois essa luta histórica se dá entre dominadores e dominados. Da terra se tira a renda, do trabalho se extrai a mais valia e nesse contexto se produz uma desconexão diante do trabalhador com a terra, pois este não a possui, mas nela é explorado por aqueles que à detém. As afirmações de Fernandes corroboram o exposto:

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e ressignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de

dominação, o que provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas, os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades [...] (Fernandes, 2009, p.201).

Tais conflitualidades podem ser percebidas nos territórios camponeses onde a produção de alimentos sofre com a invasão da agricultura capitalista, de modo que há uma nítida relação entre dominantes e dominados, em que as políticas neoliberais tornam essa “relação” ainda mais desigual, pois aquele que possui capital paga pelo uso da terra e aquele camponês sem condições para produzir, arrenda sua terra para obtenção de uma renda.

Para Souza, Santos e Menezes (2019, p.151) “a renda da terra no modo de produção capitalista pode ser entendida como o que sobra acima do valor das mercadorias – um lucro extraordinário e permanente, em que o proprietário da terra extrai a renda e o capitalista extrai o lucro”. A posse da terra no capitalismo passa a ser um privilégio de poucos, sendo que historicamente, os detentores do poder econômico foram aumentando seu poderio sobre esse bem. Para Marx:

A terra e o capital que os capitalistas industriais tomaram de empréstimo aos capitalistas ociosos e pelos quais têm de pagar-lhes uma parte da mais-valia em forma de renda fundiária, juros etc. eram naturalmente lucrativos para os primeiros, pois são uma das condições da produção tanto do produto em geral como da parte do produto que constitui o mais-produto ou em que a mais-valia se representa. [...] (MARX, 1885, p.354)

Sobre a renda da terra, Cário e Buzanelo (1986, p.33-34) elucidam o pensamento de Marx ao afirmar que “a renda da terra provem da mais-valia. Deriva do processo de distribuição da mais-valia social. Assim quando o capital aumenta sua capacidade produtiva, está criando condições para aumentar a extração de trabalho não-pago”. Isso significa dizer que os capitalistas dominam não apenas o processo de produção, suas etapas e as bases produtivas, mas a própria terra. O capital, no caso, é a base de tudo, e o objetivo para alcançá-lo é a exploração: explora-se a força de trabalho e, também a terra de outrem extraindo assim a mais-valia.

Ainda sobre esse aspecto, tem-se que:

A renda da terra nada mais é do que, a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital. Neste sentido, entende-se a ocorrência da renda sob duas possibilidades: a primeira, quando os proprietários de terra se constituem produtores capitalistas comandando o capital no campo na busca de extração de trabalho excedente; e a segunda, refere-se a forma clássica (trabalhadores, capitalistas e proprietários) em que o proprietário cede o terreno ao arrendatário capitalista para

explorar trabalhadores, recebendo uma renda pela utilização da terra. (CARIO e BUZANELO, 1986, p.34)

O capitalismo se estrutura em um caminho desigual, visto que aquele que possui apenas a força de trabalho é explorada pelo capitalista, e este, por sua vez, se apodera do excedente produzido pelo trabalhador – denominado de lucro acumulado.

É criada uma situação deturpada, visto que quem trabalha não tem o direito a usufruir da própria produção. Contudo, ter a posse da terra não significa controle da produção, uma vez que para produzir é necessário investimento e quando o dono da terra, por algum motivo não dispõe de capital, é levado a ceder sua propriedade aos arrendatários. Para Marx (1894, p.768), “todos os tipos específicos de renda têm em comum o fato de que a apropriação da renda é a forma econômica na qual se realiza a propriedade fundiária e que, por sua vez, a renda da terra pressupõe uma propriedade da terra”. Assim,

no modo de produção capitalista, segundo Marx, os genuínos agricultores são assalariados e o arrendatário, aquele que investe seu capital em um espaço específico da produção, paga ao proprietário da terra uma soma de dinheiro para poder aplicar seu capital no solo (Rubbo, 2010, p.120).

Na renda diferencial, as condições do solo interferem diretamente sobre o lucro, dessa forma, o dinheiro investido resultará em maior renda. Segundo essa teoria, a terra em constante processo de melhoramento tende a aumentar sua produtividade, ou seja, conforme a mesma vai sendo trabalhada há uma ampliação a cada ano nas margens de lucro.

Segundo Araújo Junior (2020, p.706), “Karl Marx, em 1867, constatou que a renda da terra não decorria da remuneração de um fator de produção, mas sim do pagamento pela permissão de uso, aprofundando a teoria da renda diferencial inaugurada por Ricardo. Ainda com base a teoria da renda diferencial, a vantagem da localização da propriedade influencia diretamente no lucro extraído, ou seja, diminui-se os custos de cultivo e escoamento do produto devido melhor acesso ao terreno. Portanto, um solo mais fértil, com melhor localização, terá uma maior diferença final entre custo e produtividade, elevando assim a renda da terra. De acordo com Araújo Júnior:

A construtibilidade diferenciada ocorre pelas características geomorfológicas, traduzindo-se em taxas de lucro mais vantajosas ao capitalista, comparadas aos custos maiores relativos à construção em outros terrenos desfavoráveis. As vantagens de localização, que permitem uma renda diferencial para os proprietários dos terrenos, referem-se aos valores de usos das infraestruturas e dos serviços urbanos. (Araújo Júnior, 2020, p.716)

A renda da terra se estrutura no capital que um indivíduo dispõe para investir na mesma. O investimento na terra, quanto maior ele seja, maior será o lucro sobre a produção. Para Santos (2015, p.5), “a renda da terra deve ser entendida como uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia. Esse fato é desigual, uma vez que aquele que não dispões de capital e nem de terra, nela será explorado, sendo que através da exploração acontece a elevação do lucro”.

Marx entendia a renda da terra como uma construção social, ou seja, provinha de relações sociais, sendo que essas relações objetivam tão somente da organização produtiva dos homens. Nessa relação, aquele que detém a posse da terra, mas que não possui capital para investir, entrega-a para ser explorada por quem dispõe de condições financeiras para o processo produtivo, desse modo o arrendatário paga uma quantia ao dono da terra para poder explorá-la. De acordo com Lima (2010, p.105) “o capitalismo, como condição de sua expansão, procura subordinar a agricultura aos imediatos desejos do capital, reconstruindo uma relação social no campo que permita a permanência da propriedade privada da terra”. Nessa relação, o dono da terra obterá uma renda, o capitalista por sua vez obterá o lucro.

4.7 – Arrendamento da terra no assentamento Geraldo Garcia: alguns apontamentos

O arrendamento de terras no Assentamento Geraldo Garcia, começou há pelo menos dez anos, período em que os desafios diante da produção de alimentos esbarraram na falta de dinheiro para investir. Nessa ocasião, alguns assentados iniciaram o processo de arrendamento, em que agricultores com algum capital, sendo alguns desses, do próprio assentamento, começaram a explorar terras nesse território.

Vejam os relatos do assentado O.P.A:

Meu nome é O.P.A, moro aqui no assentamento Geraldo Garcia a 22 anos. Então, sou um dos pioneiros do assentamento organizado e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, minha esposa e eu adquirimos nossa propriedade no ano de 2002, desde então estamos aqui lutando e nos organizando para nos manter resistindo em cima da mesma. Então, o lote é 30 hectares e 27 estão arrendadas para um pequeno produtor, morador do assentamento, interessado em expandir o seu plantio de soja e milho. Então, são 30 hectares, 27 estão arrendadas, ficando 3 há disposição da família, onde nós estamos desenvolvendo atividade da agricultura familiar, de subsistência. Das 27 arrendadas foi feito um contrato com duração de 5 anos, onde o arrendatário fez todo um compromisso no contrato, registrado em cartório. No início do arrendamento começou com 5 saco por hectare no primeiro ano, aumentando 1 por ano, chegando a 10 no 5º. Então, hoje é uma situação bem complicada, porque a propriedade foi arrendada devido às condições de custo para manter uma plantação nesses 27 hectares, pelo custo do calcário e preparo da terra, o preço e as condições do assentado seriam inviáveis para estar fazendo esse trabalho de preparo solo. O Solo é arenoso, onde precisa de um investimento maior em produtos que possam subsidiar qualidade da produção. Então, calculando isso em média hoje 100 Reais a tonelada do calcário, em um hectare seria necessário para deixar a terra no ponto de produção, umas 8 toneladas

só de calcário, então, mais o custo dos maquinários, aí colocando por baixo 1200 á 1400 em média por hectare para você deixar a terra a ponto de você fazer a plantação. Então, é um custo que para quem está iniciando não tem nenhuma infraestrutura, não tem financiamento que possa garantir esse preparo para fazer a plantação e não é só o meu caso, mas de todos os assentados. Os bancos não oferecem financiamento para você fazer todo esse mecanismo e, a maneira que minha esposa e eu encontramos para melhorar a qualidade do solo aqui na propriedade, é fazendo essa parceria. Arrendar a propriedade enquanto que você poderia estar desfrutando da propriedade, mas a grande questão é o custo para produzir e você vai ter que preparar essa terra a ponto de produção.

O que nos levou a arrendar a propriedade foram as condições para se organizar, fazer o plantio por conta do custo que é muito alto e seria inviável. Com o investimento no solo a produção vai melhorar gradativamente, ano após ano, quanto mais se investe mais se produz. Estamos aí nos organizando para nos manter na propriedade e para que futuramente a gente venha a ter uma Terra preparada, uma terra mecanizada a ponto de você se organizar para plantar, mexer com uma lavoura ou com gado.

A produção da soja por hectare gira em torno de 80 sacas, sendo 35 dessas para o custo da produção, das 45 restantes paga-se a renda e o que sobra é lucro, estando este em torno de 35 sacas por hectare, sendo que 10 serão para o pagamento da renda. Então, o que está sendo plantado hoje é milho e soja, essa é a forma que nós estamos encontrando para resistir na propriedade, nos organizando para o futuro, para não desfazer da propriedade por não ter condições de se manter em cima da mesma. Então, opção tem várias outras, mas no momento essa foi a mais viável pelas condições do momento, é o que foi oferecido. Se a gente fosse se organizar, existe a questão da cooperativa que é uma opção legal para o assentamento se fortalecer. Organizar uma cooperativa onde os produtores comprariam maquinários, se fortaleciam para poder se manter, mas no momento nós não temos essa organização, então o que apareceu e as condições de imediato foi arrendar para a pessoa interessada. Então, essas outras opções de organização para se manter são opções que podem ser viáveis para o futuro, mas no momento não tem essa organização, ainda não foi feita, então o arrendamento está aí, sendo uma forma de você resistir na propriedade, não que você não tenha vontade de produzir alimentos, mas as condições financeiras nos levaram a isso. (O.P.A, setembro de 2022)

Alguns assentados, resistiram em arrendar nesse primeiro momento, uma vez que o tempo de carência pedido pelos postulantes ao arrendamento era em geral absurda. Esses pedidos de carência iam de 2 a 7 anos, a depender das condições do solo e vegetação presentes no lote, dessa forma, em terras argilosas e com pouca vegetação havia a oferta de um tempo menor de carência, conseqüentemente um tempo menor de contrato do arrendamento. Nas terras arenosas, essa carência era ampliada e caso a mesma possuísse uma vegetação mais densa, era acrescido tempo nessa carência.

Outro fato relevante está na porcentagem paga. Os arrendatários oferecem como pagamento uma quantia que subirá no decorrer dos anos, ou seja, em um contrato de 7 anos, com 2 de carência, será pago no terceiro ano de 2 a 5 sacas, número que varia por conta do solo, como explicado acima, sendo que essa quantia será acrescida gradativamente nos anos subsequentes, chegando no quinto ano em um total entre 7 e 10 sacas. Caso o dono do lote, após o primeiro contrato, decida realizar um segundo, não existirá mais a carência e o pagamento pela cedência da terá de variar entre 10 e 15 sacas, em um contrato com um

período médio de 5 anos. (informações colhidas entre outubro de 2022 e março de 2023, através de questionário aplicado para 20 assentados.

A seguir o relato do assentado W.S.S:

Nosso sistema de arrendamento aqui hoje para quem arrenda já é um outro tipo de arrendamento né, o pessoal arrenda por saca de soja por hectare né, pegando em média durante o contrato umas 7 sacas, no meu caso, quando eu arrendei, era um pouco diferente, até porque o meu lote... era um lote muito sujo e o pessoal recusava arrendar né, pela questão de ser um lote muito complicado de mexer. Só que na época, o arrendamento era barato também, não era igual hoje, entendeu? na época quando eu arrendei, eu arrendei mensal, eu preferi a renda mensal, pela questão de ter uma renda mensal mesmo no lote, entendeu? Porque a renda quando você arrenda anual é bom, só que você pega a renda tudo você fica um ano à mercê até chegar a outra renda, no meu ponto de vista eu preferia mensal pela questão de você ter alguma renda mensal mesmo. No meu caso, na época que eu arrendei, eu arrendei 15 hectare à um salário por mês né, o cara me paga um salário por mês e, no caso da soja fica pago pelo salário, aí no milho, eu pego mais 50 sacas de milho safra né? e é assim, no meu caso, quando eu arrendei foi dessa forma. hoje para quem arrenda já é diferente, o pessoal arrenda por 12, 13 sacas de soja por ha sabe? só que é lote que já vem mais mexido, mais organizado, então no meu eu pego um salário por mês e 50 sacas de milho na safra. (W.S.S, 05/01/2023)

Passados alguns anos pouca coisa mudou, sendo que as carências hoje variam de 2 a 5 anos e o pagamento por hectare varia de 10 a 15 sacas de soja e de 5 a 8 de soja - dados retirados de pesquisa realizada entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, sendo entrevistadas 18 pessoas dentro do assentamento.

Nesse sistema de arrendamento o lucro é extraído de forma que o dono da propriedade recebe uma quantia aquém do justo, sendo que a maior parte da produção fica com o arrendatário. Este por sua vez, tenta justificar o baixo pagamento da renda pelos gastos com a produção, desde o investimento na terra até o escoamento do produto. Tal justificativa não se sustenta, uma vez que, se realizarmos uma comparação, entre produção e gastos, veremos que o lucro extraído é muito alto.

Quadro 6: PRODUÇÃO, RENDA E LUCRO DA SOJA E MILHO POR HECTARE NO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA				
SOJA				
Sacas por hectare	Quantia paga pelo arrendamento	Custo da produção em sacas	Total de gastos em sacas	Lucro em sacas
75	10 a 11	35 sacas	45 a 46	29 a 30
Milho				
Sacas por hectare	Quantia paga pelo arrendamento	Custo da produção em sacas	Total de gastos em sacas	Lucro em sacas
80	2 a 5	56	58 a 61	19 a 22

Fonte: Dados coletados com pesquisa realizada com 20 assentados, entre outubro de 2022 e março de 2023.

No quadro acima, fica evidenciado que a diferença entre a renda do proprietário do lote e o lucro do arrendatário é muito desigual. Enquanto o dono do lote obtém de 11 a 12% do total produzido, o arrendatário fica com uma média de 40% dessa produção. Extrai-se desses lotes a o lucro pelo uso da terra, fruto de exploração, em que aquele que possui a terra por direito, não consegue produzir. Assim, ceder a mesma a terceiros passa a ser a única opção.

O arrendamento de lotes no assentamento Geraldo Garcia, revela uma realidade controversa em um território da reforma agrária, uma vez que, para resistir em sua terra de trabalho foi necessário seguir um caminho antagônico a reprodução camponesa. Sem apoio por parte do Estado, os assentados se viram sem condições para investir na produção de alimentos, desse modo, as terras foram tomando um aspecto de improdutividade, fato esse que dificultava a sobrevivência das famílias. Portanto, arrendar os lotes significa hoje, resistir e esperar, pois a manutenção sobre a terra de trabalho significa a possibilidade de um dia a reforma agrária ser realmente efetivada.

Neste capítulo abordamos as temáticas relacionadas a produção de alimentos, trabalho assalariado e arrendamento de terras. A produção de alimentos sempre foi o principal objetivo para a grande maioria dos integrantes do assentamento Geraldo Garcia, no entanto, por falta de recursos para investir na produção e escoamento da mesma a maioria dos assentados foram levados a desistir dessa atividade. Paralelo a produção de alimentos, muitos assentados saíam todos os dias para trabalhar fora do lote. Nesse contexto, o arrendamento dos lotes surgiu como alternativa para obtenção de uma renda dentro do lote, de modo que, esse ganho, unido ao trabalho assalariado praticado por grande parte desses assentados, significa a sustentação dessas famílias em suas terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assentamento Geraldo Garcia, é fruto da resistência dos camponeses excluídos, que por volta de 1950 iniciaram a luta pela reforma agrária, ficando esta organização conhecida como ligas camponesas. Esse movimento nasce em pleno regime militar, sendo a sua luta retalhada pelo governo vigente, sofrendo assim, as mais violentas perseguições.

Dessa luta, nasce na década de 1970, a comissão pastoral da terra (CPT), sendo este movimento pautado em organização política na luta pela terra, sua luta tinha como objetivo, dar suporte aos posseiros e peões que sofriam naquele momento diversas violências como: exploração em seu trabalho, de modo que eram submetidos em seu “trabalho”, a condições análogas ao trabalho escravo, do mesmo modo, eram expulsos das terras que ocupavam. Com uma organização política avançada, a CPT fez frente as injustiças cometidas contra os dominados do campo, tendo como meta a luta pela democratização do acesso à terra, de modo que essa “democratização” passa pela quebra do latifúndio.

Fruto da luta da CPT, nasce na década de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo um movimento que busca desde de sua criação, a democratização do acesso à terra, tal como condições para que as famílias possam trabalhar e produzir alimentos, sendo uma das metas do MST a busca pela soberania alimentar, tanto no campo, quanto na cidade. Sempre esteve na pauta do MST uma educação para o campo, ou seja, uma “educação” que preserve e ressignifique a cultura camponesa, respeitando assim, a história dessa classe social.

Durante sua trajetória, o MST realizou diversas ocupações, ou seja, todas as terras ocupadas não cumpriam suas funções sociais obrigatórias. Nesse contexto, esse movimento sofreu diversas ações ilegítimas por parte de governantes, podemos citar o massacre do Eldorado dos Carajás, em 1998, resultando em diversas mortes de acampados, sendo este episódio, uma marca na história da luta pela reforma agrária no Brasil.

Desse processo, nasce no ano de 1998 em Anastácio, o acampamento Geraldo Garcia, tendo sua história marcada por diversas ocupações e despejos, sendo um desses, na fazenda Triunfo em Nioaque, no ano de 1999, ficando o mesmo marcado por grande violência por parte do batalhão de choque.

A luta seguiu, o acampamento continuou sua trajetória, sendo que em Sidrolândia obtiveram êxito e no ano de 2.000 receberam do INCRA a notícia de que a área que ocupavam já estava desapropriada e que seria destinada aos integrantes desse acampamento, no entanto, somente dois anos mais tarde seriam contemplados com a posse da terra.

Quando finalmente, a tão sonhada terra de trabalho foi conquistada, as famílias contempladas iniciaram um novo ciclo, o “ciclo” do trabalho e produção. A realidade não se apresentou como esperavam os assentados, uma vez, que não houve por parte do estado investimentos o suficiente para que pudessem obter sucesso na produção e venda de alimentos.

Hoje o assentamento Geraldo Garcia possui 21 anos de criação, e através da pesquisa, constata-se que cerca de 85,25% das propriedades estão com a produção de commodities, ficando apenas, em torno de 10,93% com a produção de alimentos, sendo que cerca de 3,83% mesclam entre arrendamento e produção de alimentos. tal realidade contradiz o desejo inicial dos assentados, que era de se reproduzir apenas com o cultivo de alimentos.

As possibilidades para resistir encontradas pelas assentadas e assentados no G.G apresentam contradições, pois trabalhar assalariados e arrendar os lotes para o plantio de soja e milho, pode representar, em uma visão genérica o fracasso da reforma agrária nesse território, portanto, se olharmos os fatos analiticamente, veremos que resistir é preciso e para tal, deve-se encontrar alternativas, mesmo essas sendo contraditórias. Dentro do contexto em que se estabelece o assentamento Geraldo Garcia, há que se olhar para as diferentes formas de resistência, pensar as contradições como necessidades e os avanços como resiliência.

A reforma agrária não pode ser analisada em um determinado território de maneira superficial, deve-se olhar todo contexto em que a mesma é produzida, podendo estar em maior ou menor grau de desenvolvimento, mas não inexistente. Para Martins, 2000, p.107: [...] Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade. [...]. Dessa forma, o P.A Geraldo Garcia atende os requisitos para um território de reprodução camponesa, de modo que, as relações ali existentes vão além do plantar e colher, sendo um conjunto de acontecimentos que proporcionam o avanço da reforma agrária no mesmo. Nesse assentamento há educação do campo, há professoras e professores que tiveram essa escola como base, também ex alunos com outras formações como: administração, engenharia civil, agronomia etc, além de uma aluna doutoranda e que já leciona em uma universidade.

O assentamento Geraldo Garcia, mesmo com políticas públicas insuficientes, resiste bravamente, com 21 anos de existência, esse território é palco de vivências, de relações que só poderiam existir nesse local. É lugar de moradia, é terra de trabalho e acima de tudo, território de resistência. Os quintais são vivos, com árvores frutíferas e não frutíferas, há uma relação de proximidade com a natureza. Em vários quintais existem pequenas hortas para o consumo,

plântio de mandioca em pequena quantidade, frutas diversas, além da criação de porco e galinha caipira para complementar a alimentação. O assentamento conta com uma escola que atende cerca de 90 alunos, com 12 professores, 5 funcionários e dois motoristas, sendo que 6 dos doze professores são do assentamento, tendo três professoras estudado nessa escola. As relações desses moradores são de pertencimento há um lugar²⁰ de moradia, de trabalho e acima de tudo de esperança.

O P.A Geraldo Garcia é lugar²¹ de vivência, de trabalho, de esperança, de luta, de resiliência, é onde a reforma agrária caminha, “caminha” no ritmo que essas assentadas e assentados conseguiram imprimir, pois, a insuficiência das políticas públicas os deixa somente com as próprias forças.

O contexto pesquisado traz a realidade do assentamento Geraldo Garcia, de modo que, para isso foi necessário remeter a história que deu origem ao contexto de luta pela terra no Brasil, sendo necessário analisar o processo de invasão desse território iniciada há pouco mais de 1500 anos, a distribuição de terras ocorridas durante a colonização, contemplando nessa fase as capitâneas hereditárias. Analisamos também a lei de terras, criada em 1850, em fim, investigamos a história de usurpação do território brasileiro, de exploração das riquezas aqui existentes, da escravização dos povos indígenas e posteriormente dos pretos africanos, a história da criação de leis em privilégio dos ricos em detrimento dos pobres. Investigamos dessa forma, a história de subalternização que deu origem a luta pela terra inicialmente, evoluindo para a luta pela reforma agrária, uma “luta” sem um desfecho positivo até o momento, mas com avanços consideráveis.

²⁰ A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza. (Moreira e Hespanhol, p.52-53)

²¹No contexto atual, a sociedade depara-se com um conjunto de acontecimentos que ultrapassam as fronteiras do local, pois são eventos globais, mas sua repercussão se materializa no lugar. Aliás, o lugar é o depositário final dos eventos (Santos, 2003, p.48).

REFERÊNCIAS:

ALIAGA, Luciana e MARANHO, Fernanda. **O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade.** R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 3, p. 576-584, set./dez. 2021.

ALMEIDA, Patrícia José de. **Arrendamento e acesso à terra no Brasil** (Defendida em 20/12/2002). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas. P.272.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **A luta pela terra no Brasil.** revista de História, Campo Grande, MS, 3(6): 135-149, jul./dez., 1999.

ALVES, Amone Inácia. **A comissão pastoral da terra e o “aprendizado social” construído a partir da experiência na fazenda estiva/ são joão do BUGRE- GO.** Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011, v. 1, p. 1-18.

AMAYO ZEVALLOS, E.. **A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n.24, p. 255-267, 1995.

ARAÚJO FILHO, R.; CARNEIRO FILHO, C. P.; OLIVEIRA, T. C. M.. **A Consolidação da Fronteira Sul-Mato-Grossense e as Relações com o Paraguai ao Longo dos Diferentes Períodos da História Brasileira.** Revista GeoPantanal (UFMS), v. 14, p. 145-165, 2019.

ARAUJO JUNIOR, E. A. S.. **Debate sobre a teoria da renda da terra no contexto agrícola, urbano e atual no Brasil.** CADERNOS METRÓPOLE, v. 22, p. 705-728, 2020.

ARROYO, Miguel G.. **Tempos Humanos de Formação.** In: Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** 1ed.Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, v., p. 733-739.

ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos. CAMACHO, Rodrigo Simão. **A geografia e a história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: conquistas e desafios para o campesinato.** 2022, p. 22-50.

BELO, D. C. PEDLOWSKI, M. A. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra.** Revista NERA (UNESP), v. 17, p. 71-85, 2014.

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco Beltrame. **MST, professoras e professores: sujeitos em movimento.** 2001, 17p.

BICALHO, Daniela. LIMA, Tácio de Mendonça. SANTOS, Thanise Sabrina Souza. SLATER, Betzabeth. **Desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2020, p. 335-349.

BRAND, A. J.. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos.** 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

BRAND, A. J.; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de . **A desterritorialização dos Kaiowá e Guarani e a liberação de terras para a colonização, no MS.** In: II Seminário

Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade, 2007, Campo Grande. II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade. Campo Grande: UCDB, 2007.

Brasília, DF, Presidência da República, Casa Civil, **lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm acesso em 02/03/2021

Brasília, DF, Presidência da República, Casa Civil, **lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm acesso em 02/03/2021

BRITO, Felipe. ALVES, José Cláudio. LOBO, Roberta. **Violência Social**. In: Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, v., p. 770-776.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **A luta do MST em Mato Grosso do Sul: Análise conjuntural das manifestações do campo**. Revista Movimentação, Dourados, MS, V.6, nº.11, jul./dez. 2019. P. 27-45

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **As estratégias de territorialização da LDC nos assentamentos de reforma agrária em Rio Brillante (MS): elementos para compreensão das resistências paradigmáticas de luta do MST**. Entre Lugar, v. 11, p. 230-266, 2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108661>.

CANUTO, Antônio. **Comissão Pastoral da Terra (CPT) in CALDART, ALENTEJANO e FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo**. 2012, p.130-135

CARDOSO, E.L.; SPERA, S. T.; PELLEGRIN, L. A.; SPERA, M. R. N. **Solos do Assentamento Taquaral - Corumbá - MS: caracterização, limitações e aptidão agrícola**. Documentos. Embrapa Pantanal, Corumbá: Embrapa Pantanal, v. 29, p. 01-36, 2002.

CARIO, Silvio Antônio Ferraz. BUZANELO, Edegar J. **Notas sobre a teoria marxista da renda da terra**, Revista de ciências humanas, v. 5 n. 8, 01/01/1986. P.32-47

CARVALHO, B. P. PIZA, H. C. T. **A história da loucura numa perspectiva marxista. Dialektiké**, v. 1, 2016, p.18-35.

CARVALHO. Horacio Martins de. COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura camponesa**. – in CALDART, ALENTEJANO e FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. 2012, p.716-725

COSTA LA, MARQUES AA, SAMPAIO JRF, SANTANA WJ, ROCHA EMB. **Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada**. Cad Saúde Colet, 2021;29(1):122-132.

CRUZ, N.B. ; JESUS, J. G. ; BACHA, C. J. C. ; COSTA, E.M. . **Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. Revista de economia e sociologia rural**, v. 59, p. 1-20, 2021.

DALPERIO, L. C. **A luta pela terra no mato grosso do sul - brasil: o caso das ocupações entre 2000 E 2013.** In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, Habana. XV Encuentro de Geógrafos de América Latina? Por una América Latina unida y sostenible, 2015. 28p.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar no mercosul ampliado: o caso do Brasil.** 2019, p. 1-166.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001, p. 56-62)

DIAS, Gracialino da Silva. **Questão Agrário-Camponesa: a relação entre trabalho e educação e a expulsão da Juventude do Campo Brasileiro.** In: Sidemar Presotto Nunes; Leomar Rippel. (Org.). Imperialismo e Questão Agrária - A luta de classes no Campo Brasileiro. 01ed.Florianópolis - SC: Habitus Editora, 2020, v. 01, p. 75-94.

DIESEL, Vivien. DIAS, Marcelo Miná. NEUMANN Pedro Selvino. **Pnater (2004-2014): da concepção à materialização.** in: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER (ORG), Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

DUQUE, C. V. L. ; CASTRO, H. M. . **Agricultura familiar, inclusão social, construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pela conquista da cidadania.** In: 14º EGAL, 2013, Lima. XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina:Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Lima, 2013. p. 01-20.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares, SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Cerrado, revolução verde e evolução do consumo de agrotóxicos.** 2017, p. 473-488.

ESMERALDA, Gema Galgani Silveira Leite. MOLINA, Mônica Castagna. ROCHA, Maria Isabel Antunes. **O fortalecimento da identidade camponesa: Repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998–2011).** 2017, p.569-585

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp. 1996, p. 1-89.

FERNANDES, B. M. **A formação camponesa na luta pela terra.** In:_____. (org) FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000. v.1. 329p.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios.** In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v., 368p.

FERNANDES, B. M.. **O MST no contexto da formação camponesa no Brasil**. In: Juvelino José Strozake. (Org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, v. 01, p. 13-83.

FERNANDES, B. M.. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 1, p. 27-39, 2006.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONCALVES, E. C.. **Os usos da terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. v. 1. 109 p.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONCALVES, E. C.. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: International Land Coalition., 2012. v. 1. 62p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 1-303.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – in CALDART, ALENTEJANO e FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo**. 2012, p.498-502

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. 2005, p. 271-283

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. in: GRISA, Catia [e] SCHNEIDER (ORG), Sérgio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST - São Paulo, Cortez, 2001. Coleção questões da nossa época, Volume 92, p. 4-61.**

FERREIRA, Silvana Maria. **Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003)** Sacrilegens, [S. l.], v. 1, n. 1, 2004, p.137-152.

FONSECA, S. R. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **Trabalho assalariado e resistência camponesa no assentamento São Joaquim em Selvíria-MS**. Revista Pegada Eletrônica (Online) , v. 15, p. 95-115, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **As duas linhas de interpretação teórica da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos práticos na forma de luta pela terra** in (org) RIPPEL, Leomar. NUNES, Sidemar Presotto. **Imperialismo e Questão Agrária: a luta de classes no campo brasileiro**. 1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2020. P.13-32.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 1).**

GALVAO, J. A. C.. **Colonização e Cidades em Mato Grosso**. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, 2013, Natal - RN. **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal - RN, 2013. v. 1. p. 1-11.

GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p.

GRISA, Catia. **A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. 2017-** in DELGADO, Guilherme costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. 2005, p.6774-6792.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 07-99.

<https://al.ms.gov.br/Noticias/75997>

<https://www.semadesc.ms.gov.br/segundo-maior-exportador-de-tilapias-do-pais-mato-grosso-do-sul-foca-na-piscicultura-para-ampliar-seu-rol-de-proteinas-animais/> Acesso em 27 de jul. de 2023.

Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013.

José Carlos de Macedo Soares. Tratado de Madrid de 13 de janeiro de 1750 entre Portugal e Espanha

LEITE, Jader Ferreira; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, Candida. **Práticas Discursivas sobre a Luta pela Terra na Transição Democrática Brasileira**. Psicologia: ciência e profissão (online) , v. 37, p. 197-207, 2017.

LEITE, S.P.. **Crédito Rural**. In: Roseli Caldart; Isabel Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 170-178.

LEITE, S.P.; BRUNO, R. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. v. 1. 370p.

LIMA, Lucas Gama. **A Renda da Terra**. Geonordeste (UFS), v. p. 102-120, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico/2002-2003 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290

MARIA, Luciene Xavier de; **O programa bolsa de parceria e arrendamento de terras no Triângulo Mineiro e suas implicações sócio-espaciais**. Dissertação (Mestrado em Programa

de Pós Graduação Em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005, p.165.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. v. 1. 233p.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n.2, p. 97-128, 2000.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4.ed. Introd. Eric Hobsbawm. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 136p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro III: o processo global da produção capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, 984p.

MELO, D. S.. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. REVISTA NERA (UNESP), v. 39, p. 133-160, 2017.

MELO, Samuel Pires. **Trajetórias de proximidade, redes e feiras: as práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas**. – Recife: O autor, 2012.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A.. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis**. Sociedade e Estado, v. 33, p. 63-86, 2018

MENEZES, Ana Paula. **Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.1-14

MORAWSKI, V. F. PAGNONCELLI, Daniela; NUNES, Sidemar Presotto. **Os acampamentos Sem Terra no Sudoeste do Paraná**. In: Leomar Rippel; Sidemar Presotto Nunes. (Org.). **Imperialismo e Questão Agrária: a luta de classes no campo brasileiro**. 1ed.Florianópolis: Habitus, 2020, v. 1, p. 171-188.

MOREIRA, Danilo. L.. **Dos Espaços 'vazios' ao processo de colonização particular: Uma breve História do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul**. Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras, v. 3, p. 1-12, 2012.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. **O lugar como uma construção social**. Formação (Presidente Prudente), v. 2, p. 48-60, 2008.

MOREIRA, Jairto Saraiva. **Professores do assentamento taquaral: a trajetória de luta pela terra e educação**. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS 2010, 132p.

MORISSAWA, Mitsue. **Em terras brasileiras in: ____**. (org) MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. – São Paulo: expressão popular, 2001. 256p.

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois.** Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n.24, p. 243-254, 1995.

MOURA, Jeanne Mariel Brito de. MACIEL, Cleiton Ferreira. **Entre a indústria e a vida no engenho: Uma análise das transformações do trabalho na “zona” da cana de Pernambuco.** Revista IDEAS, v. 7, n. 2, p. 239-272, 2013.

MOURA, Jeanne Mariel Brito de. MACIEL, Cleiton Ferreira. **Entre a indústria e a vida no engenho: Uma análise das transformações do trabalho na “zona” da cana de Pernambuco.** Revista ID e AS, v. 7, n. 2, p. 239-272, 2013.

NARDOQUE, Sedeval. KUDLAVICZ, Mieceslau. **Reforma Agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico.** 2019, p.110-123

NARDOQUE, Sedeval. KUDLAVICZ, Mieceslau. **Reforma Agrária e desconcentração fundiária em mato grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico.** 2019, p.110-123

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo - 6! ed.-** São Paulo: Contexto, 1994, 101p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PAULINO, E. T.; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 01. 496p.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. Livro: **Metodologia da pesquisa científica.** 1. ed. Santa Maria: RS: UFSM, NTE, 2018. v. 1. 119p.

PLANALTO, lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm

POMPEIA, Caio. **“Agro é tudo”:** simulações no aparato de legitimação do agronegócio. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 26, n. 56, jan./abr. 2020, p. 195-224.

PORTUGAL, Ana Raquel e HURTADO, Liliana Regalado de. **Representações culturais da América indígena.** 2015, 266p.

PORTUGAL, Ana Raquel e HURTADO, Liliana Regalado de. **Representações culturais da América indígena.** 2015, 266p.

PRADO Jr, Caio. **Contribuição para análise da questão agrária no Brasil.** In: _____. (org) JUNIOR, Caio Prado. **A questão Agrária no Brasil.** Editora brasiliense, 2ª edição, 1979, p.15 – 85.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso.** Territórios e Fronteiras (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso.** Territórios e Fronteiras (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany R. S. (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. 1. 279p.

RAMOS, Márcia Mara. **Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do MST.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 32, n. esp., p. 233-238, jun. 2020.

RIBEIRO, A. R.; SILVA, Fabio Carlosa da.. **A Colonização Promovida por Empresas e Famílias do Centro-Sul do Brasil no Estado do Matogrosso 1958-2008.** Papers do NAEA (UFPA), v. 1, p. 274-22, 2010.

ROOS, d. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no centro-sul do paraná/the contradictory reproduction of the peasantry in the central-southern paraná front of agribu.** Revista nera (unesp), p. 169-187, 2016.

RUBBO, D. I. A.. **A hipótese do capitalismo disforme no campo: dial tica do progresso na rela o entre agricultura e capitalismo em um texto de Karl Marx.** Agrária (São Paulo. Online) , v. 12, p. 114-130, 2010.

S. D'Agostini, S. BACILIERI, H. HOJO, N. VITIELLO, M.C.V. BILYNSKYJ, A. BATISTA Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo econômico do pau-brasil - caesalpinia echinata lam. 1785.** Páginas do Inst. Biol., São Paulo, v.9, n.1, p.15-30, jan./jun., 2013.

SALINAS, Patrícia Jose de Almeida. **Arrendamento e parceria na agricultura brasileira: condicionantes, contratos e funcionamento.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 2009, p.246.

SANTOS, Ant nio Bispo dos. **Coloniza o, Quilombos: modos e significa es,** INCTI/UnB, 2015, 150p.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. **Questão agrária, renda da terra e forma o socioecon mica no maranhão: uma primeira aproxima o.** In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, 2015, São Luís - MA. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipa es concretas, São Luís 25 a 28 de agosto de 2015. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós Gradua o em Políticas Públicas, 2015. v. 7.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emo o.** 4 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SAUER, Sérgio. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. In: Caio Galvão de França; Gerd Spavorek. (Org.). Assentamentos em debate. 1ed. Brasília: NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, v. 1, p. 57-88.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L. e CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SEBASTIÃO, L. L.. **A diáspora Guaná (Terena) no pós-guerra da tríplice aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul**. Tellus (UCDB), 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDERMA), Sidrolândia MS.

SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o estado no Brasil**. 2011, p. 395-417.

SILVA, Ariano Nonato da. **Políticas Indigenistas pós-constituição de 1988: avanços e retrocessos**; 2021; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas; 2021, 57p.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. **A segurança e a soberania alimentar: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil**. 2020, p. 97-111.

SILVA, W. G. da.. **A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de dourados em 1943**. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, v. 31, p. 26-42, 2016.

SOUZA, L. M. **O nome do Brasil**. Revista de História (USP), v. 1, p. 61-86, 2002.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz; MENEZES, Sócrates Oliveira. **Renda da terra: conceito central para os estudos em geografia agrária**. Pegada (UNESP. Impresso), v. 20, p. 144-169, 2019.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: Conflito e Identidade Em Fronteiras Internacionais**; 1992; Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1992, p.1-213

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 1. 176p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 2ª ed. editora expressão popular São Paulo – 2012, 224p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. 1ª edição, editora expressão popular, São Paulo – 2013, 288p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980** (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960** (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania alimentar**. In: Roseli Caldart; Isabel Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p.716-725.

STROZAKE, J. J.. **A Questão Agrária e a Justiça**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. v. 1500. 487p.

THOMAZ JUNIOR, ANTONIO. **Questão Agrária, Luta de Classes e Trabalho no Brasil (Diálogo polêmico e necessário)**. REVISTA PEGADA ELETRÔNICA (ONLINE), v. 16, p. 3-15, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Redefinições do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates**. Veredas, v. 15, p. 477-521, 2014.

VASCONCELOS, C. A. de. 1999. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade**. Campo Grande, UFMS.

VERÍSSIMO, Michele Polline. XAVIER Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. Revista de Economia Contemporânea 2014, p. 267-295.

VIEIRA, Thaís Leão; VERDE, Aline Xavier Cana. **Movimento Divisionista e as diversas interpretações na historiografia: análise do Movimento Guaicuru**. Albuquerque: Revista de História, v. 1, p. 155-172, 2010.

VIEIRA, Wesley Alves. **O Paradigma da Questão Agrária no Estudo dos Conflitos no Campo**. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ISSN 1983-487X**. Uberlândia: Sistema Nacional de Catalogação na Publicação e Sistema de Bibliotecas UFU - MG, Brasil, 2012. p. 1-24.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO I

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS: AS POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO SOCIAL FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Docente orientadora: Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Pesquisador: César Martins da Silva

Data de aplicação: ____/____/2022 ____/____/2023

Nome do assentamento e do município: Geraldo Garcia; Sidrolândia MS

Nome do entrevistado (a): _____

1. **DADOS PESSOAIS**

1.1 Sexo: Feminino () Masculino ()

1.2 Qual sua idade?

1.3 Você se considera? Preto () Pardo () Indígena () Branco ()

1.4 Qual seu estado civil? Casado e/ou tem companheiro () Solteiro() Viúvo()

Divorciado/separado() Outro()

1.5 Tem filhos e filhas? SIM () NÃO() Quantos são? Feminino _____ Masculino _____

1.6 Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você? _____

2. **CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR**

2.1 - QUAL É A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA?

() até 01 salário mínimo

() de 2 a 3 salários mínimos

() mais de 4 salários mínimos

2.2 SUA FAMÍLIA É BENEFICIÁRIA DE ALGUM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, EM NÍVEL FEDERAL OU MUNICIPAL? SE SIM, QUAIS?

() Educacional. R\$ _____ () Bolsa família. R\$ _____

() Aposentadoria rural. R\$ _____ () Outros(descreva) _____

2.3 QUANTOS MEMBROS DA FAMÍLIA CONTRIBUEM PARA A RENDA FAMILIAR? (_____)

Quem são? Você e: Cônjuge () Filho(s) () Irmão(s) Sobrinho(s) Neto(s) () Outros ()

Como contribui? Trabalho no lote () Com dinheiro de trabalho assalariado ()

Trabalha em quê? Em fazenda() Empresas do agronegócio() Outros()

2.4 - QUAIS AS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA DA FAMÍLIA?

Agricultura familiar () Arrendamento do lote () Trabalho assalariado fora do lote ()

Diárias no assentamento () Diárias fora do assentamento () Trabalho assalariado no assentamento()

2.5 SE TRABALHA COM A AGRICULTURA FAMILIAR! PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE GOVERNO, SENDO EM NÍVEIS; FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL?

Sim() Qual é o programa? PNAE() PAA() PRONAF()

Não participo de nenhum programa ()

2.6 – VOCÊ ARRENTA SEU LOTE PARA O PLANTIO DE SOJA E MILHO OU REALIZA ESSA ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA?

Sim, arrendo () Realizo o plantio por conta própria()

2.7– SE ARRENTA, QUAL É A PRODUÇÃO POR HECTARE?

Sacas de soja por hectare (_____) Sacas de milho por hectare (_____)

2.8 QUANTAS SACAS DE SOJA E DE MILHO VOCÊ RECEBE DO ARRENDAMENTO POR HECTARE?

Sacas de soja por hectare (_____) Sacas de milho por hectare (_____)

De quanto foi sua ultima renda em dinheiro? _____R\$

2.9 CASO PLANTE POR CONTA! QUAL É SUA PRODUÇÃO POR HECTARE?

Sacas de soja por hectare (_____) Sacas de milho por hectare (_____)

De quanto foi sua ultima renda em dinheiro? _____R\$

2.10 VOCÊ POSSUI MAQUINÁRIOS PARA AUXILIÁ-LO NO TRABALHO NA TERRA?

Trator com implementos() Plantadeira() Colheitadeira() Não possui()

2.11 SEU LOTE MEDE QUANTAS HECTARES?

_____ Hectares

3.0 TRAJETORIA FAMILIAR E MODO DE VIDA NO CAMPO

3.1 DE QUAL REGIÃO VEIO PARA O ASSENTAMENTO?

Município _____ Estado _____

3.2 VOCÊ VEIO PARA O ASSENTAMENTO POR QUAL MEIO?

Acampou () Comprou () Permuta ()

3.3 SE COMPROU! ONDE MORAVA ANTES?

Cidade _____ Estado _____

3.4 JÁ POSSUA TERRA?

Sim() Não()

3.5 SE POSSUÍA! COMO CULTIVAVA ESSA TERRA?

Produção de alimentos (leite, arroz, feijão etc)() Plantio de soja e/ou milho()

Gado de corte() Arrendava para plantio de soja e/ou milho() Arrendava para gado()

3.6 SE NÃO POSSUÍA TERRA! EM QUE TRABALHAVA PARA SOBREVIVER?

Trabalho assalariado em fazendas() Trabalho assalariado na cidade()

3.7 COMO FOI FICAR ACAMPADO? PENSOU EM DESISTIR DO ACAMPAMENTO E PROCURAR OUTRO LOCAL PARA MORAR?

Sim () Não ()

3.8 ANTES DE IR PARA O ACAMPAMENTO, JÁ TRABALHAVA NO CAMPO?

Sim () Não ()

3.9 INCENTIVA SEUS FILHOS/AS A PERMANECEREM NO CAMPO?

()Sim ()Não

3.10 ALGUMA VEZ PENSOU EM DESISTIR DE TRABALHAR NO SÍTIO E DEIXA-LO?

Sim () Não ()

3.11 QUAL FOI O FATOR DECISIVO PARA PERMANÊNCIA?

Identificação com a terra () Necessidade () Não tem pra onde ir ()

3.12 VÊ MELHORES OPORTUNIDADES:

Dentro () ou Fora () do campo?

3.13 O QUE O ASSENTAMENTO REPRESENTA PARA VOCÊ?

Local de moradia() Moradia e trabalho() Um refúgio até encontrar algo melhor()

3.10 VOCÊ PERCEBE SE O PESSOAL DA CIDADE TRATA OS ASSENTADOS COM ALGUM TIPO DE INDIFERENÇA OU PRECONCEITO?

Sim () Não ()

4 AS FORMAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUM DOS PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR?

() PRONAF () PAA () PNAE () OUTRO

4.2 QUANTO VOCÊ RECEBEU EM FINANCIAMENTO ATÉ O MOMENTO?

_____ R\$

4.3 DE QUANTO FOI O SEU GASTO COM CADA ITEM ABAIXO? Obs: Caso não se lembre do valor exato coloque um aproximado.

Postes para cerca _____ R\$ Arame para cerca _____ R\$
Compra de gado _____ R\$

4.4 VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO?

Sim () Se organizar é necessário, tanto para produzir quanto para comercializar
Não () Acho desnecessário

4.5 O QUE SUA FAMÍLIA PRODUZ NO CAMPO?

Leite () Arroz () Feijão () Hortaliças () Outros () Nenhum ()

4.6 COMO É O PROCESSO DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO?

Carro próprio () Carro fretado () Carro da associação/cooperativa Outros ()

4.7 ONDE VOCÊ VENDE OS SEUS PRODUTOS?

No assentamento () Na feira () De porta em porta na cidade () Entrega no CEASA ()

4.8 QUAL É A RENDA MÉDIA OBTIDA COM A VENDA DOS PRODUTOS? _____ R\$

4.9 QUAL SISTEMA DE PRODUÇÃO VOCÊ PREFERE?

Agricultura Familiar (produção e alimentos) () Agronegócio (soja e milho) ()

5 O PAPEL DO MST PARA A REFORMA AGRARIA

5.1 O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O MST DIANTE DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA?

Nada importante () Pouco importante () Muito importante ()

5.2 O MST ESTÁ PRESENTE NO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, TANTO QUANTO ESTEVE NO ACAMPAMENTO?

Sim () Não () As vezes ()

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO II

Questionário sobre a configuração socioespacial do assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia MS, para composição da dissertação intitulada: Organização Socioterritorial das famílias no assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia/MS: As possibilidades de reprodução social frente ao agronegócio, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação e Territorialidade.

Pesquisador: Prof. César Martins da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.

Esse questionário tem como objetivo único colher dados sobre a configuração socioespacial do assentamento Geraldo Garcia, inserindo-o como objeto no universo da pesquisa. Os dados coletados serão inseridos em quadros e/ou tabelas, servindo assim para conhecermos melhor esse território.

1. Qual é o número do grupo em que você mora?

2. Quantas famílias moram nesse grupo?

3. Quantos lotes desse grupo foram vendidos?

4. Quantos lotes desse grupo foram permutados?

5. Há quantos lotes arrendados para soja e milho nesse grupo?

6. Há quantos lotes com o plantio de soja e milho por conta do proprietário do lote em seu grupo?

7. Há quantos lotes com agricultura familiar em seu grupo?

8. Há quantos lotes com criação de gado leiteiro em seu grupo?

9. Há quantos lotes com criação de gado de corte em seu grupo?

10. Dos lotes vendidos, quantos estão com a cultura da soja e milho?

11. Dos lotes vendidos, quantos estão com a cultura da agricultura familiar?
